

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE, Ano 28, Setembro/Novembro de 1999, Nº 82, Preço: R\$ 6,00

Opção Brasileira
Cesar Benjamim

Brasil: os caminhos
da reconstrução
Celso Furtado

A revolução das pequenas
coisas: a experiência
de Brasília 1995/1999
Cristovam Buarque

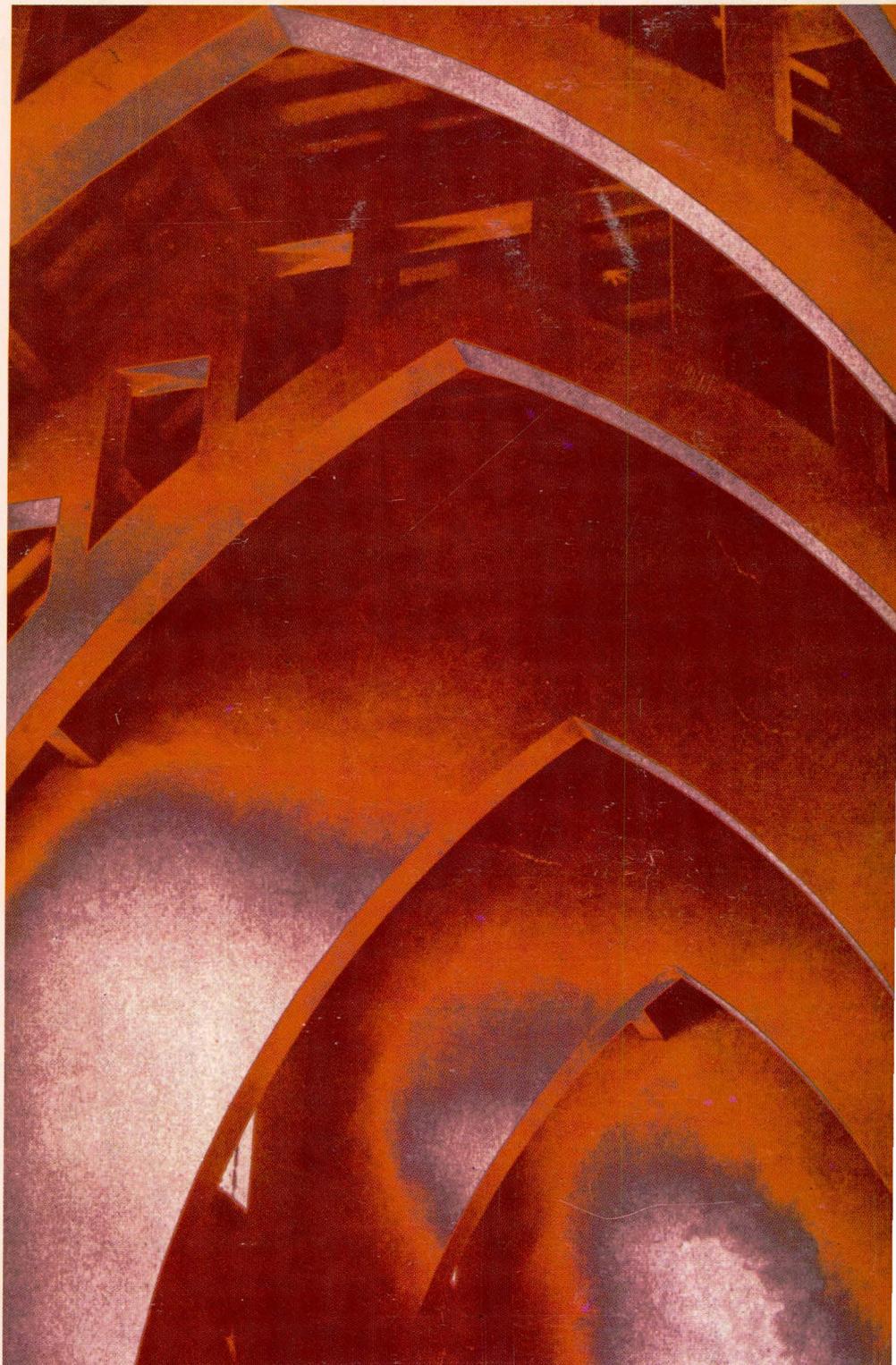
Uma proposta de
renovação para o 2º
Congresso do Partido dos
Trabalhadores
Farso Genro

Entrevista
Fânia Bacelar de Araújo

Globalização, desnacionalização
e vulnerabilidade externa:
a volta da questão nacional
Reinaldo Gonçalves

Sobre ocultamentos,
metáforas e banalizações
Leila Linhares Barsted

Globalização e crise da
mobilidade social no Brasil
Marcio Pochmann



Opção Brasileira

 FASE

**Conselho Deliberativo
Presidente**

Ana Clara Torres Ribeiro

Vice-Presidente

Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª Secretária

Leilah Landim Assumpção

2ª Secretária

Márcia Pereira Leite

3º Secretário

Revdo. Paulo Pena Schutz

Suplentes

Décio Lima de Castro

Fernanda Carísio

Luis Carlos Delorne Prado

Maria Lucia Karan

Paulo Totti

Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

Suplentes

Ricardo de Gouvêa Corrêa

José Moreira Bartholo

Associados Efetivos

José Sérgio Lopes * Silvio Caccia
Bava * Bráulio Rodrigues da Silva *

Sérgio Góes de Paula * Rosiska

Darcy de Oliveira * Cândido

Grzybowski * Otávio Guilherme

Cardoso Alves Velho * Lysâneas

Maciel * Otilia Silva Leite * Luís

Eduardo Soares * Ênio Candotti *

Uri Gomes Machado * Alexandre

Sgrezia * Lizi Vieira * Antonio

Abreu * Carlos Nelson Coutinho *

Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório *

Renato Sérgio Maluf * Ricardo

Peret * Pe. Adelar Pedro de David *

Lícia Valadares * Wanda Engel

Aduan * Peter Collins Cona

Diretor Executivo

Jorge Eduardo Saavedra Durão

**Diretores de Áreas Temáticas e
Programas**

Maria Emília Lisboa Pacheco

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

Os objetivos estratégicos da FASE no triênio 1999-2001

Através das ações empreendidas em torno dos eixos acima descritos, pretendemos, ao longo do próximo triênio:

- contribuir para o questionamento público do modelo de desenvolvimento nacional, evidenciando sua insustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, buscando, ao mesmo tempo, desenvolver projetos demonstrativos públicos e contra-modelos possíveis e viáveis, tendo por beneficiários, sobretudo, os excluídos em cenários críticos;

- ter realizado um balanço das perspectivas do desenvolvimento atual, a partir de problemáticas setoriais, criticando o tipo de desenvolvimento e as alternativas propostas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em suas lutas sociais, contribuindo para colocar a sustentabilidade na agenda política (sociedade civil, partidos políticos e Estado), na agenda de diálogo entre organizações da sociedade civil na América Latina e no diálogo Norte-Sul;

- integração do conjunto das áreas em instâncias de trabalho sobre Desenvolvimento Local.

- ter contribuído para que o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento seja reconhecido como ator público, como espaço de trabalho democrático e como espaço de reflexão e formulação de propostas;

- fomentar políticas que efetivem o acesso dos setores excluídos da população a direitos econômicos e sociais, em âmbito nacional e regional;

- difundir metodologias de monitoramento de políticas públicas, através da produção de indicadores de desenvolvimento social e humano fundados nas noções de direitos econômicos e sociais e de sustentabilidade democrática;

- contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais e das esferas públicas não estatais, através do apoio a elaboração de Plataformas que sintetizem e unifiquem as demandas populares e do fortalecimento das redes formadas em torno de questões como meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saneamento sócio-ambiental; alternativas de trabalho e renda ou pela reforma agrária.

- desenvolver uma nova *Carta Compromisso* evidenciando os eixos, conceitos e valores que nortearão a atuação da FASE na passagem do século.

- viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira que amplie a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.

Editorial	5
A Opção Brasileira <i>Cesar Benjamim</i>	6
Brasil: os caminhos da reconstrução <i>Celso Furtado</i>	18
A revolução das pequenas coisas: a experiência de Brasília 1995/1999 <i>Cristovam Buarque</i>	24
Uma proposta de renovação para o 2º Congresso do Partido dos Trabalhadores <i>Tarso Genro</i>	38
Entrevista <i>Tânia Bacelar de Araújo</i>	45
Globalização, desnacionalização e vulnerabilidade externa: a volta da questão nacional <i>Reinaldo Gonçalves</i>	60
Sobre ocultamentos, metáforas e banalizações <i>Leila Linhares Barsted</i>	68
Globalização e crise da mobilidade social no Brasil <i>Marcio Pochmann</i>	76

FASE Nacional

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-1441
Fax.: (021) 286-1209

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel/Fax: (027) 223-7436

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel: (081) 221-5478

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.: (091) 242-0318
Fax.: (091) 241-5310

Projeto Gurupá

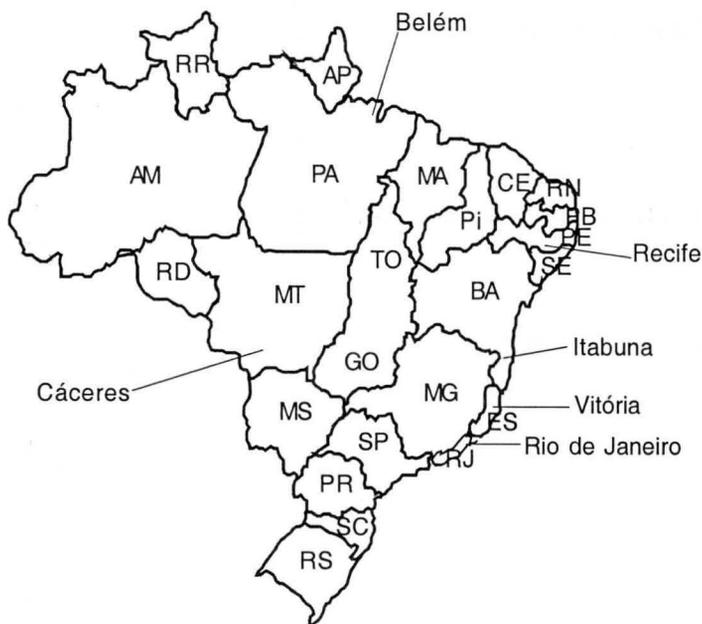
Travessa Quintino
Bocayuva, 1259 Nazaré
66053-240 Belém - PA
Tel: (091) 223-4628
Fax: (091) 242-4341

FASE-CÁCERES

Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde,
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel.: (065) 223-4615

FASE-ITABUNA

Rua Rio Branco, 93
Califórnia,
45600-000 Itabuna - BA
Tel: (073) 613-9129
Fax: (073) 613-9072

**FASE****Proposta**

Nº82 - Setembro/Novembro de 1999
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável

Luiz Antônio Correia de Carvalho

Subeditor

Ricardo Salles

Organização do Nº 82

Sandra Mayrink Veiga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Assistente de Publicações

Silvia Helena Matos Brandão

Capa

Ilustração Marta Strauch

Fotos

J. Ripper

Ilustrações

Marta Strauch

Projeto gráfico/Editoração/Diagramação

Pedro Veiga

Informações e Vendas

Setor de Publicações
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo, 22270-070
Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021) 2861441
Fax: (021) 2861209

E-mail sveiga@fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos
assinados são de inteira responsabilidade de
seus autores

Proposta debate as diretrizes de um projeto alternativo para o Brasil elaborado sob a coordenação do editor e economista César Benjamin, autor do texto básico do livro *A Opção Brasileira*. O diagnóstico da crise do modelo de desenvolvimento brasileiro e a crítica ao projeto neoliberal em curso são postos sob um enfoque crítico que bebe na fonte de leituras sobre o Brasil apoiadas em Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e outros, que são a base de um avanço interpretativo sobre as características e impedimentos para uma mudança estratégica nos rumos do desenvolvimento brasileiro.

A perspectiva da construção do povo-nação, é colocada no centro de um enfoque onde a questão agrária, o mercado interno e o problema do Estado apresentam-se como temas-chaves de ruptura com os bloqueios que impedem a superação da desigualdade e da pobreza. O modelo neoliberal aprofunda uma via de dependência em relação ao contexto de poder do capital financeiro e dos Estados e economias centrais. Como superar os elementos estruturais, agravados pela irresponsabilidade desindustrializante, destruidora de direitos e desnacionalizadora, que conduzem o processo ativo de uma nova dependência? Como resgatar as vantagens econômicas, territoriais e político-culturais que podem favorecer o Brasil, através da ampliação da democracia e da derrota da mentira da “via única” globalizadora?

Através do debate sobre *A Opção Brasileira*, participamos do desafio lançado pela Consulta Popular, que busca encontrar uma via alternativa de desenvolvimento, na contra-corrente em relação ao projeto das elites. O filão dominante nas correntes de esquerda no país é o da retomada da capacidade estatal de formular uma estratégia de desenvolvimento, ancorada num novo bloco de forças políticas e sociais, que realize as tarefas da revolução democrática. O questionamento aos limites do processo de democratização no plano da socialização da riqueza, da cultura e do poder faz com que se aposte em rupturas no plano interno e externo, baseadas em estratégias de acumulação de forças a partir da mobilização de movimentos sociais. A maioria das construções de caráter estratégico está baseada na perspectiva de novos modos de governar ou na redefinição de prioridades na formulação de uma plataforma de projetos e de políticas públicas de combate às desigualdades. Na prática, os rumos do desenvolvimento se ligam às definições das relações entre política e economia, pela busca de uma nova dialética entre sociedade política e sociedade civil. A questão da relação entre hegemonia e democracia continua sendo um tema fundamental, assim como a definição quanto ao limite e ao jogo das alianças entre as classes trabalhadoras, o campo popular num sentido mais amplo e a reestruturação dos padrões de desenvolvimento/acumulação de capital.

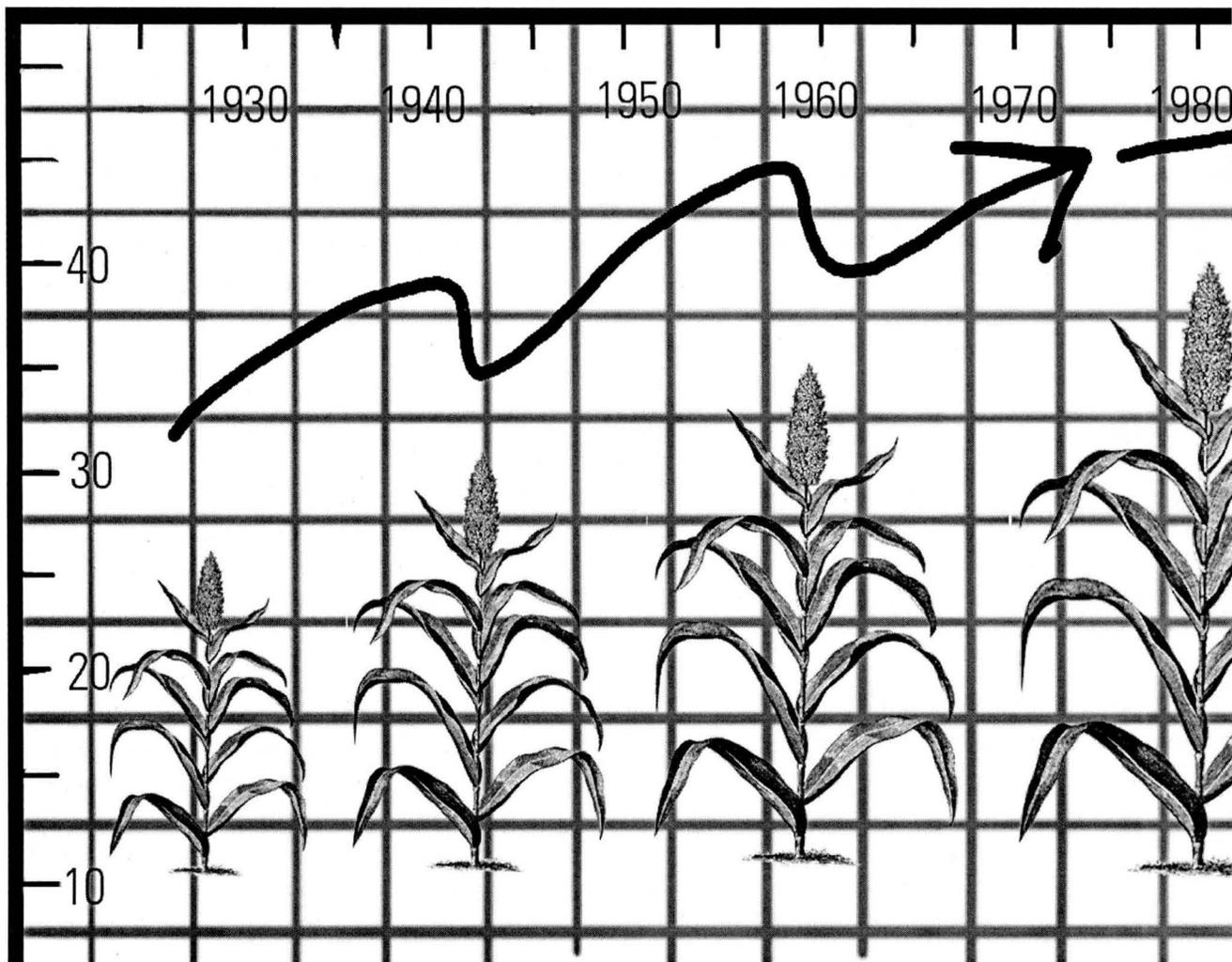
Para uma instituição como a FASE os questionamentos quanto às plataformas e projetos alternativos em construção deve levar em conta: 1. A questão democrática enquanto relação entre sistema representativo e formas de democracia direta; 2. As estratégias de economia popular e solidária e a busca de uma nova centralidade do trabalho; 3. A emergência de esferas não estatais de conflito e negociação, da participação e controle democrático sobre as políticas públicas; 4. A prioridade aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais; 5. O enfoque estratégico dado para os temas das desigualdades de gênero e étnicas; 6. O enfoque sócio-ambiental na apropriação e manejo do território e nos modos de produção e consumo; 7. O processo de redistribuição da renda e da posse e uso do solo na cidade e no campo; 8. O grau de protagonismo e iniciativa dos sujeitos coletivos e movimentos sociais na definição dos rumos do desenvolvimento e no desenho ético político do padrão civilizatório; 9. A modificação dos padrões de ordenamento das redes e fluxos de poder entre os espaços local, regional, nacional e internacional que horizontalize as potencialidades abertas pelos processos de acesso às novas tecnologias de comunicação, organização, informação, produção, consumo e investimento.

Ao abrirmos as páginas de **Proposta** para a Consulta Popular, através de César Benjamim e Reinaldo Gonçalves, e ao buscarmos as contribuições de Celso Furtado, Márcio Porchman, Leila Linhares, Tarso Genro, Cristovam Buarque e a entrevista com Tania Bacelar, estamos divulgando as alternativas aos processos em curso e tratando dos grandes temas ligados a um projeto para o Brasil na virada do século.

A Opção Brasileira

*Cesar Benjamim**

* Da coordenação Nacional da Consulta Popular. Este texto foi extraído de uma palestra preferida na FASE visando a publicação deste número de **Proposta**.



Apresentação

Cunca Bocayuva - Dada a relevância do livro *A Opção Brasileira* da Consulta Popular, sendo uma proposição mais abrangente de proposta estratégica, e dado o seu papel destacado como um dos autores e organizador e como intelectual que formula e que tem uma atuação *sui generis* em relação às características da intelectualidade brasileira muito presa à academia, ou seja, sua independência comprometida que não é comum na intelectualidade brasileira, convidamos Cesar Benjamim para um debate aqui na FASE e propusemos junto com o Conselho editorial da Revista Proposta que este número dialogasse com o livro *A Opção Brasileira*.

Seria interessante que você primeiro relatasse em que bases esse projeto foi gestado, além do ambiente de recusa da subserviência

intelectual que está posto, mas a partir de que análise e visão do Brasil essa construção se deu.

Em segundo lugar, que elementos que você destacaria e as observações que você faria, as lacunas que você apontaria e as contribuições que você veria que podem ser dadas ao debate pelas organizações da sociedade que têm papéis distintos.

E, finalmente, que você nos falasse da Consulta Popular propriamente dita: é um campo político, é um conjunto de forças sociais, é uma esfera pública para o debate do projeto nacional? para clarificar um pouco mais a proposta, pois, hoje, observamos nos fóruns existentes que há uma problemática de articulação de atores, há uma problemática de agenda de lutas, mas há, sobretudo, uma problemática de projeto.

César Benjamim - Você me deu várias possibilidades de entrada. Há uma percepção no conjunto de pessoas que têm participado dessa iniciativa de que talvez nós estejamos entrando, nos próximos anos, num novo período da luta política no Brasil diferente daquele dos últimos dez anos, que foram marcados por uma clara hegemonia de um projeto que coesionou as elites, que prometeu um futuro, conquistou o imaginário da opinião pública, que tinha grandes medidas a tomar e que comandou a vida brasileira nessa última década. Se tivermos como marco a eleição de 89 até agora, vamos ver que nesses dez anos permanecemos em diferentes esferas, isto é, no debate intelectual, na prática política, nas organizações sociais, basicamente num quadro de defensiva. Este ano de 1999 marca o início de uma crise grave desse projeto que foi hegemônico durante esse período e desta forma, pode abrir um período novo, não no sentido de uma conjuntura nova só do governo Fernando Henrique, mas um período novo que se projete pela próxima década no Brasil. Uma das coisas boas nessa crise é que o Brasil tem que buscar uma alternativa. O pensamento único, a arrogância têm que se moderar nesse novo contexto.

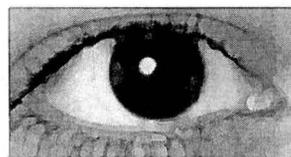
Essa crise da tentativa de construção de um modelo neoliberal no país pega um Brasil bastante



modificado e, em larga medida, desconhecido porque muitas modificações estruturais ocorreram nos últimos 20, 25 anos. Elas são muito recentes e ainda não são suficientemente dominadas acho que por ninguém. O Brasil que começa a viver a crise do modelo neoliberal é muito diferente do Brasil que nós mais ou menos conhecemos e estudamos.

Eu chamaria a atenção para três mudanças estruturais que houve nesses últimos vinte anos que vão ser muito importantes no período que se abre. A primeira é que, apesar de ter sido uma economia sempre injusta, excludente, com todas as características que nós conhecemos, o capitalismo brasileiro foi, ao longo do século, uma

entrando na terceira. Não há um cenário favorável em que se possa pensar que a economia brasileira retome uma trajetória de crescimento rápido nos próximos dez anos. Podem haver oscilações, o *stop and go* dos economistas, mas a média permanecerá medíocre nos próximos muitos anos. Isso é um dado novo na história do século XX e agora já do século XXI do Brasil. A importância disso é que, numa economia em que o núcleo capitalista é de crescimento lento, e na medida em que esse núcleo continua a ser excludente e concentrador, etc, as possibilidades de “se virar” de quem está fora desse mesmo núcleo se tornam muito menores. Então, o dinamismo do capitalismo brasileiro, com



economia muito dinâmica. O ritmo de crescimento econômico foi muito alto no Brasil na média do século e isso tem importância porque quando o núcleo capitalista tem um grande dinamismo, mesmo que ele não incorpore a maioria da população, ele facilita que essa maioria “se vire” na periferia desse núcleo de crescimento. Se você tem uma indústria automobilística crescendo 15% ao ano como cresceu no Brasil, você tem um mercado de segunda-mão de automóveis, você tem a lanternagem, você tem um conjunto de atividades periféricas àquele núcleo dinâmico que, embora seja excludente, permite essa “viração”.

Uma primeira constatação que devemos fazer no meu entender é que tudo indica que o Brasil transitou, nos últimos 15 anos, de uma economia capitalista dinâmica para uma economia capitalista de baixo crescimento, ou crescimento lento. Ou seja, há um novo dado estrutural no quadro brasileiro. Nós estamos completando em 1999 a segunda “década perdida” e estamos

todas as suas mazelas, foi um elemento importante ao longo do século no sentido de abrir alternativas, mesmo que na margem. Hoje, essas alternativas na margem que organizaram a vida de uma parcela importante do nosso povo estão cada vez mais difíceis.

Ao lado disso, nós temos um processo de urbanização extremamente intenso nos últimos 20 anos. Os dados são impressionantes: entre 1980 e 1991, que são os dois últimos censos, a população total brasileira cresce em 33 milhões de pessoas e a população urbana cresce em 36 milhões. Ou seja, não nasce ninguém no campo brasileiro, na média estatística de 11 anos, ao contrário, o campo brasileiro perde 3 milhões de pessoas e, além disso, essa urbanização tem a característica de ser uma “metropolização”, ou seja, nessa década, 45% do crescimento populacional no Brasil ocorre nas nove regiões metropolitanas. Imaginando o mapa brasileiro, teremos 9 pontos que já abrigam 40% da

população e têm um crescimento demográfico que equivale a quase a metade do crescimento demográfico de todo o país. Isso cria também uma outra situação nova, em primeiro lugar porque, até 1970, o Brasil ainda era um país de maioria rural. O primeiro censo que dá equilíbrio é o de 1970. Já o de 1991 indica 76% da população vivendo na cidade e a expectativa agora é que seja mais de 80%. Houve uma brutal alteração estrutural nessa sociedade nesses vinte anos. Pode-se visualizar obviamente os múltiplos impactos que essa alteração tem, mas basta lembrar um deles: quando você coloca uma família na cidade, você a colocou no mercado, portanto, afastou-a de qualquer possibilidade de economia natural que ela pudesse ter no campo. Ela passa a depender da renda monetária para comprar a sua sobrevivência, ela não tem mais essa retaguarda natural. Então você lançou grandes massas humanas no ambiente do mercado, no mesmo ambiente histórico em que você deixa de ser uma economia de crescimento rápido e passa a ser uma economia de crescimento lento, e essas massas se concentram em grandes aglomerados urbanos. Esta, portanto, é uma segunda mutação estrutural importante cujos resultados certamente serão importantes para o Brasil no futuro, mas não estão claros ainda. É um processo que está em curso, muito atual.

**IMAGINANDO O
MAPA BRASILEIRO,
TEREMOS 9 PONTOS
QUE JÁ ABRIGAM 40% DA
POPULAÇÃO
E TÊM UM CRESCIMENTO
DEMOGRÁFICO QUE
EQUIVALE A QUASE A METADE
DO CRESCIMENTO
DEMOGRÁFICO DE
TODO O PAÍS**

**O BRASIL DE HOJE
NÃO É UM PAÍS EM QUE A NOVA
GERAÇÃO OLHE
PARA TRÁS E DIGA:
EU TENHO UM
HORIZONTE MAIS SEGURO
OU MELHOR QUE O
DOS MEUS PAIS**

E junto com isso, há uma terceira mutação estrutural no Brasil nos anos 90, que não está ainda quantificada, nem bem estudada. É apenas uma hipótese, mas acho que é uma hipótese consistente. Há muitos estudos que mostram que até 1990, apesar da concentração de renda, apesar de todas mazelas do nosso capitalismo, em parte por causa do grande dinamismo econômico, o Brasil foi na média uma sociedade que permitia a mobilidade social ascendente. Quer dizer, cada geração de brasileiros vivia um pouco melhor na média do que a geração de seus pais e tinha percepção disso; cada geração tinha um nível de escolaridade superior ao da anterior e havia a percepção disso, ou seja: *“eu estudei mais que o meu pai, meu filho vai estudar mais do que eu”*. Havia uma sociedade que, pelo fato de ter uma economia capitalista dinâmica, pelo fato de ter fronteiras agrícolas abertas, pelo fato de ter uma escola pública que funcionava num certo momento da nossa história (entre os anos 40 e os anos 70 nós tivemos uma expansão significativa da rede pública), pelo fato de que o núcleo moderno da economia gerava emprego numa taxa superior ao do crescimento da população (a indústria brasileira empregava na média 6% por ano numa sociedade cuja população crescia 2,3%), estava recolhendo gente dos setores mais atrasados e colocando gente dentro dos setores dinâmicos, o que tinha tradução também em níveis salariais melhores, etc.

Um conjunto de estudos consistentes mostra que, até 1990, nós tínhamos uma mobilidade social ascendente. A minha hipótese é que os anos

90 cortam esse cenário. O Brasil de hoje não é um país em que a nova geração olhe para trás e diga: *Eu tenho um horizonte mais seguro ou melhor que o dos meus pais*. Ao contrário, eu acho que nós nos transformamos numa sociedade que dissemina em larga escala a insegurança. Mesmo quem está empregado, mesmo os adultos brasileiros hoje não têm a segurança de que viverão melhor daqui a cinco anos. Ou seja, há um grau de insegurança que tem múltiplas formas: a insegurança do emprego e do desemprego; a insegurança da violência urbana; a insegurança da possibilidade de doença num país em que o sistema de saúde pública não oferece serviços suficientes e decentes; a insegurança do filho adolescente que não teve uma escolaridade minimamente preparatória; a insegurança de que esse filho não conseguirá emprego. Enfim, não importa a forma, o fato é que nós nos transformamos numa sociedade que multiplica as incertezas e que cortou a trajetória de mobilidade social ascendente. Eu não teria como demonstrar isso, é muito uma percepção do Brasil contemporâneo e não um resultado de um estudo sistemático.

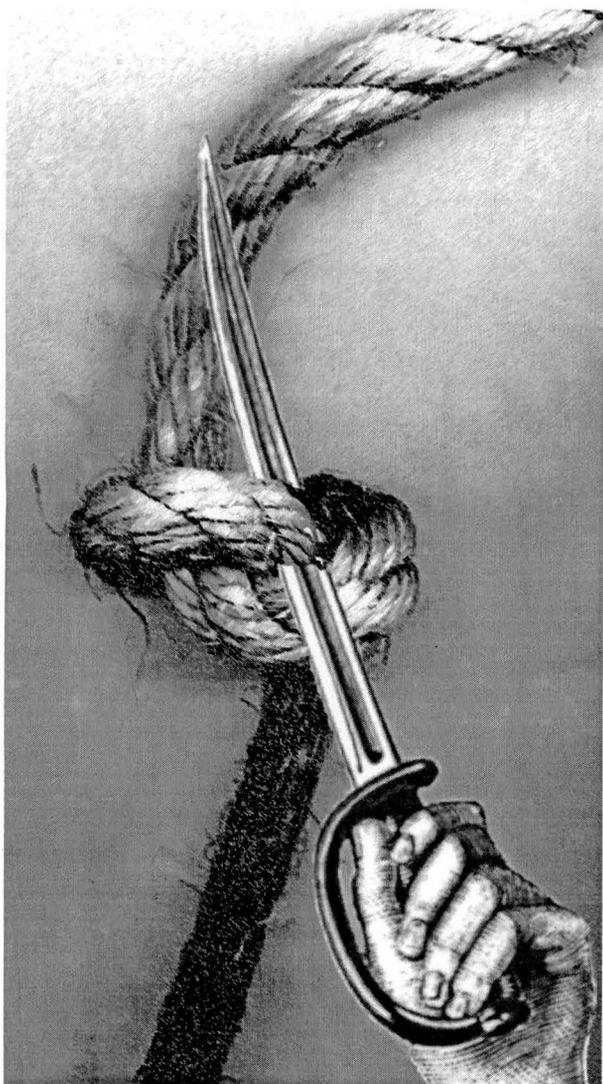
Se isso for verdade, penso que temos um Brasil novo que está em vias de formação e, portanto, é muito desconhecido, e que também não se explicitou, não amadureceu do ponto de vista da luta política. Esse novo cenário estrutural ainda é alguma coisa muito jovem, é o cenário de um país de baixo crescimento, de população urbana e sem mobilidade social e contrasta com os 80 anos anteriores que são mais conhecidos.

Esse país, que eu diria que tem características estruturais novas, de alguma maneira já esboçou algumas vezes querer se estruturar. Eu chamo atenção para o fato de que em oito anos, entre 1984 e 1992, nós tivemos três grandes vagas de luta política no Brasil que colocaram milhões de pessoas nas ruas – Diretas Já (1984), Campanha do Lula (1989) e o *Impeachment* (1992). Eu tenho a impressão de que essas três grandes vagas humanas são os primeiros ensaios desse novo país. Ensaios não suficientemente firmes para que esse

novo país assumisse um projeto, caminhasse sobre seus próprios pés e conduzisse até o fim. Se observarmos essas três grandes vagas, ao fim e ao cabo, foram derrotadas - nós *não* obtivemos as Diretas Já, nós *não* elegemos o Lula em 1989 e tiramos o Collor, mas o sistema de poder permaneceu inalterado. Isso, entretanto, me dá uma dimensão de que esse país que ensaiou três vezes está aí, ele não desapareceu e é o país que criou condições estruturais novas para que as massas humanas tenham um peso na sua história diferente do que foi até aqui. Se nós pensarmos no Brasil de 1930, 1940, da Primeira República nós vamos ver que nunca tivemos condições tão favoráveis para que o povo brasileiro se torne um ator político de grande peso e eventualmente decisivo na história desse país. Isso contrasta fortemente com uma sensação que permeia a esquerda, permeia todos nós, de falta de alternativas. Nesses últimos 10 ou 15 anos se criou uma certa cultura da derrota. Todos nós trabalhando, empurrando da melhor maneira possível nossa militância, o nosso trabalho, mas sabendo que estávamos fora da hora, quer dizer, que a hora era deles, a hora não era nossa.

Se essa avaliação é pertinente, a crise no modelo neoliberal encontra esse novo país, claramente desconhecido, e abre um outro período que tem qualidades novas em relação aos últimos 10, 15 anos. Isso torna muito necessário que repensemos se nós estamos preparados para encarar uma mudança de período, ou se, ao contrário, estamos submetidos à rotina de um período de defensiva.

Eu diria que, de maneira geral, a esquerda não está preparada. Na verdade, eu acho que nos últimos 15 anos, uma geração da esquerda foi formada e se acostumou num quadro geral em que a questão de uma alternativa de esquerda à crise brasileira não estava efetivamente colocada na ordem do dia. A forma de lidar com isso é múltipla. Você pode, por exemplo, se escorar na denúncia ou num discurso de uma retórica radical muito grande, mas que não configura uma alternativa; ou na construção de carreiras polí-



ticas, ou na busca de administrações municipais e estaduais, não importa a forma. O fato é que existia e ainda existe uma percepção generalizada e ainda pouco explicitada de que nós ainda não estamos diante da tarefa de ter uma alternativa de transformação do Brasil. Acho que isso é o que se coloca nos próximos anos e não é pouco, porque não é só uma questão de encontrar o discurso, muda a nossa postura, de repente, o nosso enquadramento. Uma coisa é você militar num quadro em que a questão de você construir uma alternativa real para o país está fora da sua alçada, outra coisa é você militar num outro período em que isso se torna possível. Ao meu ver isso se tornará possível e necessário nesses próximos anos. O que coloca para a esquerda um imenso desafio

de reciclagem, eu diria até de refundação. Porque nós temos uma geração de esquerda que se deformou muito nesses últimos 10, 15 anos.

Pegando a questão que você levantou, a Consulta é uma proposta que traz em si essa maneira de uma refundação. Ela usa a palavra refundação exatamente porque é forte - é repensar fundamentos, fundações.

Haveria pelo menos dois caminhos fáceis e catastróficos para encarar esse desafio. Primeiro seria pensar essa refundação como um evento: nós nos reunimos e chamamos mais 200 pessoas e refundamos a esquerda. Quer dizer, não refundamos absolutamente nada e daí a um ano estaríamos imersos no mesmo quadro cultural, político ao qual queremos reagir e criticar. Então, a primeira coisa é que a refundação não é um evento, é um processo no tempo e, nesse sentido, ela não tem um centro, não é um fato e muito menos um fato espetacular, menos ainda um fato mídia. É um processo que tem que se disseminar e amadurecer longamente envolvendo milhares de pessoas. Em segundo lugar, um outro erro dessa idéia da refundação seria pensá-la atrelada a uma forma institucional determinada: “vamos fazer um partido ou não vamos fazer um partido?”. Na verdade, nossa ênfase toda é pensar os conteúdos que têm que estar presentes nesse processo. Então, em vez de pensar uma forma ligada a um evento, começamos a nos debruçar em pensar num processo que dissemine conteúdos e cuja forma permanece sendo construída ao longo do tempo, da maneira possível. E imaginamos isso trabalhando em três grandes vetores. Ao primeiro chamamos o “vetor dos valores”, ou seja, não se trata de chegar e ganhar uma convenção qualquer para falar “Fora FHC” ou “Basta de FHC”, é preciso perceber que os valores fundantes de uma prática transformadora foram profundamente desagregados e dilacerados nos últimos anos dentro da esquerda brasileira. Se ela não encarar uma revisão dos seus valores, não se constituirá como uma força política capaz de transformar o Brasil. Não é uma questão de

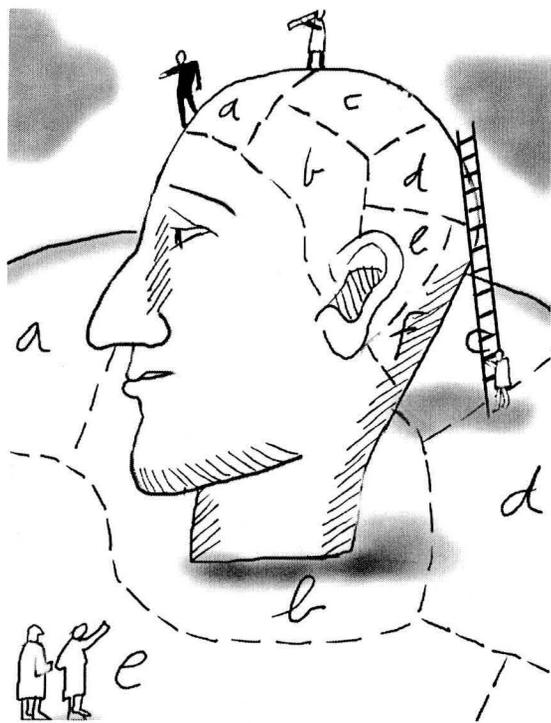
ser moralista, e sim uma questão da eficácia da ação política transformadora. Ou seja, transformação de uma sociedade como a do Brasil, que passa por um nível de crise que nós nunca vimos, exige milhares de pessoas com um nível de compromisso, um nível de desprendimento que envolve valores para que inclusive as decisões políticas sejam sustentadas. É preciso rever esse processo de integração de valores e reconstruir ambientes em que esses valores sejam repensados. É evidente que nenhum de nós é melhor do que as outras pessoas, nem as pessoas que estão na Consulta são melhores do que as outras. O que pode ser diferente são ambientes que estimulem que nós coloquemos para fora o que temos de pior ou, ao contrário, que estimulem que desenvolvamos e coloquemos para fora o que temos de melhor. Você pode ter ambientes em que prevaleça o individualismo, a disputa, e pode ter ambientes em que se cultivem outros tipos de sentimentos nas pessoas. Esse é um primeiro trabalho sistemático no âmbito da Consulta.

O segundo caminho da refundação é o caminho da prática. Existem hoje no país milhares de militantes de esquerda em gabinetes, em administrações, em parlamentos, e temos pouca gente na verdade com o “pé no barro”. Assim, o segundo ponto é essa questão, ver como fazer isso, como construir isso.

**... É PRECISO PERCEBER QUE
OS VALORES
FUNDANTES DE UMA
PRÁTICA TRANSFORMADORA
FORAM
PROFUNDAMENTE
DESAGREGADOS E
DILACERADOS NOS
ÚLTIMOS ANOS
DENTRO DA ESQUERDA
BRASILEIRA**

**EXISTEM HOJE NO PAÍS
MILHARES DE
MILITANTES DE ESQUERDA EM
GABINETES, EM
ADMINISTRAÇÕES, EM
PARLAMENTOS,
E TEMOS POUCA GENTE NA
VERDADE COM O
“PÉ NO BARRO”**

O terceiro é a vertente do pensamento. Faz parte de uma refundação da esquerda, para esse possível novo período, a refundação do seu pensamento, ou seja, de alguma maneira dotar-se de um pensamento capaz de falar com o Brasil, colocar-se à altura da crise brasileira neste fim de século, que é uma crise de dimensão histórica. Minha hipótese é que a forma de solução dessa crise atual define, em larga medida, uma trajetória longa do Brasil, assim como aquela definida pela resolução da crise de 1930. Ou seja, a forma de solução da crise da economia agrário-exportadora em 1930 definiu o século XX do Brasil. O país que conhecemos hoje é filho da decisão de 1930, o que veio depois foram ajustes. O impulso de 30 se esgotou e o Brasil tem uma outra bifurcação que vai definir algumas décadas da sua história. Isso pressupõe um pensamento de esquerda que vai romper de um lado, com o pragmatismo, que é uma marca muito forte nessa geração atual, inclusive de dirigentes. Pragmatismo porque se temos uma esquerda que a cada dois anos tem um processo eleitoral e a cada ano tem um processo de congressos e convenções internas, esta é uma esquerda que gira sempre em torno de como ganhar a próxima convenção e quem conseguirá se eleger na próxima eleição. Acaba se criando uma geração da esquerda, inclusive de quadros jovens, de dirigentes de 1º, 2º, 3º, 4º escalões marcada pelo pragmatismo. Sabem ganhar uma convenção, sabem construir uma articulação, mas não sabem mais se colocar à altura da crise que o país está passando e, portanto, não sabem falar para essa crise.



De outro lado, você tem um outro conjunto de formulações ligadas à academia. E talvez aí você tenha o extremo oposto, pois são formulações muito eruditas. A academia brasileira hoje, certamente, é mais erudita do que era nos anos 60 (existem mais doutorados, mais leituras, mais intercâmbio com o exterior, mais possibilidades, etc), mas ela é, ao mesmo tempo, uma academia que perdeu sua ligação com a sociedade e, portanto, o próprio potencial vital da sua criação. Nos últimos anos, temos oscilado um pouco entre o pragmatismo e a erudição, e essa tentativa de refundação do pensamento no fundo é a tentativa de abertura, reabertura ou fortalecimento de um campo de pensamento que não é nem pragmático nem acadêmico, é um campo de pensamento que se volta para a ação transformadora, mas não pensando essa ação de maneira pragmática, e sim no contexto de uma visão histórica, de uma estratégia de longo prazo, etc. Até agora, a expressão mais completa desse esforço de pensamento é *A Opção Brasileira* que vem sendo largamente debatida...

Tenho inclusive a idéia de fazermos um 2º volume chamado “Ensaio Crítico sobre *A Opção Brasileira*”, isto é, selecionar o conjunto das melhores contribuições que surgiram e fazer um volume com ensaios críticos onde os próprios

signatários da *A Opção* fariam um ensaio final dando um balanço destes ensaios críticos. *A Opção Brasileira* foi escrito há um ano e meio atrás, se fosse escrever agora não seria exatamente igual, mas, feita essa ressalva, é um texto que me agrada, é um texto que hoje eu olho e me disponho a defendê-lo.

Primeiro é importante entender o quê *A Opção* não é. Ele não é um texto sobre conjuntura, embora contenha elementos, principalmente na análise sobre o Plano Real. Não é um texto teórico, embora contenha elementos de teoria. Não é um programa de governo, isso da nossa parte é consciente, quer dizer, o que a esquerda precisa é reconstruir um sistema de idéias, se esse sistema for consistente e for apropriado por milhares de pessoas, programa de governo, análise de conjuntura, etc., isso será produzido. O neoliberalismo só consegue formular um programa prático porque tem uma base de idéias que lhe confere consistência. *A Opção Brasileira* pretende lançar as bases de um sistema de idéias. Neste sentido, uma das preocupações do livro é aonde é que ele pára. Ele não trabalha políticas setoriais, ele não trabalha programa de governo. Ele está trabalhando uma matriz de idéias.

Das observações que tenho recolhido, talvez pudesse destacar quatro tipos de enfoques críticos. O primeiro é um enfoque, que ao meu ver está equivocado, que pede que *A Opção Brasileira* tenha com o Brasil a mesma relação que um texto acadêmico tem, quando *A Opção* não tem e não quer ter essa relação. Para nós o Brasil não é um objeto de estudo. Somos um movimento vivo de milhares de pessoas que estão dentro do Brasil querendo transformá-lo. A imagem que me ocorre é aquela da “Lição de Anatomia” do Rembrandt, o cadáver sendo dissecado cientificamente. *A Opção Brasileira* não se propõe a fazer isso. O Brasil para nós não é um cadáver sendo dissecado cientificamente. *A Opção* é um texto de intervenção política, embora de intervenção qualificada. Ele está dentro do Brasil, portanto, sua relação com o Brasil não é de conhecimento, no sentido neutro ou científico que esse termo possa ter, é uma relação de intervenção no processo que o país vive.

**HÁ UM DISCURSO MUITO
ARRAIGADO NA ESQUERDA QUE
É O DISCURSO
SÓ DA DENÚNCIA. E NÓS
QUEREMOS FUGIR DISSO POR
VÁRIOS MOTIVOS. PRIMEIRO
PORQUE O DISCURSO DA
DENÚNCIA FREQUENTEMENTE
CONSTRÓI UMA IDENTIDADE
NEGATIVA QUE
É SIMÉTRICA AOS MITOS DA
CLASSE DOMINANTE**

Freqüentemente ouço críticas que querem que *A Opção* tenha a cara de uma tese acadêmica, coisa que ele não tem. Recentemente ouvi uma crítica, muito interessante até, de uma pessoa que achava essencial que *A Opção* tivesse uma discussão sobre a teoria do valor. Ou que cada afirmação fosse provada com rigores acadêmicos, quando, na verdade, *A Opção* tenta retomar uma outra tradição que é a do ensaio interpretativo que não pode demonstrar cada uma das suas afirmações como se fosse uma tese de doutoramento. É um ensaio interpretativo que levanta hipóteses de trabalho que evidentemente não são especulações gratuitas, mas que têm uma abrangência maior que o próprio texto. E isso está muito fora de moda, as pessoas perderam o hábito de buscar explicações abrangentes e fragmentaram. Esse é um primeiro campo de debate que tem havido.

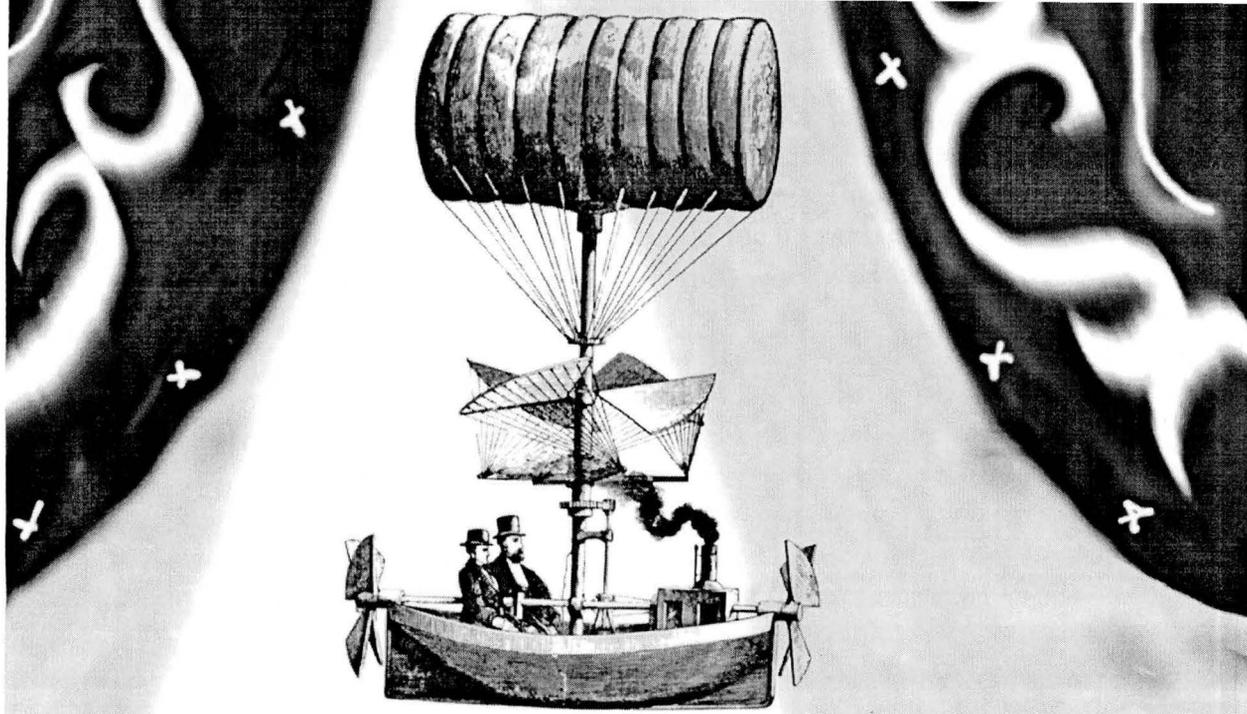
Um segundo campo diz respeito mais a um debate dentro da esquerda. É uma coisa curiosa... *A Opção* não faz uma leitura negativista da História do Brasil, quer dizer, de que a história é genocídio, é exclusão, é pobreza, tudo para trás é um conjunto de derrotas e coisas negativas. *A Opção* não faz essa leitura da História do Brasil e isso causa uma resistência muito grande dentro da esquerda porque é como se estivéssemos conciliando.

Há um discurso muito arraigado na esquerda que é o discurso só da denúncia. E nós queremos

fugir disso por vários motivos. Primeiro porque o discurso da denúncia freqüentemente constrói uma identidade negativa que é simétrica aos mitos da classe dominante. A classe dominante diz assim “Não há racismo no Brasil”, aí a gente diz “Opa! Que história é essa”? Como forma de reagir a isso a esquerda acaba dizendo “O brasileiro é profundamente racista”, ou seja, fica uma coisa espelhada entre duas construções míticas e ideológicas que se contrapõem radicalmente. “O brasileiro é cordial”. Como é que reagimos a isso? “Não, o brasileiro é violento, é sanguinário, a nossa história é a história dos massacres”. Ou como no regime militar: “Vamos construir o Brasil potência”. Como é que a gente reage a isso? “Não. A Nação não vale nada”.

A esquerda acaba construindo uma identidade que é reativa e por ser reativa tem que ser negativa. Por ser negativa ela acaba gerando o discurso da denúncia que tem a aparência da radicalidade. Isso nos conduz a uma armadilha que é a seguinte: o futuro do Brasil, seja qual for, será um desdobramento do seu passado e do seu presente. Não existe um futuro do Brasil que não saia da História do Brasil e que não parta da sociedade que nós vivemos. Se eu afirmo que tudo que aconteceu no Brasil até hoje foi ruim, como é que posso dizer que é possível construir um futuro melhor? O futuro tem que encontrar seu ponto de apoio na sociedade que está aí. Ou seja, é preciso romper com uma grande metafísica implícita que é um pouco assim: “Daqui para trás tudo é ruim e aí eu e o meu umbigo chegamos e daqui para frente tudo será bom”. Isso atribui a nós mesmos uma centralidade histórica completamente desprovida de sentido. Nós somos uma geração a mais numa sucessão de gerações...

**NÃO EXISTE UM FUTURO DO
BRASIL QUE NÃO SAIA DA
HISTÓRIA DO
BRASIL E QUE NÃO PARTA DA
SOCIEDADE QUE
NÓS VIVEMOS**



Se nós queremos tencionar o nosso esforço intelectual e político para construir uma esquerda que tem alternativa, nós temos que descobrir na sociedade brasileira contemporânea os elementos que são potencialmente portadores dessa alternativa. E esses elementos têm história, não são desprovidos de história. Mas isso rompe com um discurso muito mais fácil, que é o da denúncia. Um discurso que insiste muito nas derrotas passadas porque no fundo está anunciando as derrotas futuras, quando na verdade nós queremos construir uma vitória e, portanto, temos que descobrir como é que os elementos desta vitória podem estar presentes no Brasil de hoje e qual é a sua história. Isso é um segundo *front* que fica muito marcado no debate.

O terceiro se dá em torno do uso do conceito de *Nação*, que também é pouco familiar à formulação da esquerda tradicionalmente. A esquerda trabalha mais com a idéia, que supostamente seria do Marx, de que há classes sociais que travam lutas em torno de um eixo que são os sistemas econômicos. Se a sua matriz é essa, então a *Nação* é uma construção espúria. Ela é uma mitificação porque a realidade da História é feita por classes que disputam um sistema econômico, e aí não cabe o conceito de *Nação*.

Eu estou convencido de que essa é uma leitura muito pobre de Marx. (É claro que eu estou

simplificando aqui). Na verdade, quem atribui essa centralidade à economia é o pensamento burguês. Marx constrói um pensamento que desemboca na crítica da economia política, ou seja, ele não é um economista, e a centralidade que ele atribui é à História, ao processo histórico. Isso nos remete para um espaço de análise diferente desse espaço abstrato de classes e sistemas. As classes existem, mas onde? Qual é a sua história? Qual é a história da sua luta? Em que espaço geográfico? Que base cultural existe? Qual é a composição étnica? Ou seja, o nosso esforço foi escrever um livro que explicitamente dissesse o seguinte: “esse livro não vale para a Suíça, não vale para a Índia, não vale para o México. Nós não queremos uma teoria geral da História. Esse livro pensa o processo de lutas de classes numa determinada sociedade que tem uma história, uma geografia, uma cultura, uma composição étnica, e é sobre isso que nós vamos nos debruçar, sobre esse espaço e essa sociedade que se organiza de uma forma nacional”. Portanto, nesse nível de análise, a *Nação* não é uma construção espúria, é uma realidade histórica.

Freqüentemente as pessoas ao olharem a palavra *nação* dizem: “então esse pessoal foi para o nacionalismo”, o que é uma crítica muito injusta. O conceito de nacionalismo, a idéia de

nacionalismo, não está presente em *A Opção Brasileira* porque nós não somos nacionalistas. São duas coisas diferentes. Não se trata de construir uma alternativa para o Brasil no sentido de que ele seja melhor. Assim, teríamos rompido nossos laços com a humanidade. Trata-se de tentar descobrir qual é o espaço estratégico de operação política que nós temos. Esse espaço não pode ser o *local* porque este não dá a dimensão estratégica, a dimensão da História, da grande transformação, é um espaço submetido. E também não pode ser o espaço *planetário* porque ele não nos dá as instituições, as mediações que tornam a nossa ação política eficaz. Ou seja, existe um outro espaço que é o da ação estratégica por excelência, que tem uma fronteira relevante com o espaço local e com o espaço global, mas que tem uma realidade histórica e verdadeira que não é uma mistificação, configura um espaço de operações. Essa é uma terceira questão que freqüentemente aparece nos debates. Isto é, a idéia errônea de que nós optamos pelo nacionalismo. Não, nós estamos definindo que só poderemos ter uma ação internacional e local eficaz se o espaço estratégico da Nação tiver sido pensado e operado de maneira consistente.

A quarta questão que provoca arrepios é uma passagem muito curta no texto, um parágrafo, e que freqüentemente acaba sendo guindada para a centralidade do debate, que é o tema da ruptura e o papel das Forças Armadas. Em uma passagem do texto dizemos que o quadro estrutural de fundo, gerador do posicionamento das Forças Armadas no Brasil num certo momento histórico, que todos conhecemos e combatemos, está se alterando e isso poderá causar mudanças na inserção política das Forças Armadas nesse novo período. Aqui está implícita a questão da ruptura. É possível transitar na direção de cinco eixos: soberania, solidariedade, desenvolvimento, sustentabilidade e democracia ampliada - os cinco eixos do projeto. Do Brasil atual para esse outro Brasil é possível transitar apenas navegando nos espaços interiores do sistema de poder? Ou esse

sistema de poder terá que dar lugar a outro sistema de poder de alguma forma em algum momento? Nós achamos que não é uma transição da democracia restrita para a democracia ampliada isenta de rupturas. Isso quer dizer que em algum momento, que não sabemos precisar nem a forma nem o tempo, essa questão provavelmente se colocará e, ao se colocar, confere à atuação das Forças Armadas um caráter extremamente delicado. Na medida em que o conflito político ganha a forma de algum nível de ruptura, essa instituição, que detém o monopólio do uso da força, é decisiva nesses contextos. Há três grandes possibilidades. Ou essa instituição se une contra você, e esta é uma primeira possibilidade que não descartamos; ou essa instituição se une a você, e estou raciocinando isso genericamente; ou essa instituição se divide, e com isso perde a sua capacidade de ser decisiva, isto é, se ela estiver dividida ela anula a si própria.

O que nós achamos é que é possível construir um contexto em que essa instituição se divida e que, portanto, seu potencial de desequilíbrio na correlação de forças torne-se nulo ou quase. Há vários motivos para se pensar desta maneira. Primeiro está em curso, no mundo e no Brasil, uma mutação geral de enfraquecimento dos Estados Nacionais e, portanto, de suas funções permanentes, entre as quais a função de defesa. Devemos considerar também o fim da Guerra Fria e o conflito Norte-Sul, que no caso brasileiro se explicitará, a meu ver, em torno da Amazônia e outras questões. Enfim, são várias linha de argumentação que mostram que não devemos pensar os próximos vinte anos dando de barato que a nossa relação com as Forças Armadas será a mesma de 30 anos atrás. É prestar um serviço à classe dominante brasileira entregar-lhe desde já as Forças Armadas. Nós achamos que há um contexto geral novo, que terá repercussões a médio prazo, que pode redefinir as relações. Esse é um outro tema que causa um tremendo reboiço dentro da esquerda. São os cinco temas que eu tenho visto sendo discutidos.

**... ESTAMOS TENTANDO É
AJUDAR A CRIAR UMA OUTRA
GERAÇÃO, NÃO NO SENTIDO
CRONOLÓGICO – JOVEM
CONTRA VELHO -, E SIM SAIR
DO ESPAÇO
POLÍTICO-CULTURAL EM QUE A
ESQUERDA SE FECHOU NOS
ÚLTIMOS 15 ANOS E FAZER COM
QUE MILHARES DE
MILITANTES DE ESQUERDA
ABRAM UM NOVO ESPAÇO DE
OUTRA QUALIDADE**

Para finalizar, um ano e meio depois de ter escrito, acho que *A Opção Brasileira* tem mais méritos que defeitos. E o seu maior mérito certamente é que ele está organicamente ligado ao movimento. A Consulta Popular hoje articula um conjunto de movimentos sociais e tenta constituir uma rede de militância fortemente descentralizada, que não tem uma estrutura hierarquizada, uma burocracia. Uma rede que crie dentro da esquerda brasileira um espaço onde valores, práticas e pensamentos vão sendo retrabalhados dentro da idéia de que a crise brasileira não vai esperar a esquerda concluir a sua luta interna. E essa luta interna não tende a se concluir, ela gera mais luta interna. Não chega o momento em que você diz “agora acabou a luta interna, fez-se o sol”. A história dos últimos anos da esquerda mostra que isso se transformou num nó perpétuo. Há muitos companheiros de muito boa qualidade e muito honestos que estão tentando desatar esse nó da luta interna. A nossa posição foi pegar uma espada e cortar o nó. E isso tem causado uma grande confusão do que é a Consulta Popular. Se a Consulta seguisse a sintaxe da luta interna da esquerda ela seria mais bem aceita, porque afinal de contas ela estaria jogando o jogo que era para ser jogado. A Consulta não está jogando esse jogo. Ela está produzindo movimentos sociais, multiplicando quadros, multiplicando essa

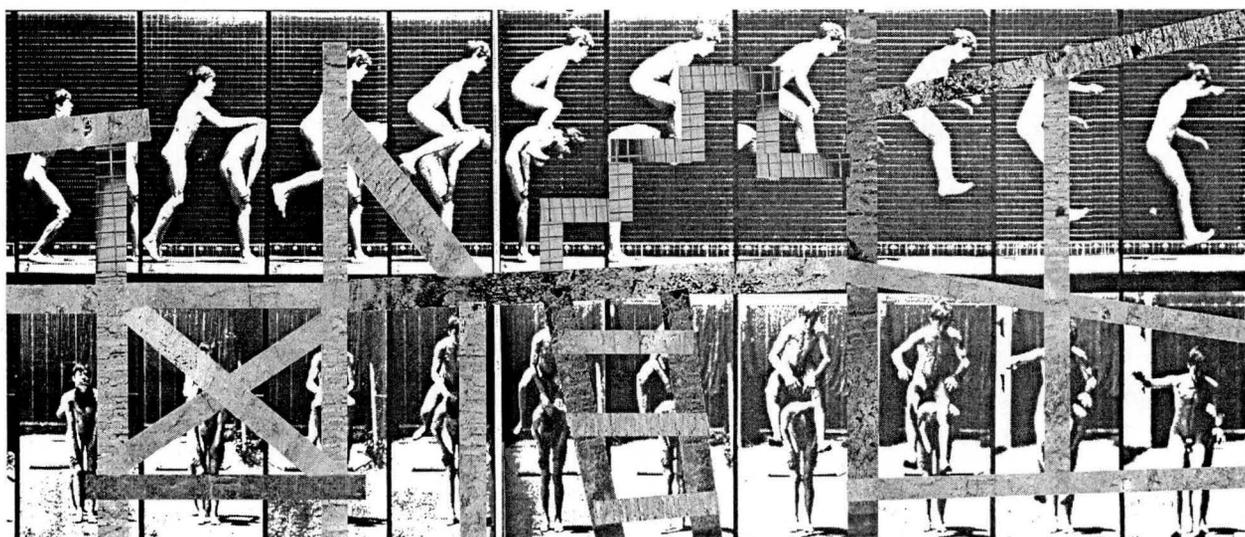
rede e se entende como estrutura transitória. Uma estrutura que não tem um formato definido, que não tem clareza do seu próprio futuro e que vai construir esse futuro coletivamente. Então muitas questões que podem estar na cabeça de vocês estão na nossa também. Há muitas questões em aberto na Consulta e nós convivemos com elas sabendo que é um processo, e que temos de estar atentos para descobrir as formas ao longo desse processo.

Hoje em dia o MST, as Pastorais Sociais, os Sem Teto, a Central de Movimentos Populares, intelectuais, muitos militantes que já tinham se afastado da militância formam essa rede que tem muitos milhares de pessoas. Nós trabalhamos com projetos multiplicadores, ou seja, a cada momento há um pacote de projetos sendo implantado e a cada seis meses a gente redefine. Nos reunimos para definir a prática e não para construir uma grande organização. O livro foi um dos projetos multiplicadores. Hoje está virando uma cartilha que está sendo feita pelo Claudius. Agora está se trabalhando com as marchas, uma das quais sai do Rio para Brasília, que já não é mais uma marcha do MST é uma marcha conjunta. Ela chega em Brasília em meados de outubro.

A marcha fica dois meses e meio na estrada. A coluna do Rio sai com 1.100 pessoas mais ou menos. E a idéia não é o ponto de chegada e sim o trajeto. O trajeto a pé em que a marcha em cada cidade se desfaz e se multiplica em debates em paróquias, sindicatos, universidade, escolas, etc, se refaz, e continua. Nesse momento, estamos muito empenhados nisso. Tem um trabalho de formação sistemático claro. Tem um trabalho de articulação de formas de comunicação e de debate e formulação de projetos. E, no fundo, para finalizar, acho que estamos tentando é ajudar a criar uma outra geração, não no sentido cronológico – jovem contra velho -, e sim sair do espaço político-cultural em que a esquerda se fechou nos últimos 15 anos e fazer com que milhares de militantes de esquerda abram um novo espaço de outra qualidade. Uma nova geração nesse sentido, e dentro da idéia de uma refundação processual da esquerda para fazer frente a esse novo período.

Brasil: os caminhos da reconstrução

*Celso Furtado**



* Celso Furtado nasceu na Paraíba em 1920. Foi Ministro do Planejamento no governo João Goulart. Em 1964, teve seus direitos políticos cassados. De volta ao Brasil, foi Ministro da Cultura no governo Sarney. Foi professor de Economia do Desenvolvimento na Sorbonne e em várias outras universidades européias e americanas. É autor de inúmeros livros, sendo o mais conhecido *Formação Econômica do Brasil*. Este artigo foi publicado originalmente no jornal Folha de São Paulo.

O problema

A política econômica seguida tradicionalmente no Brasil engendrou uma sociedade com chocantes desigualdades, sujeita a crises intermitentes de balança de pagamentos. Não podemos ignorar esse fato se pretendemos compreender a inflação crônica que caracterizou a economia brasileira nas fases de crescimento e também nas de recessão.

A estratégia de estabilização adotada pelo governo a partir de 1994 ignorou essa realidade. Ora, a instabilidade vinha reduzindo a governabilidade do país desde os anos 70, quando mudou a conjuntura internacional sob impacto da alta do preço do petróleo e, no fim do decênio, com a elevação abrupta das taxas de juros no mercado internacional. Esse aumento nas taxas de juros operou em detrimento dos países do Terceiro Mundo e em benefício dos Estados Unidos, que passaram a absorver grande parte dos recursos disponíveis para investimento na esfera internacional.

O traço essencial que marcou a política implantada há cinco anos consistiu em tirar proveito do aumento conjuntural de liquidez internacional, sob a forma de aplicações em fundos de capitalização de curto prazo. Deu-se, assim, mais elasticidade à oferta interna de bens de consumo mas inverteu-se a posição do balanço comercial que, de positivo, passou a ser fortemente negativo. Isso favoreceu a massa de consumidores, o que produziu dividendos políticos consideráveis. Pouca preocupação houve com os fundamentos da estabilidade, não obstante a ampla experiência acumulada no país de luta contra a inflação e suas raízes estruturais ligadas ao subdesenvolvimento. Com efeito, é reconhecido o pioneirismo do Brasil no esforço de teorização sobre essa matéria.

Como era de prever, a estabilidade de preços engendrou sem demora um grave desequilíbrio na balança de pagamentos. À diferença do ocorrido no passado, quando se enfrentava esse tipo de desequilíbrio manipulando o câmbio, desta vez

privilegiou-se a estabilidade de preços, buscando o endividamento externo de curto prazo mediante a elevação exorbitante das taxas de juros. Essa política de juros altos provocou uma redução dos investimentos produtivos e uma hipertrofia dos investimentos improdutos. O país começou a projetar a imagem de uma economia distorcida que se endividava no exterior para financiar o crescimento do consumo e investimentos especulativos, alienando o patrimônio nacional mediante um programa de privatizações. A soma do endividamento público interno com o endividamento externo (Passivo Brasil) praticamente dobrou entre 1994 e 1998, passando de 35% para 65% por cento do PIB. Se relacionamos esse passivo com o estoque de capital fixo reprodutivo acumulado no Brasil, a relação aumenta de 23% para 44%.

Não seria o caso de culpar os formuladores do novo plano de estabilização, que haviam recomendado uma política compensatória fiscal, a qual engendraria uma elevação compulsória da poupança. É sabido que essa nova política foi concebida nos Estados Unidos, com a colaboração de técnicos do Fundo Monetário Internacional, o que explica que não se haja tido em conta as peculiaridades do processo legislativo brasileiro, o qual está longe de ter o nível de racionalidade ao gosto dos tecnocratas. Mas não se pode ignorar que a nova política produziu pingues dividendos políticos, que inebriaram os dirigentes do poder executivo. Obteve-se, mediante reforma constitucional, o direito à reeleição dos chefes desse poder, mas o custo político decorrente do conseqüente sobreendividamento traduziu-se em um desequilíbrio cujos efeitos ainda não foram plenamente conhecidos.

A partir de então, fez-se evidente que a economia brasileira se autocondenara a ter de apelar para uma ruínosa moratória cujo impacto internacional seria necessariamente considerável. Foi o temor a essa repercussão que abriu espaço para uma ação preventiva de apoio ao Brasil comandada pelas nações mais ricas e articulada pelo FMI. Mais uma vez evidenciou-se que as



instituições internacionais são incapazes de mobilizar os recursos requeridos para evitar rupturas de pagamentos de grande vulto. Os poucos recursos que intermedeiam são aplicados a taxas de juros que pouco alívio trazem aos devedores. Não obstante a excepcionalidade do caso, os recursos postos à disposição do Brasil aprofundaram o endividamento do país, particularmente tendo-se em conta que as condicionalidades do FMI conduzem a uma recessão de elevado custo social. A estratégia desse órgão baseia-se em uma compressão da demanda para aumentar a capacidade de pagamento do serviço da dívida externa de mais longo prazo. Busca-se a adoção de um sistema de “currency board”, ou seja, a *dolarização* progressiva, à semelhança do ocorrido na Argentina. Isto implica em que o Brasil, superendividado, deve compartilhar com

o sistema financeiro internacional o governo do país. Diante dessa perspectiva temos de reconhecer que o recurso à moratória seria um mal menor em comparação com a abdicação da responsabilidade de autogovernar-se a que seríamos levados pela *dolarização*.

A situação a que fomos conduzidos nos obriga a buscar entendimento com os credores no plano externo como no interno. Os aliados potenciais internos são os grupos industriais esmagados pelas taxas de juros exorbitantes e a classe trabalhadora, vítima do desemprego generalizado. No plano externo, cabe lutar por uma reestruturação do sistema financeiro internacional, no sentido de reduzir a volatilidade dos fluxos de capital a curto prazo.

No momento atual, presenciamos uma volta ao processo de endividamento externo ao sabor da nova vaga de liquidez do mercado financeiro internacional. Portanto, voltamos a aceitar o risco de uma moratória catastrófica, que parece ser o objetivo dos que se empenham em liquidar o que resta do patrimônio público (leia-se Petrobrás) e em ceder a instituições supranacionais o comando do sistema monetário brasileiro (leia-se *dolarização*). Se privatizamos o atual sistema bancário controlado pelo governo (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), estaremos em realidade submetendo a interesses privados os instrumentos da política econômica, o que significa tornar sem função o Banco Central. De toda forma, isso ocorrerá se mergulharmos numa progressiva *dolarização*, na conformidade dos compromissos assumidos com os credores externos sob a orientação do FMI.

Que fazer?

O objetivo a alcançar a longo prazo deve ser uma reforma de estruturas visando retomar o processo de construção interrompido, a que me referi em livro publicado no começo do decênio. A estratégia a ser seguida requer ação em três frentes. A primeira visa reverter o processo de concentração patrimonial e de renda que está na

raiz das malformações sociais que se observam no Brasil. Nosso país se singulariza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão-de-obra subutilizadas, elementos que dificilmente se encontram reunidos em outras partes do planeta. Por outro lado, abriga dezenas de milhões de pessoas subnutridas e mesmo famintas. A solução para este problema é de natureza política, antes de ser econômica, como bem expôs o economista hindu Amartya Sen, o mais recente Prêmio Nobel de Economia.

Esse autor demonstra com clareza que o problema das fomes epidêmicas e da pobreza endêmica em amplas áreas do mundo atual não depende prioritariamente de aumento da oferta de bens essenciais nos países concernidos. Trata-se do que ele chama de “ênfoque da habilitação”. Para participar da distribuição da renda social, é necessário estar habilitado por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo. O que está bloqueado em certas sociedades é o processo de habilitação. Isso é evidente com respeito a populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter esse acesso. O mesmo se pode dizer das populações urbanas que não estão habilitadas para ter acesso à moradia. As instituições que permitem a concentração em poucas mãos da formidável valorização das terras urbanas respondem pela miserabilidade de grandes massas da população. A pobreza em massa, característica do subdesenvolvimento, tem com freqüência origem numa situação de privação do acesso à terra e à moradia. Essa situação estrutural não encontra solução através dos mecanismos dos mercados.

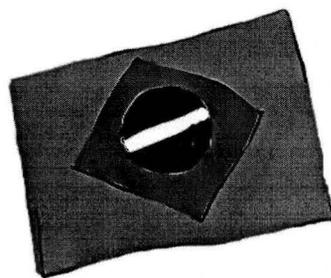
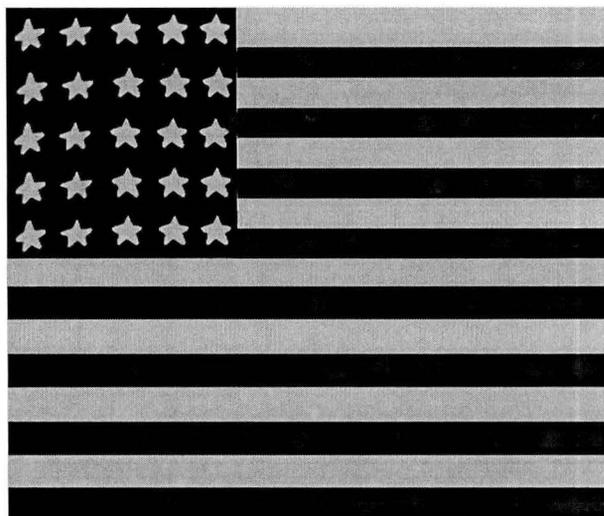
A segunda frente a ser atacada é a do atraso nos investimentos no fator humano, atraso que se traduz em extremas disparidades entre salários de especialistas e do operário comum. O salário de um engenheiro de produção no Brasil rivaliza com o de países desenvolvidos de média renda e é três vezes mais alto do que o do México, cuja

renda *per capita* é similar à nossa. Enquanto isso, o salário do trabalhador não especializado se nivela com os mais baixos da América Latina. O índice de desenvolvimento do fator humano das Nações Unidas, que inclui variáveis sociais ao lado de fatores econômicos, aponta o Brasil como um caso notório de atraso no desenvolvimento social, relativamente ao nível de renda *per capita*. Deduz-se desses dados que o Brasil acumulou historicamente um considerável atraso em investimento no fator humano, ou seja, na promoção do bem-estar da massa da população. A miséria de grande parte do povo brasileiro é a contrapartida do hiperconsumo praticado por uma pequena minoria em termos relativos.



A terceira frente de ação refere-se à forma de inserção no processo de globalização. Esse processo traduz a prevalência das empresas transnacionais na alocação dos recursos produtivos, decorrência da importância crescente do fator tecnológico na orientação dos investimentos e da concentração do poder militar em escala planetária. Constitui equívoco imaginar que o processo de globalização responde pela instabilidade dos mercados monetário e financeiro em escala internacional. Essa instabilidade decorre da desregulamentação dos sistemas de controle desses fluxos, a partir do desmantelamento das instituições de Bretton Woods e da substituição do ouro pelo dólar como padrão monetário dominante.

Para entender a situação problemática com que se confronta atualmente o Brasil, faz-se necessário adotar uma perspectiva histórica. Somente assim será possível distinguir questões estruturais, crônicas, das conjunturais, decorrentes da política que vem sendo seguida pelo governo atual. Conforme já observamos, o nosso é um país com conhecida tendência à concentração da riqueza e da renda, particularmente no que concerne a investimentos no fator humano. Disso resulta uma sociedade que tolera extremas desigualdades sociais e cujos grupos de altas rendas apresentam notória inclinação ao consumismo. Nesse quadro estrutural, que engendra forte propensão ao consumo, a prática da poupança é quase inexistente, o que explica a insuficiência crônica de recursos destinados à inversão e a propensão ao endividamento externo. Esse contraste entre o desejo de acesso à modernidade e a carência de poupança própria está na raiz da tendência ao desequilíbrio inflacionário. Isso também explica a precocidade com que entre nós se teorizou sobre o caráter estrutural da inflação nas economias subdesenvolvidas, e a isso se adiciona o fato de que nosso país está sob forte influência cultural dos Estados Unidos, cujo dinamismo se baseia no hiperconsumo e se traduz numa propensão crônica ao endividamento interno e externo. Ora, os Estados Unidos emitem



uma moeda de circulação universal, o que lhes permite endividar-se em condições privilegiadas. O caso brasileiro é exatamente inverso, pois a nossa história está marcada por experiências de inadimplência. Demais, razões de várias índoles respondem pela baixa eficiência dos investimentos reprodutivos entre nós.

A globalização é percebida atualmente como um imperativo histórico que condiciona a evolução de todas as economias. Mas não devemos perder de vista a diferença entre globalização relativa às atividades produtivas e globalização dos fluxos financeiros e monetários. A primeira globalização é processo antigo, decorrente da evolução tecnológica, enquanto a segunda ocorre principalmente em torno dos centros de poder que se estruturam no mundo desenvolvido, tendo como pólos os Estados Unidos, a Eurolândia e o Japão. A pressão que se manifesta visa a simplificar os sistemas monetários a partir desses três pólos de dominação, o

que é racional do ponto de vista das economias desenvolvidas que fundam seu dinamismo essencialmente nas forças do mercado. No que concerne aos países subdesenvolvidos, onde o desenvolvimento depende do enfrentamento de problemas estruturais, o espaço para a ação política é bem maior. Portanto, necessita-se nesses países de uma política inovadora, particularmente na área monetária, sem a qual estaremos condenados à estagnação. A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas, portanto, implica na existência de uma vontade política orientada por um projeto. Essa é a lição que podemos tirar dos decênios de crescimento que vivemos a partir do imediato pós-guerra.

Se o Estado nacional é o instrumento privilegiado para enfrentar problemas estruturais, cabe indagar como compatibilizá-lo com o processo de globalização. Pouca dúvida pode haver de que a globalização dos fluxos monetários e financeiros deve ser objeto de rigorosos constrangimentos, o que exige a preservação e o aperfeiçoamento das instituições estatais. Não se trata de restringir arbitrariamente a ação das empresas transnacionais, e sim de orientá-las no sentido de dar prioridade ao mercado nacional e à criação de empregos. Favorecer as tecnologias de ponta pode ser racional se o objetivo estratégico é abrir espaço no mercado externo. Mas se o objetivo principal é alcançar o bem-estar social, não tem fundamento investir em técnicas intensivas de capital e poupadoras de mão-de-obra, como se vem fazendo atualmente no Brasil.

**ESSE CONTRASTE
ENTRE O DESEJO DE ACESSO À
MODERNIDADE E A
CARÊNCIA DE POUPANÇA
PRÓPRIA ESTÁ NA RAIZ DA
TENDÊNCIA AO
DESEQUILÍBRIO
INFLACIONÁRIO**

**A GLOBALIZAÇÃO É
PERCEBIDA ATUALMENTE
COMO UM IMPERATIVO
HISTÓRICO QUE CONDICIONA A
EVOLUÇÃO DE TODAS
AS ECONOMIAS.
MAS NÃO DEVEMOS PERDER DE
VISTA A DIFERENÇA ENTRE
GLOBALIZAÇÃO
RELATIVA ÀS ATIVIDADES
PRODUTIVAS E GLOBALIZAÇÃO
DOS FLUXOS FINANCEIROS E
MONETÁRIOS**

Nosso propósito, portanto, deve ser alcançar três objetivos que, se nos limitamos a seguir a lógica econômica convencional, podem parecer contraditórios, mas que são conciliáveis no plano político se privilegiamos maximizar o bem-estar do conjunto da população. Esses três objetivos são:

a) dar prioridade à solução do problema da fome e da subalimentação da população de baixa renda — este é um problema similar ao da segurança pública e ao do combate às doenças contagiosas;

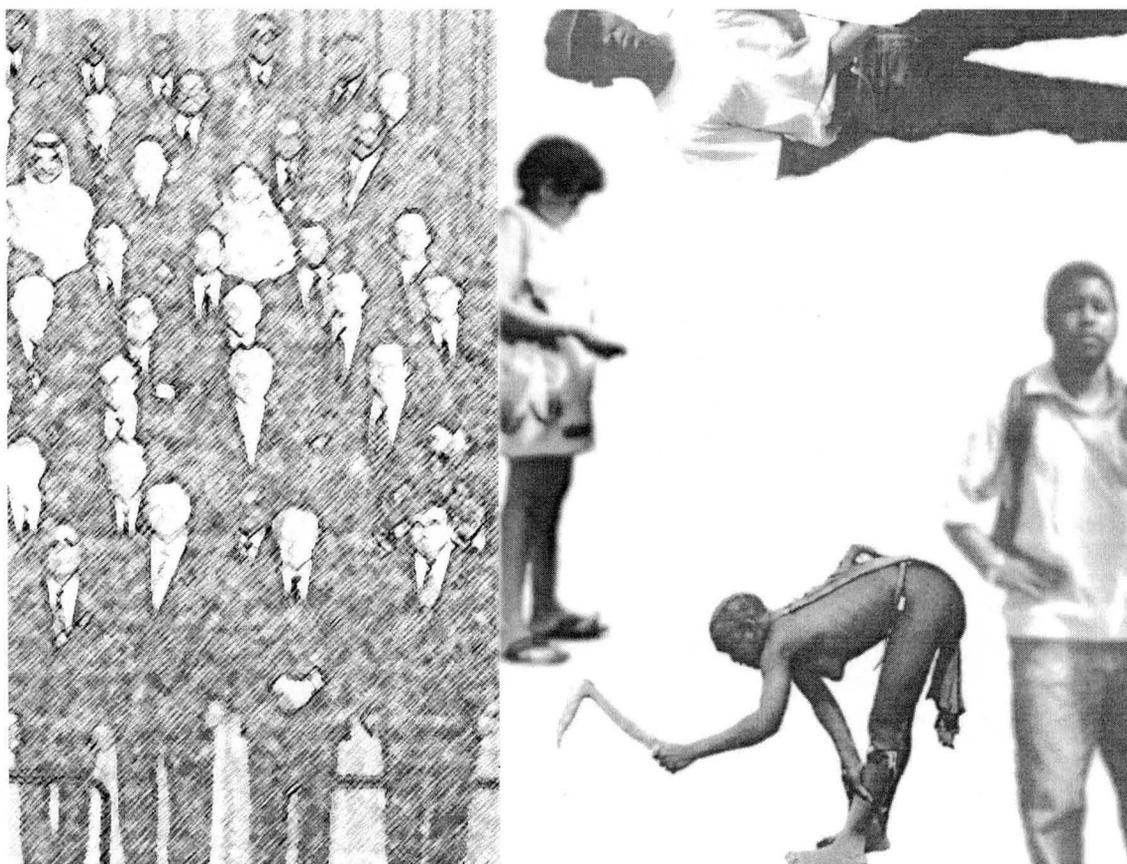
b) concentrar investimentos no aperfeiçoamento do fator humano de forma a elevar o nível cultural da massa da população e ampliar a oferta de quadros técnicos;

c) conciliar o processo de globalização com a criação de emprego, privilegiando o mercado interno na orientação dos investimentos — a capacidade para importar deve ser utilizada de forma a priorizar as aquisições de tecnologia.

Na ausência de um projeto autônomo que dê prioridade ao objetivo do bem-estar social, o crescimento econômico, sob a direção de empresas transnacionais, conduzirá inevitavelmente à concentração da renda em favor dos países criadores de novas técnicas. E pouca dúvida pode haver de que a longo prazo esse crescimento produzirá uma civilização fundada em desigualdades sociais crescentes.

A revolução das pequenas coisas: a experiência de Brasília 1995/1999

*Cristovam Buarque**



*Ex-governador do Distrito Federal pelo Partido dos Trabalhadores – PT, autor de *A Revolução das Prioridades*.

I - A revolução das pequenas coisas

Em abril de 1999, voltei a Tegucigalpa, onde havia morado em 1974. Naquela época, coordenei um grupo de consultores do BID, com a finalidade de treinar pessoal técnico na preparação e avaliação de projetos e na identificação de oportunidades industriais que seriam depois financiadas pelos organismos internacionais.

Vinte e cinco anos depois, pude ter a vaidade de saber que os técnicos que formei aproveitaram os ensinamentos e os projetos que serviram de orientação no processo de desenvolvimento de Honduras.

Mas, com muita tristeza e forçada modéstia, percebi que o êxito daquele trabalho em nada ajudara aquele país a reduzir a pobreza de sua população, como era nosso objetivo, dos técnicos que coordenei, daqueles que formamos e do BID, que financiou nosso trabalho.

Entre 1973 e 1999, o processo social e econômico do mundo e de cada país mostrou que há uma diferença entre realizar o crescimento econômico e reduzir a pobreza. E exige de nós que mudemos o entendimento e os instrumentos de como se deve dar a luta contra a pobreza.

Crescimento não reduz pobreza

Até os anos 70, o crescimento econômico passava a idéia de ser um instrumento distributivo. Ao aumentar, a riqueza se espalhava na sociedade, reduzindo a pobreza. A velocidade como os pobres desempobreciam seria maior do que a velocidade como os ricos enriqueciam. Nessas condições, mantidas taxas positivas de crescimento, a tendência era de uma contínua redução na desigualdade social, e conseqüente eliminação da pobreza. O mundo caminhava para a justiça social graças ao crescimento econômico.

Nas últimas duas décadas, percebe-se uma mudança nesses vetores. Os ricos enriquecem em uma velocidade maior do que os pobres desempobrecem. A riqueza passou a crescer para cima, como em um cone, concentrando-se em

uma proporção da população, deixando a outra parte à margem, condenada à pobreza.

Chegamos ao final do século com um mundo onde nunca houve tanta riqueza, mas a pobreza não recua e a distância entre ricos e pobres se acentua. A tendência é de um contínuo aumento da desigualdade social, do acirramento do quadro de pobreza e mesmo do risco de uma brecha tão grande entre ricos e pobres, que em breve ocorrerá em cada país um crescimento separado, nos moldes sul-africanos do *apartheid*, e até de uma possível divisão da espécie humana em dois grupos distintos.

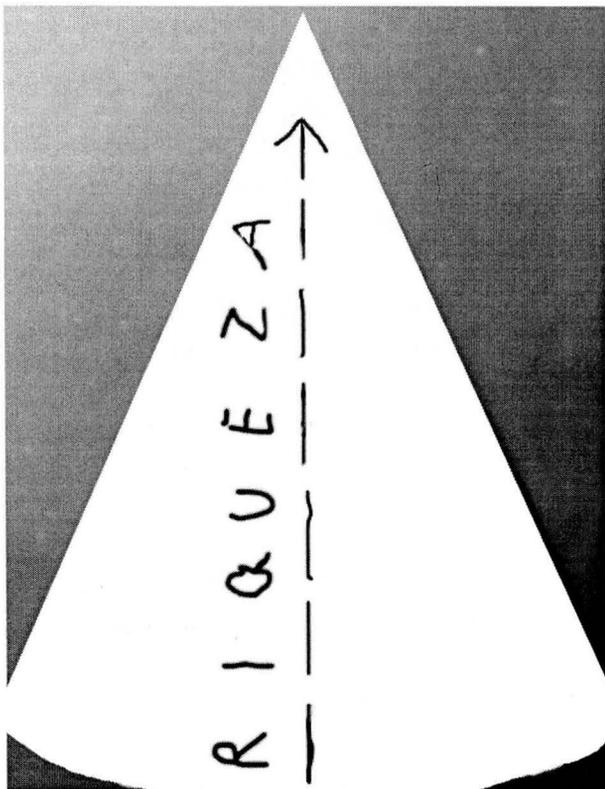
O bloco ético

Depois de cem anos de elevado e contínuo crescimento, com exceção de curtos períodos de recessão, o desenvolvimentismo capitalista e o socialismo não conseguiram construir um mundo sem pobreza. O neoliberalismo, por sua vez, está agravando as desigualdades e construindo uma humanidade partida.

A estratégia de luta contra a pobreza precisa, por isso, ser modificada. Já não há idéias que ofereçam uma utopia geral para toda a sociedade, e já não parece haver uma base de apoio político para construir qualquer das utopias tradicionais. As bases de apoio político estão comprometidas com os benefícios da economia para uma minoria e não oferecem alternativas concretas para um desenvolvimento que leve à eliminação da pobreza com a incorporação dos grupos excluídos.

O que unifica aqueles que se propõem à luta contra a pobreza não é um partido político, nem mesmo uma ideologia política, mas sim um sentimento ético. A base política para a superação da pobreza não será composta com alianças apenas entre partidos, mas sim em um bloco formado por aqueles que tenham o entendimento e o compromisso com a abolição da pobreza.

A estratégia para o enfrentamento do problema da pobreza exige por isso uma base ética. O corte entre os diversos grupos de liderança e participação no processo social se faz com base nos valores éticos entre enfrentar diretamente a



questão da pobreza, ou continuar colocando-a como uma conseqüência do processo econômico, seja pela ótica do capital ou do trabalho. Na ótica do capital, o mundo caminha para a divisão, com a concentração da renda nas mãos dos capitalistas; na ótica do trabalhador incluído nos setores modernos da economia, o mundo caminha para uma apartação, com uma melhor distribuição da renda entre salário e lucro, mas mantendo as massas excluídas.

A revolução na ótica

Se o bloco que luta contra a pobreza se unifica com base nos seus valores éticos, precisa fazer uma revolução na forma como vê o problema que deseja resolver. Em primeiro lugar, não continuar tratando a redução da pobreza como conseqüência do aumento da riqueza, nem mesmo como o resultado de uma melhor distribuição da renda, que não beneficia os realmente pobres porque só ocorre entre os que estão incluídos no setor moderno do processo produtivo. A luta contra a pobreza tem que ser feita na ótica social e não na ótica econômica.

Para fazer esta revolução na forma de olhar, o bloco ético tem que escapar da tentação do entendimento com base na luta de classes entre os incluídos, e olhar o mundo na ótica dos excluídos. Em vez de trabalhadores e capitalistas, ver o mundo como os que têm acesso à educação e os que não têm, os que têm acesso aos serviços preventivos e curativos na saúde e os que não têm, os que se sentem seguros, pelo menos em parte, e os que vivem na insegurança.

O mundo tem que ser visto, entendido e enfrentado com os olhos dos excluídos: as crianças sem futuro, especialmente aquelas que estão fora das escolas, em geral trabalhando; as mulheres excluídas, sobre as quais mais pesam as conseqüências da pobreza e a violência do machismo; os doentes por falta da higiene pública em suas residências e sem atendimento médico quando necessitam; os desempregados permanentes.

O custo da omissão

Prisioneiros da lógica econômica e não da ética, os governantes consideram apenas quanto custa fazer as coisas, os investimentos financeiros, e nunca o custo de não fazê-las, os desinvestimentos que ocorrem quando não se aplica em educação, em saúde. A colocação dos valores éticos como orientadores da ação política e da administração pública e a mudança na ótica como os problemas são enfrentados fazem com que os dirigentes governamentais levem em conta o custo da omissão, de não fazer os investimentos corretos, nas suas administrações.

A ação local

As grandes revoluções foram feitas do Estado para a sociedade e da nação para o local. A revolução das soluções simples só é possível quando executadas por governos locais e até mesmo por entidades não governamentais. Certamente, é a vontade nacional que assegura uma velocidade maior na erradicação da pobreza, quando as soluções simples se espalham, executadas localmente. Mesmo quando sejam necessárias decisões no mais alto nível da administração nacional, a maior parte das ações simples exige o envolvimento direto local.

O papel da sociedade civil

O fracasso das revoluções do desenvolvimento, do socialismo e do neoliberalismo, na luta contra a pobreza, fez com que a juventude e uma grande parte da sociedade procurasse organizar-se diretamente na procura de soluções para seus problemas. Os governos nacionais não estão tentando nem conseguindo levar adiante soluções simples e pequenas para problemas locais. Esperar pelos governos nacionais pode significar adiar por muitos anos a solução de problemas que podem ser enfrentados de imediato, diretamente, pela sociedade civil mobilizada.

A revolução das soluções simples pode ser feita por governos locais e muitas vezes por organizações não governamentais e mesmo pessoas individualmente. Até os anos 80, um jovem que quisesse colaborar para mudar seu país teria que necessariamente ingressar em um partido e seguir uma carreira política na busca de realizar a grande revolução social. Hoje, sem um modelo de revolução social disponível, mas com um projeto de mudar as prioridades com soluções simples, qualquer pessoa pode escolher o problema ao qual se dedicar, organizar um grupo interessado no mesmo assunto e ter uma participação ativa, tanto com forma de pressão sobre os governos, como sobre os agentes diretos efetivos, por meio das entidades e órgãos governamentais.

**ESPERAR PELOS
GOVERNOS NACIONAIS
PODE SIGNIFICAR
ADIAR POR
MUITOS ANOS A SOLUÇÃO DE
PROBLEMAS QUE
PODEM SER ENFRENTADOS
DE IMEDIATO,
DIRETAMENTE, PELA
SOCIEDADE CIVIL
MOBILIZADA**

A mobilização da energia da população

Uma das dificuldades da lógica do funcionamento dos governos na ótica econômica é que não consideram a energia direta da população como uma forma de enfrentar os problemas sociais. Vêem o desemprego de mão-de-obra como um problema a ser enfrentado, sem percebê-lo como uma energia ociosa esperando ser mobilizada para enfrentar as questões nacionais. Vêem o lixo urbano como um problema a ser enfrentado e não como um instrumento para gerar emprego, ao mobilizar a energia ociosa de desempregados na tarefa de fazer a cidade mais limpa.

Prisioneiros de padrões tecnológicos e legais, o Estado tem dificuldades em mudar a maneira como as questões são enfrentadas e não tem procurado mobilizar a energia popular como meio de realizar a revolução na solução dos problemas. Da mesma maneira que os governos têm dificuldades em entender como fazer a mobilização da energia social, os indivíduos também têm: divididos entre o esquecimento ou o paternalismo por parte dos governos.

Para uma revolução pelas pequenas coisas das soluções simples é preciso que todas as pequenas coisas sejam feitas sem paternalismo, sem assistencialismo, e sim como um instrumento de mobilização da energia popular, cobrando a participação e o envolvimento do povo, em troca dos benefícios que forem dados.

A feminização da economia

Na visão masculina prevalecente, se não há comida em casa, o homem procura um emprego que lhe assegure um salário para poder comprar o que falta. Ele coloca um período entre o problema e a solução, através da economia. Na visão feminina, que tem que dar resposta imediata, a mulher procura uma vizinha, amiga, parente, porque não pode esperar para o dia seguinte, e pede ajuda, vende sua mão-de-obra em troca de uma remuneração imediata.

A revolução das soluções simples exige uma feminização da economia: soluções que não sejam



intermediadas pela economia. Cada uma das medidas simples que permitem uma revolução atua na ponta do processo social, exige um comportamento que se pode chamar de feminização da economia.

Medidas simples, diretas e concretas

Se o crescimento econômico não elimina a pobreza, intenções, planos e programas sociais também não são efetivos na luta contra ela se não forem transformados em medidas concretas que enfrentem diretamente cada um dos elos do círculo vicioso que divide a sociedade em ricos e pobres.

Há décadas, a população toma conhecimento de leis, propostas, propósitos, programas, planos, projetos frustrados de garantia de pleno emprego, educação para todos, saúde garantida, tudo apoiado na economia. Puras intenções sem consequências palpáveis. Outras vezes, são propostas intermediadas por políticas econômicas que prometem e até objetivam enfrentar a pobreza, mas terminam sempre beneficiando aos ricos e ampliando a desigualdade.

É o caso da política nacional de industrialização, que dizia enfrentar a pobreza graças a

indústria automobilística, que produzia para os ricos, gerando emprego para pobres. Foi uma ilusão. O emprego se limitava a uns poucos pobres e os carros iam todos para os ricos. Ou os planos de desenvolvimento do Nordeste, que apostavam no desenvolvimento econômico da região, o que foi conseguido, mas sem deixar qualquer sinal de redução da pobreza e até agravando a situação.

A revolução das soluções simples tem que se basear em medidas e não em intenções: concretas e não teóricas; simples, que possam ser facilmente compreendidas e executadas; e diretas, indo ao centro do problema e não procurando caminhos baseados em políticas intermediárias. A luta contra a pobreza tem que ser feita por pequenas ações capazes de solucionar o problema, mesmo quando não se construa a utopia desejada.

São soluções que evitam a estratégia dos pensamentos genéricos e abstratos, das intenções que servem para esconder a falta de propostas, e que colocam cada problema diante de medidas concretas. Não sendo executadas é porque os governantes e suas bases de apoio optaram pelo crescimento separado, pela sociedade com divisão.

II. As Medidas

1. Todas as crianças na escola: a Bolsa-Escola

O Programa Bolsa Escola se originou de uma idéia desenvolvida na Universidade de Brasília, em 1987, apresentada no texto "A Revolução nas Prioridades", debatido nacionalmente no Brasil, a partir de 1990, e finalmente em livro, com esse título, publicado pela Paz e Terra, em 1994. A idéia foi reapresentada como plataforma de campanha em 1994 e implantada no primeiro momento do novo governo do Distrito Federal, em 3 de Janeiro de 1995. Em 1998, 50.000 crianças, 10% do total de alunos matriculados na rede pública, são beneficiados pelo programa. Os resultados dele foram avaliados e divulgados pela Unesco na publicação "*Programa Bolsa-Escola do Distrito Federal*". Coordenação Técnica Julio Jacob Waiselfisz, Projeto conjunto Unesco/Unicef/Polis, Brasília, mar/98.

Nenhuma medida terá um impacto maior na luta contra a pobreza do que a escolarização de todas as crianças de cada país. Nosso século do crescimento econômico, da inovação técnica, da riqueza incomensurável chega ao fim com 250 milhões de crianças trabalhando. O próximo século começa sobre os ombros delas e o desespero de pelo menos outras 250 milhões igualmente pobres que, se não trabalham, também não freqüentam escolas com a regularidade que se faz necessária. Um problema que não pode esperar para ser solucionado.

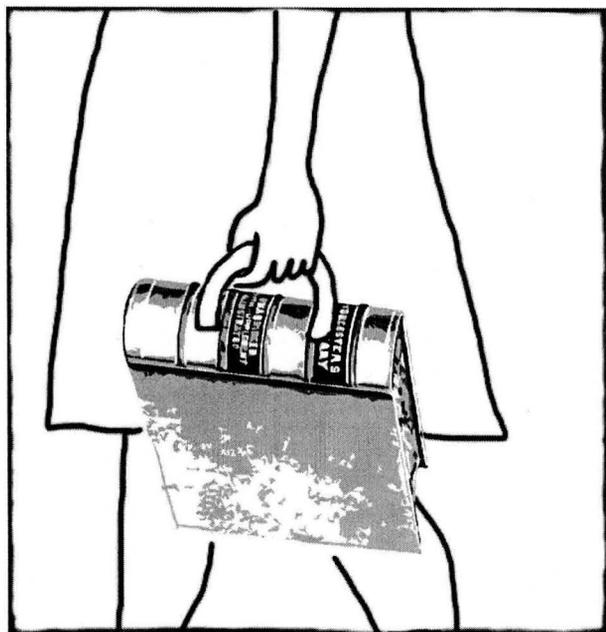
**ESPERAR PELOS GOVERNOS
NACIONAIS PODE SIGNIFICAR
ADIAR POR
MUITOS ANOS A SOLUÇÃO DE
PROBLEMAS QUE PODEM SER
ENFRENTADOS DE IMEDIATO,
DIRETAMENTE,
PELA SOCIEDADE CIVIL
MOBILIZADA**

**COM UMA MEDIDA
SIMPLES É POSSÍVEL
A CADA GOVERNO E AO MUNDO
INTEIRO COLOCAR
TODAS AS SUAS
CRIANÇAS NA ESCOLA.
O CAMINHO É A
BOLSA-ESCOLA**

Com uma medida simples é possível a cada governo e ao mundo inteiro colocar todas as suas crianças na escola. O caminho é a Bolsa-Escola. Esta medida simples, adotada pelo quinto ano no Distrito Federal de Brasília e já implantado em algumas centenas de cidades brasileiras e em outros países, é um exemplo do compromisso ético com os excluídos, da revolução na ótica como se olham os problemas do mundo, e da simplicidade de medidas que podem fazer uma revolução por pequenas coisas, soluções fáceis.

Ela parte de uma idéia óbvia: se as crianças serão adultos pobres porque não estudam no presente, e se não estudam porque são pobres e suas famílias precisam delas como fontes adicionais de renda, a solução é pagar para que estudem. Paga-se um salário mensal a cada família, em troca de que todos os seus filhos estejam na escola e nenhum deles falte às aulas no mês. Com bolsas de estudo para as crianças pobres, como se oferecem bolsas para que universitários não entrem no mercado de trabalho antes de seus cursos de pós-graduação, é possível levá-las para a escola e fazer com que suas famílias se tornem fiscais de sua assistência escolar. Resolve-se a questão da pobreza futura reduzindo-a no presente.

Ao lado da educação e seu aspecto dignificador, de imediato, como consequência da renda, as famílias melhoram a alimentação, a saúde, a cidadania, a auto-estima. Tudo isso a um baixo custo. Para que se tenha idéia, um programa similar aplicado para todas as quatro milhões de



crianças que trabalham no Brasil, para uma bolsa-escola média de R\$ 40,00 por mês, custaria menos de um bilhão de dólares por ano: valor inferior ao que o Banco Central do Brasil gastou para salvar um dos menores bancos do País, durante a desvalorização cambial de janeiro de 1999, equivalente a 0,1%, do PIB, ou a 0,5%, do total da receita do setor público brasileira, ou, o que é ainda mais surpreendente, a 1,5% do que se pagou no ano de 1998 pelo serviço da dívida externa.

Se, em vez de contemplar apenas as quatro milhões de crianças trabalhadoras, esse programa fosse ampliado para as 10 milhões de crianças brasileiras abaixo da linha de pobreza, o custo não chegaria a três por mil do PIB, a 1,5% da receita pública do governo. Para atender à totalidade das crianças que trabalham no mundo inteiro custaria apenas 6% do serviço mundial da dívida externa.

Considerando uma divisão do custo entre o país interessado e o sistema financeiro internacional, seriam necessários apenas, em média, três por cento de abatimento da dívida, além do compromisso de cada governo colocar a outra parte. Com esta medida, cada país reorientaria, em moeda local, o pagamento de sua dívida com os bancos para saldar o débito com suas crianças. E os bancos perderiam apenas 3% da receita com empréstimos externos. Para colocar 250 milhões

de crianças na escola, com uma bolsa-escola média de US\$ 40,00, custaria apenas 0,2% do PIB mundial, 3,5% dos gastos anuais com armas.

Mesmo em um país muito pobre, como Honduras, o custo anual para induzir a escolaridade de cem mil de suas crianças pobres seria de apenas 20% do seu pagamento de serviço da dívida externa em 1999. Para cobrir esse custo em lempiras, a moeda local, seriam necessários cerca de 2% do orçamento do governo hondurenho. É uma solução simples, uma medida que custa pouco e certamente faria uma revolução na luta contra a pobreza, de imediato e no futuro. De imediato porque garante uma renda mínima a cada família, melhora a qualidade de vida e oferece mais cidadania. No longo prazo, as crianças com escolaridade terão mais chance de escapar do círculo vicioso da pobreza.

Além disso, a bolsa-escola provoca dois efeitos extremamente positivos na luta contra a pobreza:

a) gera um crescimento econômico pela base. Ao ser paga, cria uma renda que induz uma dinâmica econômica pela base, com um efeito multiplicador de seu impacto na luta contra a pobreza e;

b) freia o movimento migratório das pequenas cidades para as grandes. Ao considerar que a educação não se faz apenas com a escola, mas também com a família, a bolsa-escola pode ser condicionada à fixação da família na própria cidade, evitando-se a migração por causa da pobreza, que quase sempre termina agravando esse quadro: o pobre emigra por ser pobre, e a pobreza aumenta na cidade por causa de sua migração.

2. Toda criança com incentivo para concluir o segundo grau: a Poupança- Escola

O programa Poupança Escola foi formulado ao mesmo tempo que a Bolsa Escola, com adaptação de um programa existente em Bangladesh, pelo qual se paga um prêmio em dinheiro ao aluno aprovado no final do ano. Também está em execução no Distrito Federal desde o ano de 1996.

Se a bolsa-escola coloca todas as crianças na escola e com isso faz uma revolução, um outro instrumento simples consegue ir além, ao incentivar

os alunos à promoção anual e a continuarem seus estudos até a conclusão do segundo grau. É a poupança-escola, que consiste em depositar, no início de cada ano, um valor para os alunos beneficiários da bolsa-escola que sejam aprovados e promovidos para a série seguinte.

Este depósito só poderá ser retirado, no máximo a metade, quando o aluno terminar a quarta série e matricular-se na quinta; não volta a poder ser retirado até terminar a oitava série e matricular-se na primeira do segundo grau, e ainda assim só poderá sacar a metade. Finalmente, ele só volta a retirar – e então é a totalidade do depositado – se concluir o segundo grau. Se abandonar o curso em qualquer momento, ele perde tudo que estiver depositado. O programa custa muito menos do que a bolsa-escola e o dinheiro fica, a maior parte do tempo, à disposição do governo, que pode utilizá-lo para outros projetos, como financiar empreendimentos de jovens.

A poupança-escola tem um retorno imediato na redução da repetência e termina sendo um investimento economicamente favorável ao governo, porque custa muito menos do que a manutenção na escola, por mais um ano, de um aluno repetente.

Considerando o total de crianças abaixo da linha de pobreza, as dez milhões que deveriam ter a bolsa-escola, com uma poupança de R\$ 40,00 por ano, equivaleriam a R\$ 440,00 ao longo dos onze anos de educação primária e secundária. Supondo que todas fossem aprovadas, o custo, basicamente escritural, para o governo federal seria de R\$ 400 milhões por ano, equivalente a 0,02% da receita do governo.

3. O desenvolvimento intelectual de todas as crianças na idade pré-escolar: a Cesta Pré-Escola

Este programa foi implantado no Distrito Federal a partir de 1997, atendendo um total de 6.000 famílias, beneficiando a mais de 10.000 crianças com idade abaixo de 6 anos.

Mesmo colocando todas as crianças na escola, a revolução que se deseja ficará dificultada pelo baixo desenvolvimento intelectual das crianças pobres. Sem um apoio social às suas famílias, estas



não serão capazes de dar o atendimento necessário. Uma solução simples é o programa Cesta Pré-Escola, garantindo comida, brinquedos pedagógicos e preparando a mãe para orientar o filho. A Cesta Pré-Escola, ao mesmo tempo que oferece comida e brinquedos, exige que a mãe se submeta mensalmente a um programa de formação onde ela aprende pequenas ações que facilitam a educação de seus filhos logo na primeira idade.

Ao oferecer comida e brinquedos pedagógicos, a cesta garante a base mínima para que até as crianças mais pobres tenham um desenvolvimento intelectual. Ao exigir que, para receber a cesta, a mãe ou pai faça um curso, eles estão sendo preparados e mobilizando sua energia. Um programa que custa pouco ao Estado e pode ser feito pelo governo federal, por prefeituras, estados e mesmo entidades da sociedade civil.

A experiência do programa no Distrito Federal mostra que é possível uma cesta completa, incluindo também a distribuição gratuita de anticoncepcionais para a mãe que desejar, ao preço de R\$20,00, incluindo o curso e formação para as mães. Para atender as 10 milhões de crianças que necessitariam desse apoio no Brasil, o custo total seria de R\$ 100 milhões, considerando duas crian-

ças por família. Uma quantia insignificante diante da receita total do serviço público brasileiro, em torno R\$ 200 bilhões.

4. O envolvimento jovem: a Escola em Casa

O Programa Escola em Casa foi implantado no Distrito Federal, a partir de 1998.

A população pobre tem suas crianças fora da escola e também nas ruas, depois da escola, enquanto os filhos dos ricos estão em atividades complementares. Ainda mais grave é a falta de envolvimento dos adolescentes das famílias pobres em atividades educacionais. A Escola em Casa é um dos melhores exemplos de como dois problemas podem se anular, quando tratados convenientemente. Nesse caso, os jovens sem atividades educacionais e as crianças sem ocupações complementares, e ainda as famílias com baixa renda.

No lugar de deixar os jovens nas ruas, sem uma mística nem atividade intelectual, e dar às crianças apenas quatro horas de aulas por dia, o programa remunera os jovens, com um pequeno auxílio financeiro, para serem monitores de crianças, no acompanhamento das atividades complementares da escola, seja em casa, em igrejas, ou nas próprias escolas. Com isso, é possível tirar os jovens da apatia, despertando-lhes o gosto pelo estudo e propiciando, ainda, um pequeno salário que ajuda a família, além de aumentar o número de horas de atividades escolares das crianças, sem os custos que isso implicaria em edificações e mais professores, no sistema tradicional de educação. A um custo de R\$ 360 milhões anuais, seria possível mobilizar 500 mil jovens, atendendo a um total de 10 milhões de crianças.

5. A prática diária da cidadania: a faixa de pedestre

A Faixa de Pedestre foi implantada a partir de 1996 no Distrito Federal, surpreendendo toda população, que não imaginava ver o respeito mútuo na rua, entre motoristas e pedestres.

Uma das causas e conseqüências da pobreza, no seu círculo vicioso, é a falta de cidadania, de respeito mútuo. Pequenas mudanças no comportamento dos indivíduos podem estimular atitudes positivas, além de aumentar a sensação de auto-estima da população carente e criar, entre os ricos, um sentimento de solidariedade para com os pobres. O respeito à faixa de pedestres pelos motoristas é um exemplo disso. Nos países em que a cidadania não é exercida, os motoristas usam seus carros arrogantemente, desprezando os pedestres. Quando os ricos proprietários de automóveis começam a parar para que os pedestres possam atravessar, o respeito ao pedestre força uma relação social diferente entre os incluídos e os excluídos da sociedade.

6. A prática da participação: Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo foi implantado inicialmente na cidade de Porto Alegre, a partir de 1989.

A pobreza decorre, sobretudo, da prioridade dos investimentos públicos aos setores econômicos, sem impacto nos setores sociais, e provoca uma alienação dos pobres que deixa o estado sujeito às pressões dos grupos organizados, mais ricos. O orçamento participativo rompe esse círculo vicioso. Ao colocar a população, mesmo mais pobre, para debater e decidir o orçamento do governo, consegue-se dar cidadania, orientar a ociosidade cívica da população e, ao mesmo tempo, definir novas prioridades, investimentos alternativos, que servem para atender as necessidades dos pobres.

7. A globalização sem exclusão: as Agro-Indústrias Familiares

As agro-indústrias familiares foram implantadas no Distrito Federal desde o primeiro momento do governo. Em 1998, 150 agroindústrias já estavam implantadas.

O mundo tem milhões de pequenos produtores rurais, pobres e em véspera de exclusão, devido ao processo de globalização que faz com



que seus produtos sejam descartados pelas grandes indústrias. Uma solução simples pode evitar isso: as agro-indústrias familiares. São pequenas unidades, ao custo médio de US\$ 5.000,00, que permitem ao pequeno produtor agrícola fazer um produto com as características do mercado global. Ele continua pequeno, mas consegue vender sua mercadoria nos mais sofisticados supermercados. Além de evitar o desemprego e a exclusão, ele consegue aumentar a renda.

8. A indução à alfabetização: a Bolsa Alfa

A Bolsa Alfa foi implantada no Distrito Federal a partir de 1998.

O analfabetismo é um claro indicador da pobreza e também um causador dela. Mas, com o atual quadro tecnológico do mundo, a simples alfabetização já não garante melhor vida para o pobre. Por isso, eles não se sentem motivados para enfrentar o esforço e mesmo a humilhação de aprender a ler. Se não há a motivação individual, a sociedade precisa conseguir mobilizar a energia ociosa do analfabeto para que ele aprenda a ler. Uma maneira é pagar para que os adultos aprendam a ler. A bolsa alfa é um valor pelo qual o governo ou uma entidade não governamental compra a primeira carta escrita por um adulto que se alfabetizou. O programa, cujo custo pode ser ajustado à disponibilidade de recursos,

representa um dos melhores investimentos na luta pela eliminação do quadro de pobreza.

9. Manifestações culturais à disposição: Temporadas Populares

As Temporadas Populares foram implantadas no Distrito Federal desde o ano de 1997, conseguindo mobilizar quase toda a população em atividades culturais.

Um dos elos do círculo vicioso da pobreza é a separação cultural entre pobres e ricos. Os primeiros, sem cultura ou com cultura local; os outros, com acesso à cultura universal e sofisticada. Como não podem pagar por ela, os pobres ficam sem gostar dela. A solução é simples: espetáculos culturais do melhor tipo, a preços baratos e nos locais mais populares, apoiados pelo estado ou por entidades privadas. Com a continuidade de programas desse tipo, em poucos anos consegue-se ter entre a população pobre um gosto cultural refinado. Em consequência, os espetáculos conseguem ter economia de escala que lhes permite baixar o preço, sem necessidade do apoio estatal ou de entidades não governamentais.

10. Financiamento do pequeno produtor: o Banco do Trabalhador

O governo do Distrito Federal implantou, desde seu início, o programa do Banco do Trabalhador, com resultados muito favoráveis.

Pouca coisa é tão culpada da pobreza quanto o sistema financeiro depredador, que só empresta para projetos que não criam empregos e ainda se apropria do capital que deveria ser produtivo. Uma grande revolução pode ocorrer no momento em que haja capital disponível para financiar pequenos produtores. A experiência já mostrou sua eficiência em diversos lugares. Com poucos recursos é possível investir em inúmeros pequenos negócios, gerando emprego, elevando a renda de pequenos produtores, e colocando no mercado de produtos para os setores mais pobres da população.

11.A formação produtiva: Saber Fazer

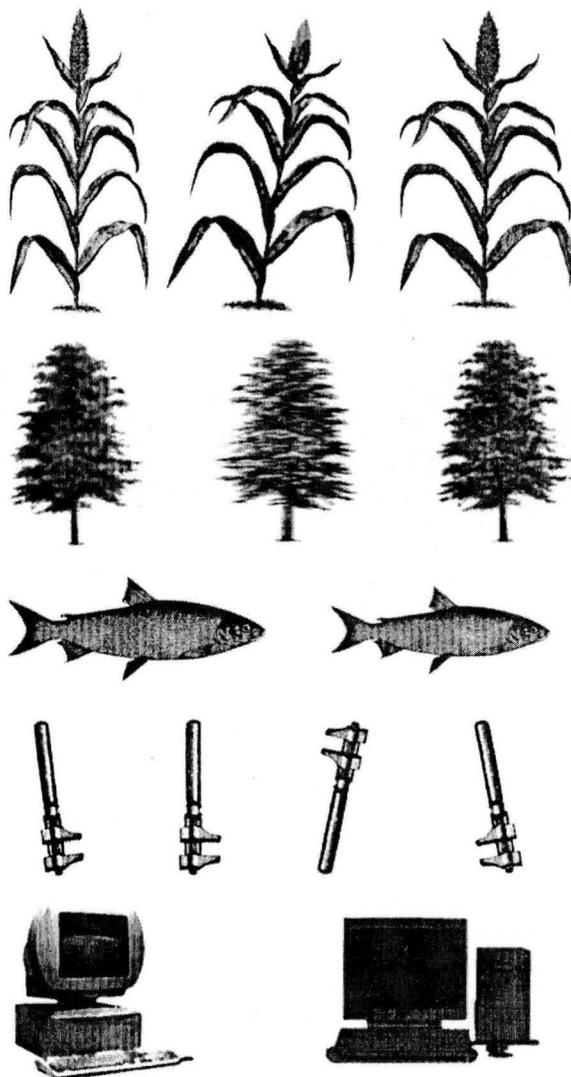
O governo do Distrito Federal manteve por quatro anos um intenso programa de formação de mão-de-obra e implantou o programas de formação com emprego, mobilizando, ao mesmo tempo, o crédito popular. O melhor exemplo é o programa de treinamento de jovens na lapidação de pedras semipreciosas, com o financiamento posterior de equipamentos simples para estes jovens. Milhares de jovens desempregados, hoje, trabalham em seus próprios negócios graças a este programa.

Ainda que a solução para a pobreza não esteja na economia, a falta de renda, por causa do desemprego, é um determinante de pobreza. Quebrar este círculo é também um instrumento correto de enfrentamento do problema da pobreza. Para isso, uma solução está em programas que, ao mesmo tempo, formem mão-de-obra e ofereçam organização, crédito e mercado para produtos fabricados pelos treinados. Cursos conjugados com financiamento são uma solução simples que pode ser usada em muitos casos.

12. A ocupação juvenil: Serviço Educacional

O Serviço Educacional, com o nome de Serviço Voluntário, foi criado pelo governo do Distrito Federal em 1998.

Quando se fala em pobreza, há uma natural e correta preocupação imediata com as crianças, depois com ao pais desempregados, especialmente com as mães, que sofrem também a discriminação de gênero. Com isso, esquece-se um conjunto fun-



damental, muitas vezes mais importante que os outros: os jovens. São eles que representam o próximo passo cronológico do círculo vicioso da pobreza e por isso são importantes.

Sem medidas de incorporação dos jovens de famílias pobres, a luta contra a pobreza se transforma em uma ilusão. Além da Escola em Casa, que abrange apenas os que chegaram ao segundo grau, uma forma simples, direta e barata de incorporá-los, dando-lhes cidadania, formação cívica e companheirismo, é com um serviço do tipo militar, voltado ao preparo do jovem para o futuro.

O serviço militar atual incorpora um número reduzido de jovens. Seu impacto na formação de

nossa juventude é positivo, quando se compara o futuro dos que fizeram serviço militar com o de jovens que ficaram isentos. Mas, além de esse número ser pequeno, o serviço militar não oferece uma formação que prepare o jovem para a vida civil.

Uma preparação de seis meses, com esse fim, feita nas Forças Armadas ou em outras instituições, inclusive privadas, pode preencher uma lacuna na formação dos jovens, a um custo reduzido.

Para atingir um público de um milhão de jovens por ano, duas incorporações de seis meses, garantindo meio salário mínimo para cada um e a um custo individual de cem reais mensais, o custo total do programa seria de R\$2,5 bilhões. Um custo dentro das possibilidades da renda nacional, com retorno positivo para a sociedade brasileira.

13. Saúde para todos: Saúde em Casa

O programa Esgoto Condominial foi criado inicialmente em Recife, na década de 1970, pelo engenheiro José Carlos Melo, desde então vem se espalhando por muitas prefeituras do País, inclusive com apoio do Banco Mundial. No Distrito Federal, ele foi usado desde 1995, enquanto que o programa Saúde em Casa foi implantado no Distrito Federal desde 1997.

A brecha na educação é uma questão social, mas no acesso aos serviços de saúde é um problema ético. A diferença no atendimento dos serviços de saúde gera não apenas uma desigualdade social, mas também no direito à vida, seja pela mortalidade infantil elevada, seja pela diferença na expectativa de vida entre os adultos.

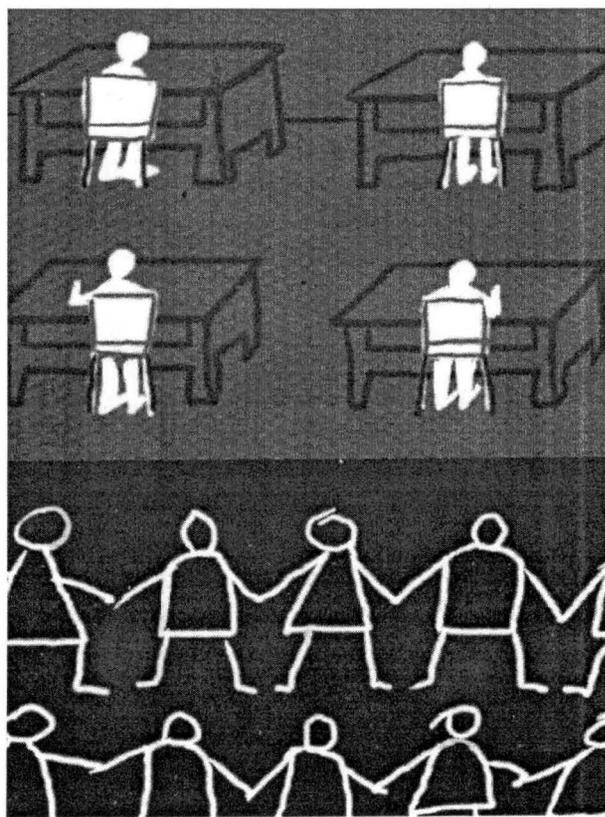
Ações simples podem elevar o nível de saúde dos pobres: garantia de água e saneamento a baixo preço para toda a população e a oferta de atendimento médico familiar local, próximo às residências. Para as obras de água e saneamento pode-se usar o sistema de construção condominial, criando-se emprego com reduzido custo. O sistema de saúde em casa tem um custo muito menor do que o sistema tradicional, com equipamentos sofisticados em hospitais e postos de saúde.

14. O ingresso na universidade: Seleção seriada

Um convênio entre Universidade de Brasília e o governo do Distrito Federal implantou, de forma pioneira, o sistema de seleção seriada em Brasília desde 1996.

Uma educação de qualidade para todas as crianças elimina a desigualdade que marca a pobreza, mas não as iguala no ingresso às universidades. Os sistemas de seleção terminam beneficiando os jovens de classe média e rica. Para tornar o ingresso universitário acessível a jovens pobres, o indicado é o sistema de seleção seriado, ao longo do curso secundário das crianças.

O método de seleção seriado, ao mesmo tempo que reduz a diferença que beneficia os jovens ricos, serve também como um mecanismo de indução à melhoria da qualidade do ensino. Não só porque os jovens passam a estudar mais ao longo de seus cursos secundários, como também porque passam a exigir mais de seus professores e dos governos quanto à qualidade de suas escolas.



III. Distribuir o produto

O emprego produtivo

A visão tradicional de que a pobreza é enfrentada pelo emprego de pobres para fazer produtos que os ricos consomem mostrou, depois de um século, que não procede. Nesse modelo, os pobres além do ganho insuficiente para sair da pobreza, tornam-se descartáveis sempre que uma inovação técnica os substitui ou os torna obsoletos. No final, ficam sem emprego, sem renda e sem os serviços sociais que poderiam ter criado com o próprio trabalho, como escola, saneamento.

Mas, no lugar de situar o desemprego como um problema, ele pode ser visto como uma disponibilidade de trabalho ocioso para romper o círculo da pobreza, esperando ser mobilizado pelo emprego, para produzir o que os pobres necessitam, e não o que precisam os ricos. Empregar para oferecer bens e serviços que rompem o círculo da pobreza. As soluções simples são as empregadoras.

A Bolsa-Escola, ao pagar às mães para cuidar da educação de seus filhos, como paga aos professores deles, está criando emprego; o Saúde em Casa, ao contratar pessoal para atender às famílias, está empregando; o Escola em Casa emprega jovens; a contratação de professores, construção de escolas, de redes de água e de esgoto empregam e produzem o que se necessita para superar o quadro de pobreza.

As soluções simples funcionam, nos países com pobreza, como o emprego keynesiano funcionou, para produzir nada, nas crises dos países ricos. O equívoco dos anos 30 nos países com pobreza foi usar dinheiro público para incentivar indústrias que geravam pouco emprego e o emprego que criavam não era suficiente para tirar a população da escassez que constitui a pobreza. Ao empregar para produzir bens e serviços sociais, as soluções simples utilizam uma lógica comprometida com os resultados, realizam uma dinâmica econômica includente, mais sólida, mais ética e mais sustentável, no lugar do keynesianismo

importado que terminou sendo excludente, baseado na lógica econômica de países que já tinham feito seus investimentos sociais.

IV. Crescimento pela base

Dizer que a luta contra a pobreza exige um enfoque social, e não econômico, não quer dizer que a economia deve ser esquecida, e sim que ela deve ser dominada pelos objetivos sociais e estes pelos valores éticos.

A prioridade ao social provocará um crescimento pela base da pirâmide social, se espalhando para o topo, invertendo a histórica, perversa e ineficiente tradição do crescimento pelo topo se espalhando para a base. No lugar do apoio a uma indústria automobilística, com a hipocrisia de que um carro vendido gera benefício até ao flanelinha da esquina que, com risco de vida e fora da escola, consegue trocado para comprar comida e roupa que dinamizarão a economia, a bolsa-escola a milhões de crianças e jovens fora da escola, para que estudem, faz com que suas famílias comprem comida, roupa e outros bens que provocarão um efeito multiplicador que chegará ao topo. Este é um crescimento pela base, fazendo uma economia casada com o social.

V. Escola de soluções simples

Os erros do desenvolvimentismo criam um sentimento de que as instituições como Banco Mundial não têm qualquer compromisso com a solução do problema da pobreza. Seriam instrumentos da dinâmica econômica pelo topo, iludindo aos pobres.

Nesse sentido, o que resultou do que eu fiz, em 1974, e que eu vi 25 anos depois em Honduras, não teria sido um erro de cálculo, mas exatamente o que o Banco Interamericano de Desenvolvimento desejava: um crescimento industrial que beneficiaria os ricos, iludindo os pobres.

No mundo inteiro, muitos acham isso: de que não há qualquer esperança de essas entidades participarem do enfrentamento dos problemas da pobreza na realidade dos próximos séculos. Os

organismos internacionais seriam instrumentos de uma globalização excludente, vetores da construção de uma sociedade mundial apartada, dividida definitivamente entre os ricos incluídos na modernidade e as massas de pobres excluídos.

Mas, este é um sentimento simplista. É possível que o BID, com seus consultores nos anos 70, tenha feito vítimas de um paradigma de desenvolvimento cujos resultados tenham se mostrado diferentes do desejado.

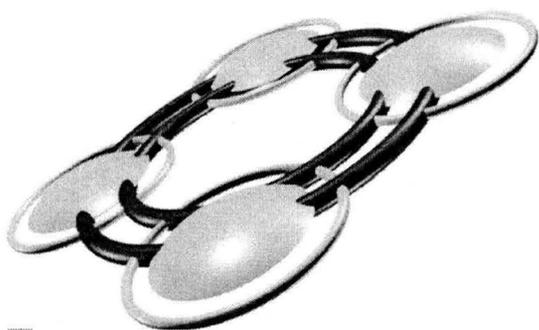
Duas propostas permitem testar o desejo das instituições financeiras internacionais de participar da luta contra a pobreza:

a) A troca da dívida externa por Bolsa-Escola e outros gastos em medidas concretas, soluções simples. Com apenas 3% do serviço da dívida, se cada país investir um valor equivalente, retirado

de seu orçamento, seria possível colocar na escola todas as crianças que hoje estão trabalhando.

b) A implantação de escolas de soluções simples. Nos anos 60 e 70, essas instituições implantaram programas voltados para a dinâmica econômica pelo topo, formaram os economistas que construíram o êxito técnico da economia e o fracasso ético da sociedade. É hora de saber se essas instituições querem dar uma volta no rumo da luta contra a pobreza e serem instrumentos de divulgação e promoção de soluções simples, como tantas espalhadas hoje no mundo inteiro.

Cursos como esses poderiam fazer, em poucos anos, uma completa revolução com pequenos gestos, pequenas coisas, soluções simples espalhadas em um mundo que se recusa a espalhar a riqueza.



A Rits é uma organização não governamental que tem por objetivo levar tecnologia de internet às demais instituições do terceiro setor. Acreditamos que este é um poderoso instrumento para a melhor articulação da sociedade civil em torno de suas lutas e interesses.

rits rede de informações para o terceiro setor

Em nosso site há um conjunto de informações: acervo com a produção do terceiro setor, estudos, uma revista on-line (Rets), catálogo de organizações e seus projetos, legislação e gestão voltadas para o setor. Também oferecemos serviços que possibilitam maior agilidade na comunicação, articulação e interação entre pessoas e organizações: hospedagem de sites, correio eletrônico, fórum de debates, boletim on-line, quadro de avisos e banco de dados, além de orientação jurídica, em gestão e em questões de internet.

Visite nosso site: www.rits.org.br

Uma proposta de renovação para o 2º Congresso do Partido dos Trabalhadores

*Tarso Genro**



* Ex-Prefeito de Porto Alegre, membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores - PT.

Neste texto, criticarei duas estratégias ao neoliberalismo que têm expressão no Partido dos Trabalhadores. E, em seguida, buscarei delinear uma alternativa para as posições de “esquerda” e “moderada”, que, com nuances, encarnam estas duas estratégias no interior do Partido.

I – A Estratégia Neoconservadora

A ideologia neoliberal, que encobre o processo econômico-financeiro concreto (que integra o mundo sob a lógica hegemônica do capital financeiro globalizado) teve como contrapartida mais visível de parte da esquerda, até o presente, uma resposta estratégica neoconservadora.

Tal postura política pretendia - e ainda pretende - (mas com cada vez menos audiência) opor-se ao neoliberalismo, simplesmente repisando de forma mais (ou menos) enérgica as teses da social-democracia ou do estatismo tipo soviético. É uma estratégia que percorre tanto parte da chamada “direita” do PT como a sua “esquerda”.

Quando o neoliberalismo diz “menos” Estado, esta posição responde com “mais” Estado; quando ele sustenta que é necessário um “choque” para “ajustar”, com a precariedade, o desemprego e a intermitência, ele - o neoconservadorismo - responde simplesmente exigindo “mais empregos”, “estabilidade” nas relações contratuais trabalhistas e manutenção de todos os “regulamentos”; quando o neoliberalismo diz “políticas compensatórias”, o neoconservadorismo pede “políticas estatais protetoras” e, quando o neoliberalismo pede para “abrir” a economia, o neoconservadorismo diz apenas “fechamento e subsídios”.

Todas estas respostas - é óbvio - estão legitimadas, historicamente, como uma resistência necessária contra o desmantelamento de inúmeras conquistas sociais, originárias das lutas operárias deste século. Mas, na verdade, elas não constituem uma proposta programática capaz de ser mediadora do futuro.

As formas originais que adquiriram estas conquistas (e também seus conteúdos institucionais) não mais voltarão: a sua

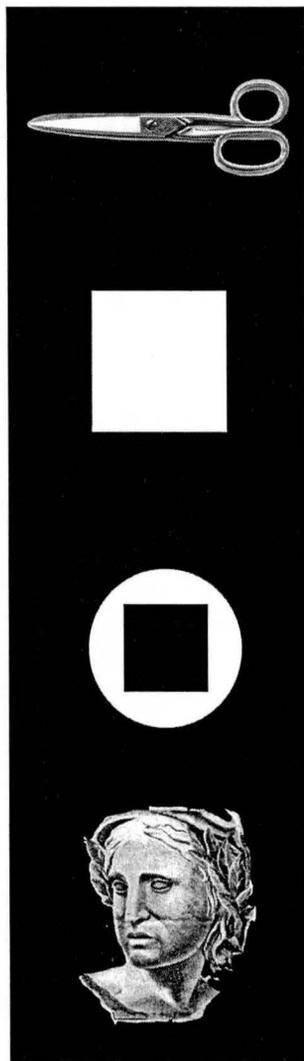
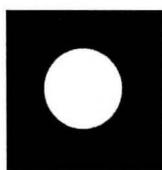
impossibilidade de retorno está determinada, tanto pela radicalidade da integração econômica do mundo com outros padrões de produtividade (e novas formas de organização industrial), como porque o capitalismo derrotou as principais experiências social-democratas e socialistas, de caráter estatista e protecionista. Tal acontecimento suprimiu o apoio logístico a qualquer experiência que não tenha nexos com o mercado mundial.

As transformações no processo produtivo, nos padrões tecnológicos, nas formas de socialidade e na estrutura de classes do capitalismo também mudaram substancialmente. O tipo de Estado, seja o originário de reformas, seja aquele originário de revoluções, em conseqüência, era adequado para responder (pelo ângulo da esquerda) ao período clássico do desenvolvimento capitalista, mas ele é irrecuperável nas condições históricas atuais.

Quero dizer, com estas afirmativas - apenas para exemplificar com certa radicalidade -, que mesmo que um Partido marxista-leninista clássico porventura tomasse o poder pela força ele não poderia, nem que quisesse, repetir a experiência soviética. Também qualquer Partido social-democrata, mesmo eleito com folgada maioria, não conseguiria aplicar o seu ideário através das mesmas instituições jurídicas e políticas que duraram aproximadamente 40 anos: ele não conseguiria recuperar a mesma experiência social-democrata, que aliás está em curso de desintegração.

Vou resumir quatro motivos básicos que impediriam tal retorno ao passado, pelo menos com um mínimo de civilidade, para não dizer com a manutenção de uma cena pública democrática mínima:

1º) nenhuma legislação fiscal conseguiria uma acumulação via Estado (para sustentar políticas distributivas sérias) se o país se fechasse para a economia-mundo; o atraso no processo de produção que adviria deste isolamento, remeteria o país para uma queda de produtividade e para uma estrutura produtiva análoga à verificada no início da 2ª revolução industrial. E estas condições aumentariam a carência e piorariam as condições de vida, inclusive dos mais pobres.



2º) a ditadura, que seria necessária para impor um programa desta natureza (que tivesse alguma capacidade de acumulação interna), só poderia sobreviver - para não falar no custo humano e na destruição dos valores do humanismo socialista que daí decorreriam - com um caro e brutal aparato repressivo: a via democrática para a aplicação de tais modelos não teria base social capaz de sustentá-los, pois, pelos sacrifícios que eles exigiriam, jogariam a maior parte da sociedade contra o governo. A efetividade do Estado social-democrata e do Estado tipo soviético foi coerente para acomodar ou responder às crises de uma determinada etapa do capitalismo, cuja evolução tendia para o coesioneamento social, para a legitimação das desigualdades, combinada com um processo de inclusão, através do emprego, na sociedade.

3º) Os sujeitos sociais orgânicos do contrato político da social-democracia e mesmo do socialismo tipo soviético - burocracia estatal, burguesia industrial e o proletariado industrial da grande indústria - não só já não têm a importância social, organizativa e econômica, de que dispunham até 30 anos atrás, como também já estão imersos numa sociedade fragmentada e orientada por novos padrões tecnológicos. Nesta sociedade os setores assalariados mais importantes, aqueles que fazem “funcionar” a sociedade atual - das telecomunicações à microeletrônica -, não têm nenhum vínculo cultural ou de interesses com os modelos do passado. Este novo mundo do trabalho não vive, igualmente, um modo de vida sequer próximo ao mundo operário tradicional, com a sua memória histórica de resistência e até de heroísmo em alguns momentos de luta social mais aguda.

4º) Não é demais agregar que as transformações de forma e de conteúdo na produção já apontam para a necessidade de um novo projeto econômico do socialismo, com novos tipos de cooperação horizontal entre empresas - sejam elas públicas, privadas ou públicas não-estatais - e que a tendência de que as especializações se tornem cada vez mais articuladas por instituições organizadas em *rede* também estimula a dispersão das novas classes trabalhadoras, que são fundamentais nos novos processos de produção. Este movimento também faz surgir milhões de prestadores que serão necessariamente autônomos, semi-autônomos, intermitentes, prestadores de serviços de todos os tipos, os quais dificilmente incorporarão os valores que emergiram como respostas reformistas ou revolucionárias da classe operária, que foi coletivizada na indústria. Esta antiga classe operária que permanece, continua importante para qualquer projeto de futuro, mas vai tornar-se cada vez mais minoritária e também vai conviver com aquela imensa variedade de assalariados e prestadores de novo tipo.

Quando se diz, portanto, que há uma tendência imanente na atual forma de produzir que gera autonomia com mais exploração (que vai

corroendo o contrato de trabalho tradicional de forma inelutável), o que se diz é que *aquelas* bases materiais que exigiriam os contratos trabalhistas típicos foram revolucionadas e já exigem a emergência de novas formas jurídicas. Isso tanto no capitalismo, como num novo projeto socialista. Em ambos os casos, para adaptarem de formas diferentes a revolução científico-tecnológica às necessidades dos novos padrões de acumulação, que também serão a “base material” da qual deverá partir o socialismo, se ele for viabilizado.

II - A Estratégia Neo-reformista

Mas há uma outra estratégia política de oposição ao neoliberalismo que está em alta. Não só nos países em que o projeto neoliberal ainda não se completou, como no Brasil, como também nos países em que este ciclo já atingiu o seu apogeu, como na Inglaterra. Trata-se de uma posição - que também envolve parte de ambos os espectros do PT - que tem uma dupla característica visível não só na doutrina do movimento, mas também na sua ação política: é a estratégia neo-reformista.

Esta dupla característica é a seguinte: primeiro, como *doutrina*, parte da visão de uma certa inevitabilidade do ajuste neoliberal, como se este ajuste fosse um caminho único, originário das transformações financeiras e tecnológicas em curso, ou seja, os ajustes (estes que aí estão) seriam inevitáveis, independentemente do seu mérito. Segundo, como prática política, esta posição faz uma espécie de contraponto corretivo ao neoliberalismo, com uma linguagem mais radical ou menos radical: “nem tão pouco Estado assim, mas um pouco mais!”; ou com premissas como a defesa de políticas econômicas locais, que são políticas compensatórias controladas pelas bases! Esta posição não se opõe frontalmente ao neoliberalismo com uma proposta de um novo Estado republicano, de um novo modelo macroeconômico e com a experimentação de formas alternativas de organização da produção que adiantem elementos mínimos de uma nova organização da sociedade.

... **MESMO QUE UM PARTIDO MARXISTA-LENINISTA CLÁSSICO PORVENTURA TOMASSE O PODER PELA FORÇA ELE NÃO PODERIA, NEM QUE QUISESSE, REPETIR A EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA**

É uma postura que abdica de uma nova visão econômica, ecológico-produtivista-distributiva, que se oponha aos interesses concretos, jurídicos e espirituais da dominação, que se sustentam no poder real dos grandes monopólios privados.

Por que esta proposta é impotente inclusive como reformismo? Porque um verdadeiro reformismo, atualmente, só o será efetivamente se for *subversivo* da atual forma de dominação: para isso, ele deve, não só contrapor um projeto de reforma democrática radical do Estado, mas também antecipar elementos de uma nova ordem econômica, não submetida ao domínio do capital financeiro global.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a visão criticada é economicista-determinista (inevitabilidade dos ajustes), e se vincula à visão tradicional que o socialismo vem naturalmente de dentro da forma de produzir do capitalismo. Do ponto de vista político é conservadora (a questão democrática para ela é apenas quantitativa: de mais democracia), pois não se ampara num novo projeto, que contenha *um Estado-sujeito* de um novo contrato social.

A síntese vulgar desta posição, em nosso país, está representada pelas seguintes fórmulas políticas, bastante comuns em diversos setores do Partido: “mas os ajustes de FHC são em parte necessários” (como se os ajustes só pudessem ser esses); “o Estado é realmente muito grande” (como se o tamanho do Estado fosse uma demanda de esquerda e não o seu controle público e a sua eficiência social); “mas, afinal teríamos

que nos inserir na globalização” (como se FHC estivesse nos inserindo na globalização e não - o que fez na verdade - nos desintegrando na ordem global); e, finalmente, a alegação conhecida de que “as questões não são econômicas, mas puramente sociais” (o que evita o confronto com o modelo, que só pode ser combatido através de uma disputa econômica de fundo).

Através do neoconservadorismo, o Partido isola-se das novas formas de socialidade e de novos setores e segmentos de classe que surgem acima e abaixo das camadas médias, tornando-se totalmente impotente para a luta política. Através do neo-reformismo o Partido perde o seu conteúdo emancipatório e torna-se um elemento crítico passivo do ajuste neoliberal. Um ajuste que, inclusive, poderá tratar - como faz Tony Blair - de dar os pequenos retoques no mesmo neoliberalismo tido como inevitável.

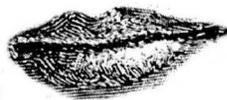
Como dizia aquela personagem de Lampedusa, é uma posição que aceita o jogo de “mudar para que tudo permaneça o mesmo”.

A estratégia reformista impotente - ou neo-reformista - que reputo existir internamente ao PT, também é só aparentemente democrática. Embora esta não seja a posição política dos seus defensores e protagonistas, à medida em que ela aceita o jogo democrático como um jogo que só é disputado por regras que não permitem a superação do modelo neoliberal (ou seja, que somente opõem ao neoliberalismo movimentos dentro de um quadro que tem regras amarradas para reproduzi-lo ao infinito). O neo-reformismo funciona apenas como um elemento de teatralização da cena pública.

Esta teatralização está assentada no convencimento de que o papel da esquerda, neste período histórico, será de mera resistência, com a certeza implícita de que o neoliberalismo vai implementar suas reformas.

Um dos exemplos mais flagrantes desta postura é aceitar os fatos como eles são - por

Asswgh ucv sdfuy rt ast
floy: jfhdsa zbyrsjl rendj
der vgysojk 7 zseyhj sad
otrem sduwxz du xcrtpi.



...aceitou o ado-
inteligentes” que sur-
oras públicas, que devem re-
gresso da técnica e da arquitetura
so país. E, se são onerosas, faraônicas - co-
mais apressados muitas vezes as conside-
corre dos programas, das áreas
seram e, nesses casos, com a
ção de evitar construções fu-
nexos tão frequentes na

global do cui-
construir outro edifi-
italiana, não vacilou en-
E lá está a sede da Mo-
visita permanente da cidade gr-
propus para aquela colunata, an-
cida na arquitetura. Nem sempre
esse a invenção arquitetural e o tr-
teto são tão bem compreendidos.
O que fazer? São coisas da
que os homens fazem difícil de
que um dia Jean-Paul Sartre, n-
conteve: “Será que o mund-

Sononon ons ononono Osnosnon
osnososononono on nonno. Os
nononos son ossonono, so.



exemplo, reconhecer que há ilegitimidades e ilegalidades no governo FHC, mas resguardar-se de fazer uma oposição extrema a estas ilegalidades e ilegitimidades, para não queimar as pontes com os formadores de opinião. Os formadores de opinião passam a ser os verdadeiros construtores da nova política, como se a opinião pública fosse cristalizada e paralisada eternamente por eles.

O neo-reformismo *nega-se* a remar contra a maré e contra o senso comum, mesmo que isso se dê nos estritos limites da Constituição democrática, a qual permite uma oposição frontal ao modelo e inclusive, em certos casos, a desobediência civil.

Assim, a estratégia neo-reformista deixa de ser um elemento vitalizador da democracia, que sempre depende da atividade de sujeitos inadaptados à ordem na cena pública, porque indiretamente contribui para que a subalternidade política e a dependência de opinião permaneçam estratificadas.

A conseqüência é que amplos setores sociais também tendam a aceitar o autoritarismo ideológico do caminho único como uma fatalidade. E aceitar igualmente o papel da oposição como um papel subordinado ao pragmatismo: ou seja, à fatalidade da implantação dos valores morais e das bases econômicas do neoliberalismo.

Ao contrário do reformismo tradicional, que não só propunha instituições novas de caráter

distributivo - do contrato coletivo de trabalho às organizações estatais de seguridade -, o neo-reformismo tem como meta apenas menos neoliberalismo.

Ele declina, assim, de uma parte, de qualquer horizonte utópico e, de outra, de qualquer saudosismo protecionista: sua prática é a de um fiador involuntário das reformas neoliberais.

PT: Entre a Estagnação e o Futuro

A esquerda em escala mundial busca novos caminhos. Alguns deles, como a “terceira via” de Blair, na verdade, tentam casar a renúncia do fiscalismo social-democrata com a ideologia mercantil do neoliberalismo globalizado. Outros, apenas reafirmam com novas linguagens o velho projeto soviético. Um verdadeiro novo espaço de construção teórica e política, porém, vem emergindo dentro da crise. Esse é o espaço no qual devemos batalhar.

A polarização vigente hoje no PT, entre a esquerda e o chamado campo moderado do Partido, tem alicerces na história da nossa organização. Na nossa origem, de forma aberta ou velada, já estavam as duas tradições de fundo, que implicavam em tensões contrapostas. Tanto na concepção de partido como na estratégia política: de um lado, predominava uma concepção que identificava no Estado o verdadeiro sujeito das transformações socialistas e, de outro, uma expectativa de revigoração de uma social-democracia “limpa”, inspirada por uma nova ética de esquerda. Às vezes estes dois campos se confundiam e se entrecruzavam

É possível afirmar que um partido socialista-democrático, numa época de hegemonia do neoliberalismo (ainda que em crise), de falência do socialismo real (por totalitário e anti-humanista), e de composição da social-democracia com os ajustes do sistema financeiro mundial, - este partido socialista-democrático - não pode apostar, pelo menos seriamente, em nenhuma das duas vias consagradas pela esquerda até meados da década de 70.

TAMBÉM QUALQUER PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA, MESMO ELEITO COM FOLGADA MAIORIA, NÃO CONSEGUIRIA APLICAR O SEU IDEÁRIO ATRAVÉS DAS MESMAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E POLÍTICAS QUE DURARAM APROXIMADAMENTE 40 ANOS

De uma parte, a solução estatista-fiscalista da social-democracia não tem condições de impulsionar o crescimento e, logo, a distribuição de renda, nos países da semiperiferia devastados pela dependência; de outra, o capitalismo de Estado, que é o primeiro passo da acumulação soviética, já demonstrou seu anti-humanismo e as conseqüências da emergência da sua burocracia, que controla o Estado para seu proveito e para reproduzir seus privilégios.

Hoje, o conflito que alimentou nobremente a saga petista perdeu a sua atualidade. Os dois campos só subsistem pelo hábito e pelo interesse. Pelo hábito que gera o grupo, com o conseqüente compromisso político interno, e, na disputa pelo poder burocrático interno e também fora do partido: por mandatos e cargos no aparato estatal. Por estarem precisamente neste estágio é que os nossos conflitos não podem ficar circunscritos ao partido: exigem o diálogo, que envolva também toda a esquerda e a nossa relação com os movimentos sociais. A forma de processá-los influirá no conteúdo do seu resultado, pois o PT é importante demais para debater, na atual etapa histórica, somente consigo mesmo.

O envolvimento da sociedade com o nosso Congresso traduz, portanto, uma concepção de “partido de massas que cria quadros” e que está no limiar de um dos períodos da sua existência. Trata-se de um fim de ciclo, no qual a relação federativa

entre grupos e tendências impulsionaram nosso ascenso e a nossa criatividade. Mas é um ciclo que já esgotou o potencial de renovação do PT, cuja polaridade, agora, é um entrave burocrático para a sua modernização política e organizativa.

As experiências de governo do PT, tanto nos municípios como nos Estados, trouxeram um ensinamento irrenunciável: há um limite para o revolucionarismo verbal (interno) quando ele se propõe a ser governo, relacionar-se com toda a sociedade e responder demandas (externas) concretas; e há um limite para a aceitação da “moderação” social-democrata (e o seu socialismo puramente ético), que concilia com o neoliberalismo, numa postura que agride a nossa base social e perverte os nossos ideais humanistas.

O caminho parece ser - como primeiro e imprescindível passo - o de buscar um acordo interno consciente, válido para um projeto de médio prazo, viável dentro da ordem internacional atual (que não vai se desmoronar a curto prazo) e sem o qual não se pode pensar sequer num verdadeiro Estado de Direito para o país. Este projeto pode ser baseado nos seguintes princípios: a) iniciar um processo concreto de controle social do Estado, pela combinação da democracia direta com a representação política; b) estabelecer uma inserção soberana na economia global, estabelecendo uma relação internacional aberta e preferencial com a Europa, Índia e China, e dando suporte à formação de um bloco capaz de enfrentar a hegemonia americana e contrapor-se à lógica do capital financeiro internacional; c) definir um projeto nacional que, com o fechamento relativo da economia, planejado e criterioso, seja capaz de criar um mercado interno de massas, socialmente articulado; d) estruturar redes públicas e alternativas, de crédito industrial e agrícola; e) centralizar o controle cambial; f) estruturar redes alternativas de crédito industrial e agrícola; g) implementar a Reforma Agrária; h) investir pesadamente em educação, ciência e tecnologia, para qualificar a força de trabalho, modernizar a produção, substituir importações e tornar a economia nacional mais competitiva. Este

programa, num país como o Brasil, é uma verdadeira utopia possível, cujo alcance promoverá uma revolução democrática. A ela deve estar *subordinado* o projeto partidário.

As disputas internas pelo poder em qualquer comunidade humana que, para funcionar, necessita ser hierarquizada, são absolutamente previsíveis e aceitáveis. Nelas se cruzam as lutas legítimas de idéias com os desejos humanos de mando e ambição pessoal. Para que as idéias não se ossifiquem e as contendas não caiam no irracionalismo, que é sempre conservador, é preciso adequar o tipo organizativo (o Partido) ao objetivo verificável (o programa). Se isso não ocorrer, corre-se o risco de cair numa hegeliana reconciliação com a realidade puramente oportunista ou numa adesão a um utopismo autoritário.

Este será o enigma do nosso segundo Congresso, em novembro, que terá sucesso se conseguir publicizar-se - dialogando amplamente com a sociedade - para realizar uma síntese da nossa experiência, não uma “média” dos atuais interesses de controle do aparato partidário. Aparato, hoje, repartido entre dois campos políticos extraordinariamente valorosos, mas cujo conflito não produziu uma política de partido dirigente, capaz de alterar a hegemonia e enfrentar com vigor o desastrado governo neoliberal de FHC.



Tânia Bacelar de Araújo*

entrevista



* Economista, Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

Proposta – Qual tem sido o papel do Estado na formulação e colocação em prática de políticas de desenvolvimento? O Estado deve mesmo ser enxugado? Como e em que medida?

Tânia Bacelar - No ciclo expansivo recente do capitalismo, mundial e brasileiro, não se falava com a força de hoje em liberalismo. Ao contrário, as idéias e práticas intervencionistas dominavam o cenário mundial. E eram aqui seguidas. No bloco socialista, confundia-se socialismo com estatismo. No lado capitalista, especialmente na Europa, o *Welfare State* tornou-se hegemônico e a teoria keynesiana fundamentava a defesa da compatibilidade entre desenvolvimento capitalista e interferência do Estado. No Japão e Sudeste Asiático, os projetos desenvolvimentistas eram conduzidos por virtuosas articulações entre capitalistas nacionais e os respectivos Estados Nacionais.

Nessa fase, no Brasil, o Estado Desenvolvimentista Conservador patrocinou a construção de uma base industrial que chegou a ser a 8ª maior e mais diversificada do mundo, ao mesmo tempo em que conservava estruturas de poder e de dominação seculares e continuava a consolidar a sociedade fortemente desigual que temos hoje: modernizada no topo e com imenso contingente de marginalizados na base.

Com a crise mundial (os anos 70 iniciam uma “fase de baixa” nos níveis de crescimento mundial), com o avanço para a etapa atual do antigo movimento de internacionalização (rebatizado nas “Business Schools” americanas de “globalização”), com a difusão da revolução tecnológica comandada pelo paradigma microeletrônico, com a aceleração da acumulação rentista (facilitada pela intensa globalização dos fluxos financeiros), começa a re-emergir com força o ideário liberal. Quebrar regulações dos Estados Nacionais corresponde, cada vez mais, aos interesses do grande capital conglomerado e mundializado. O global começa a não rimar com o nacional.

Nas Universidades, muitos gastam seus conhecimentos para “ir na onda” do pensamento hegemônico (o que dá espaços crescentes, e até honorárias) e tentam demonstrar que, na era da globalização, “o campo de intervenção do Estado Nacional não pára de diminuir” como diz Alain Touraine.

Mas essa é apenas uma parte da verdade. O Estado Nacional continua a atuar na economia. Só que está submetido não mais ao interesse hegemônico da acumulação produtiva (comandada pelo capital industrial), como no ciclo que está em crise, mas, agora, às necessidades da acumulação financeira (ou rentista), comandada pelos grandes investidores globais. Essa é a grande lógica que comanda, nos tempos atuais, as chamadas “Reformas do Estado”.

As políticas “nacionais” aplicadas por governos neoliberais de cada país (mesmo de governos que insistem em posar de social-democratas) reorganizam as funções do Estado para submetê-las às diretrizes da acumulação rentista. Ajuda-se, assim, a gerar cada vez mais riqueza na esfera financeira (e não na produtiva) da economia. E isso ocorre também no Brasil.

Aqui, o Estado Desenvolvimentista conservador se exauriu nos anos setenta (com Geisel), tentando cumprir a missão que se atribuíra de consolidar o projeto do Brasil Grande Potência. O setor público se endividou para promover investimentos que dinamizavam a demanda do setor privado e faziam o Brasil crescer, em média, a 7% ao ano, em meio à crise mundial. Quando os Estados Unidos (Federal Reserve comandado por Volker) fizeram seu “ajuste” e elevaram violentamente a taxa de juros, quebraram de uma vez só todos os países muito endividados. O nosso, inclusive.

Quebra, aqui, o Estado brasileiro. Desde os anos 80, o setor público passa a conviver com situação de déficit. Endividado, defi-

citário, refém de seus credores poderosos (externos e internos), o Estado brasileiro se “reforma”. Deixa de patrocinar a acumulação produtiva (no bojo da qual muitas grandes e médias empresas se constituíram e cresceram nas décadas anteriores) e passa a patrocinar a geração de riquezas na esfera financeira: pela ciranda financeira dos tempos da hiperinflação ou pela política de juros astronômicos dos tempos do Real. Ou ainda por outros mecanismos mais sutis, como a privatização de empresas públicas com as chamadas “moedas-podres” (invenção dos tempos de Collor adotada até hoje, que serve para revalorizar patrimônios privados). Enquanto isso, as contas do governo continuam deficitárias. E a dívida pública cada vez maior!

Mas, quem paga o continuado desajuste das contas públicas? Enquanto alguns são tratados como “vilões”, outros são alimentados “a pão-de-ló”.

Pagam os funcionários públicos, ameaçados de demissão e com anos de congelamento de salários. Pagam os mais pobres, que dependem unicamente dos serviços públicos e vêm as estruturas desses serviços se degradarem pelos cortes no custeio e pela não realização de gastos em manutenção, para não falar no corte de investimentos (tratados como “variável de ajuste” quando sobem as despesas com a dívida).

Enquanto isso, os credores da dívida pública (uma dívida que cresce enlouquecidamente no contexto do Plano Real) são regularmente pagos, com juros muito superiores aos internacionais.

Quem ganha, por exemplo, com a reforma da Previdência? Os aposentados e pensionistas, ou os agentes financeiros que vão administrar os futuros e pretendidamente poderosos Fundos de Pensões?

Quem ganha com a chamada reforma patrimonial (feita via privatizações), senão meia dúzia de grandes conglomerados (os futuros

“donos” do Brasil), enquanto numerosas empresas nacionais são tragadas pela voracidade do “choque de competição” a que são entregues?

Estado ausente? Ou Estado patrocinador de outros interesses? Liberal, *ma non troppo*... Reformado para servir a quem? A novos atores econômicos, e para atender aos interesses de alguns poucos grandes grupos, afirma José Luís Fiori, em recente entrevista à Revista Carta Capital (de 20/08/97). Vale a pena ler. Vale a pena refletir...

Proposta – Quais seriam as bases para uma reforma do Estado que ao mesmo tempo em que modernizasse o aparelho de governo, pudesse reorientar as políticas de desenvolvimento?

Tânia Bacelar - As bases para uma reforma do Estado, num país como o Brasil, são outras.

Aqui, como em muitos outros lugares, ainda é importante a presença do Estado Nacional. A reforma não é para desmontá-lo ou colocá-lo a serviço dos grandes interesses financeiros. É para remontá-lo e colocá-lo a serviço dos interesses nacionais e da maioria da população. É para democratizá-lo.

Como o Estado Brasileiro está em crise financeira, produto sobretudo de seu endividamento recente (de Geisel a FHC), é preciso remontar suas bases financeiras. Fazê-lo sair da situação de devedor de uma dívida que gera déficit para a de poupador e superavitário (como foi na era desenvolvimentista). O que não quer dizer que é para restaurar o Estado Desenvolvimentista Conservador que tivemos.

Para isso, há duas tarefas a cumprir. Primeira: reequacionar a questão da dívida pública externa e interna. E especialmente esta última. É urgente renegociá-la (sob pena de se manter o país estrangulado) para alongá-la e baixar os juros que a retroalimentam. Há vários caminhos técnicos para fazer isso. Mas

é preciso ter força e disposição política para enfrentar os poderosos credores dessa dívida, que são poucos, mas muito poderosos. Ricos daqui, refugiados em paraísos fiscais, que se passam por falsos estrangeiros, por exemplo. A segunda tarefa é realizar uma Reforma Tributária que remonte as bases da receita pública. A carga tributária cresceu 5 a 6 pontos percentuais do PIB sob FHC, mas os poderosos não pagam impostos no Brasil. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, mostrou isso claramente na CPI dos Bancos. Há espaço para cobrar menos dos que pagam muito, hoje (classes médias assalariadas, pequenas e médias empresas), para desonerar as empresas de encargos e tributos que incidem sobre a folha de pagamentos e cobrar mais dos ricos, das grandes empresas, dos grandes bancos, dos ganhos financeiros, etc. Há espaço para taxar progressivamente o consumo e desonerar o processo de produção e circulação dos bens e serviços, o que nos torna pouco competitivos.

Restauradas as bases financeiras, a questão é: gastar como? Com quem? Para quê?

Gastar patrocinando mudanças que o país requer. Patrocinar uma reforma agrária e a promoção do desenvolvimento rural. Fomentar a agricultura e as atividades a ela associadas no mundo rural do país. Revalorizar o campo e as cidades pequenas e médias que já lhe dão suporte hoje. Criar essa fantástica frente de empregos num país – caso único no mundo contemporâneo - que ainda pode dobrar a superfície cultivada, que ainda tem muito espaço físico a ocupar. Espaços que ficaram nas mãos dos latifundiários, situados muitos deles próximos ao mercado, à bases de infra-estrutura. Patrocinar, também um investimento massivo em gente. Em saúde, saneamento e habitação. Mas, sobretudo, em educação. Fazer a revolução educacional que os japoneses fizeram há cem anos. E se deram bem. Como se deram bem todos os que investiram em ampliar as qualificações de seus povos.

Gastar com políticas ativas. Política industrial, de promoção de exportações, de desenvolvimento científico e tecnológico, de desenvolvimento regional, entre outras. Gastar montando instrumentos e estruturas simples que promovam a democratização da economia de mercado, como propõe também Mangabeira Unger, no seu “A Segunda Via: Presente e futuro do Brasil”. Apoiar os milhares de empreendedores micro, pequenos e médios, que insistem em demonstrar sua capacidade num país onde as políticas públicas lhes são antagônicas (carga tributária absurda, juros extorsivos, competição desenfreada por uma política de abertura irresponsável...).

Atuar articulando, e não se omitindo. Defendendo políticas que interessem ao país e a seu povo. E não aos rentistas e especuladores de outros lugares, como se faz hoje. Articulação na qual se gastam poucos recursos financeiros. Mas gasta-se muita energia, capacidade de mobilização, capacidade de negociação, etc. E muito mais !

Proposta - Por que podemos falar de vários “nordestes”?

Tânia Bacelar - De início, deve-se ressaltar que nunca houve um Nordeste economicamente homogêneo e que, historicamente, era possível destacar subconjuntos sócio-econômicos diferenciados, em virtude de variados processos de ocupação humana e econômica :

1) o “Nordeste” que se estendia do Rio Grande do Norte até Alagoas, onde a economia açucareira e a pecuária gestavam duas poderosas oligarquias e uma incipiente burguesia industrial;

2) dele já se distinguia o Ceará, onde o complexo gado-algodão-agricultura de alimentos conformava uma “oligarquia sertaneja”, que se expandia na acumulação comercial, e onde não existia o complexo canavieiro;

3) o “Nordeste” de Sergipe e Bahia, caracterizado pela Fundação IBGE durante certo tempo como integrante de uma certa “região leste”, comandado por Salvador, cidade portuária e mercantil, e onde, desde cedo, se desenvolveu uma burguesia banqueira, onde, no campo, a cana, o cacau e as zonas de combinações agrícolas sertanejas dominavam e o oeste baiano era um vazio econômico e mesmo demográfico até décadas recentes;

4) o “Nordeste” do Piauí e Maranhão, mais conhecido como espaço de transição entre o Nordeste seco e a região amazônica, chamado por alguns estudiosos de “Meio Norte”, e visto como área aberta à expansão da fronteira agrícola regional até o final dos anos 50.

Nas últimas décadas, mudanças importantes remodelaram a realidade econômica nordestina, questionando, inclusive, visões tradicionalmente consagradas sobre a região. Nordeste região problema, Nordeste da seca e da miséria, Nordeste sempre ávido por verbas públicas, verdadeiro “poço sem fundo” em que as tradicionais políticas compensatórias, de caráter assistencialista, só contribuem para consolidar velhas estruturas socio-econômicas e políticas perpetuadoras da miséria... Essas são apenas visões parciais sobre a região nos dias presentes. Revelam parte da verdade sobre a realidade econômica e social nordestina, mas não apreendem os fatos novos dos anos mais recentes. Não revelam a atual e crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande diversidade, a crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas.

Embora traços gerais possam ser identificados, a percepção da realidade econômica nordestina exige uma análise mais detalhada. Nesse sentido, é mister ressaltar os novos focos de dinamismo da economia re-

gional que convivem atualmente com as tradicionais áreas agrícolas ou agropastoris da região.

O Nordeste tem hoje, áreas dinâmicas, de modernização intensa. Nos anos recentes, movimentos importantes da economia brasileira tiveram repercussões fortes na região Nordeste. Tendências da acumulação privada reforçadas pela ação estatal, quando não comandadas pelo Estado brasileiro, fizeram surgir e se desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região. Tais estruturas são tratadas na literatura especializada ora como “frentes de expansão”, ora como “pólos dinâmicos”, ora como “manchas” ou “focos” de dinamismo e até como “enclaves”. Dentre eles, cabe destaque para o complexo petroquímico de Camaçari; o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza; o complexo minero-metalúrgico de Carajás, no que se refere a atividades industriais; além do pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro (com base na agricultura irrigada do submédio São Francisco); das áreas de moderna agricultura de grãos (que se estendem dos cerrados baianos atingindo, mais recentemente, o sul dos estados do Maranhão e Piauí); do moderno pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte (com base na agricultura irrigada do Vale do Açu); e dos diversos pólos turísticos implantados nas principais cidades litorâneas do Nordeste. Menos por seu dinamismo e mais pelo fato de desenvolverem modernas atividades de base tecnológica, merecem referência ainda os tecnopólos de Campina Grande (PB) e Recife (PE).

Ao mesmo tempo em que diversos subespaços do Nordeste desenvolvem atividades modernas, em outras áreas a resistência à mudança permanece sendo a marca principal do ambiente socioeconômico: as zonas cacauceiras, canavieiras

e o sertão semi-árido são as principais e históricas áreas desse tipo. Quando ocorre, a modernização é restrita, seletiva, o que ajuda a manter um padrão predominantemente tradicional. As zonas canavieiras expandiram-se muito, impulsionadas, nos anos 70, pelo PROÁLCOOL. Mas o crescimento se fez com base na incorporação de terras (a área cultivada rapidamente duplica), mais do que na elevação dos padrões de produtividade. Nos anos 90, com a crise financeira do Estado (velho protetor da ineficiência) e a intensificação da concorrência, diversas usinas são paralisadas. Uma nova “vaga” de centralização de capitais promete deixar vivas, apenas, as menos resistentes à mudança.

No caso do semi-árido, a crise do algodão (com a presença do bicudo e as alterações na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil modernizada na região e, mais recentemente, com as políticas associadas ao Plano Real) contribuiu para tornar ainda mais difícil e frágil a sobrevivência do imenso contingente populacional que habita os espaços dominados pelo complexo pecuária-agricultura de sequeiro. No “arranjo” organizacional local, o algodão era a principal (embora reduzida) fonte de renda monetária dos pequenos produtores e trabalhadores rurais desses espaços nordestinos. Na ausência do produto, esses pequenos produtores são obrigados a levar ao mercado o pequeno excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca), uma vez que a pecuária sempre foi atividade privativa dos grandes proprietários locais.

Não é sem razão que, nos momentos de irregularidade de chuvas, ocorridos nos anos recentes, as tradicionais “frentes de emergência” (como são chamados os programas assistenciais do governo) alistam enorme número de agricultores (2,1 milhões de pessoas em 1993, mais de 1,5 milhões em 1998). Nessas áreas, nos anos de chuva regular, os pequenos produtores, reideiros e parceiros

produzem, mas não conseguem acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de dispor de reservas para enfrentar um ano seco. Nesse quadro, portanto, não houve mudanças significativas, e as que aconteceram, em geral, tiveram impactos negativos, como o desaparecimento da cultura do algodão. Em algumas sub-regiões (como no sertão pernambucano), a maconha tem avançado bastante, gerando renda ilegal mas capaz de compensar o desaparecimento da renda do algodão. De positivo, a extensão da ação previdenciária, cobrindo parte da população idosa e assegurando renda (mínima, mas permanente) a muitas famílias sertanejas. Hoje, os velhos sustentam os moços nessa parte do Nordeste.

Na região cacaueteira, a resistência à mudança convive na fase mais recente com importante queda nos preços internacionais do cacau, aprofundando a crise nessa sub-região. Crise ainda sem solução, nos anos 90.

Nas áreas em que predominam a rigidez das velhas estruturas econômico-sociais e o domínio político das oligarquias tradicionais da região, há traços comuns importantes. Primeiro, cabe destacar que são áreas de ocupação antiga, nas quais as velhas estruturas foram criando sucessivos mecanismos de preservação. A questão fundiária é mais dramática e vem se agravando. Na Zona da Mata, por exemplo, o processo de concentração fundiária tem aumentado nos anos recentes e o monopólio da cana sobre as áreas cultiváveis se amplia. No semi-árido das secas, também verifica-se o agravamento da já elevada concentração das terras em mãos de pouquíssimos produtores: “na seca, pequenos proprietários inviabilizados vendem suas terras a baixos preços e os latifúndios crescem”. Simultaneamente, os incentivos à pecuária fortaleceram e modernizaram essa que sempre foi a atividade principal da unidade produtiva típica do sertão e do

agreste nordestino. A hegemonia crescente da pecuária nos moldes em que foi realizada agravou a questão fundiária do Nordeste, além de provocar outros efeitos importantes, como a redução da produção de alimentos e a intensificação da emigração rural. Na lúcida afirmação do geógrafo Mário Lacerda de Melo, “o capim expulsa a policultura alimentar e o gado tange o homem”. Mesmo onde a irrigação introduziu uma agricultura moderna no semi-árido, a “modernização” foi conservadora, inclusive da estrutura fundiária. A base técnica modernizou-se, a questão fundiária agravou-se.

Proposta – Portanto, a questão fundiária não sofreu alteração?

Tânia Bacelar - Como a estratégia brasileira das últimas décadas foi concentrar a expansão da agropecuária em áreas novas (especialmente no Centro-Oeste), no Nordeste também se assistiu a um grande dinamismo agropecuário e agroindustrial no oeste baiano e no sul do Maranhão e Piauí; portanto, em áreas da antiga “fronteira agrícola” da região. Nos anos 60 e seguintes, a proposta da reforma agrária foi abandonada na prática pelos sucessivos governos militares e civis, e apresentada ao País como desnecessária em muitos fóruns (inclusive nos acadêmicos) com base no “sucesso” da ocupação de novas terras. As oligarquias nordestinas, proprietárias das áreas de antiga ocupação e sempre bem situadas nas estruturas de poder, continuavam a beneficiar-se dessa opção conservadora.

Após tantos anos de dinamismo econômico, a questão fundiária permanece praticamente intocada, apesar da miséria alarmante dominante nas áreas rurais do Nordeste. Segundo o Mapa da Fome feito recentemente pelo IPEA, dois terços dos indigentes rurais do País estão no Nordeste.

Os dados confirmam que a concentração fundiária aumentou no Nordeste nas últimas

décadas. Em 1970, os estabelecimentos com menos de 100 hectares (94% do total) ocupavam quase 30% da área; em 1985, essa participação caiu para 28%. Ao mesmo tempo, os estabelecimentos de mais de mil hectares (0,4% do total) aumentaram sua participação na área total, passando de 27% em 1970 para 32% em 1985. Nesse período, a área total ampliou-se de 74 milhões de hectares para 92 milhões de hectares, de acordo com os censos agropecuários realizados pela Fundação IBGE.

Estudo da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - destaca ainda, para o mesmo período, que “a desigualdade da posse da terra é maior que a da propriedade, tanto no Nordeste como no Brasil, sendo a diferença relativa maior no Nordeste. Esse fato reforça a hipótese de que as formas peculiares de exploração da terra no Nordeste conferem-lhe uma estrutura de posse da terra diferenciada da existente na média do Brasil, no sentido de elevar a desigualdade da distribuição. Nesse contexto, um caso ilustrativo é o de grandes fazendas que reúnem áreas de posse e áreas de diferentes escrituras, muitas vezes registradas como imóveis distintos, para evitar seu enquadramento como latifúndio por dimensão”.

Na zona semi-árida, onde se reproduz a estrutura desigual do resto do Nordeste, a situação é agravada pela presença de “latifúndios maiores”: lá, a área média do 1% de maiores estabelecimentos (1.914 hectares, em 1985) é superior ao tamanho médio desses estabelecimentos no resto do Nordeste (1.002 hectares). No semi-árido, o acesso à terra é feito por formas precárias (parceria, por exemplo), caracterizando maior instabilidade, e se registra maior presença de posseiros em comparação com o resto do Nordeste.

Nesses espaços resistentes a mudanças, como foi visto, as velhas estruturas socioeconômicas e políticas têm na base fundiária

e no controle do acesso à água seus principais pilares de sustentação e de dominação (política e econômica).

Por tudo isso é que não se pode falar apenas de Nordeste. Há vários Nordestes.

Proposta – Quais as metamorfoses e permanências da questão regional no quadro do Brasil contemporâneo?

Tânia Bacelar - Ao longo de quatro séculos, desde seu descobrimento pelo capital mercantil em busca de internacionalização, até o século atual, o Brasil se constituiu como um país rural, escravocrata e primário-exportador. Só no século XX é que emerge o Brasil urbano-industrial e de relações de trabalho tipicamente capitalistas. As antigas bases primário-exportadoras, embora montadas no amplo litoral do país, eram dispersas em diversas regiões, tendo associadas a elas as indústrias tradicionais. A imagem proposta por Francisco de Oliveira é a de um “arquipélago” de regiões que quase não se ligavam umas com as outras por se articularem predominantemente com o mercado externo.

A moderna e ampla base industrial, montada no atual século, ao contrário, tendeu a concentrar-se fortemente em uma região, o Sudeste. Com 11% do território brasileiro, o Sudeste respondia, em 1970, por 81 % da atividade industrial do país, sendo que São Paulo sozinho gerava 58% da produção da indústria existente.

No entanto, nas décadas recentes, começa a se verificar no Brasil um modesto movimento de desconcentração espacial da produção nacional. Esse movimento se inicia (anos 40 e 50) via ocupação da fronteira agropecuária, primeiro no sentido do Sul e depois na direção do Centro-Oeste, Norte e parte oeste do Nordeste. A partir dos anos 70, ele se estende à indústria. Na medida em que

o mercado nacional se integrava, a indústria buscava novas localizações, desenvolvendo-se em vários locais das regiões menos desenvolvidas do país, especialmente nas suas áreas metropolitanas. Em 1990, o peso do Sudeste na indústria brasileira caíra para 69%, São Paulo recuara sua importância relativa para 49%, enquanto o Nordeste passava de 5,7% para 8,4% seu peso na produção industrial brasileira entre 1970 e 1990. O mesmo movimento de ganho de posição relativa acontecia com o Sul, Norte e Centro-Oeste. Os efeitos da desconcentração das atividades agrícolas, pecuárias e industriais afetaram o terciário, que também tendeu à desconcentração.

O resultado é que, embora a produção do país ainda apresente um padrão de localização fortemente concentrado, em 1990 a concentração era menor que nos anos 70. Entre 1970 e 1990, o Sudeste cai de 65% para 60 % seu peso no PIB brasileiro, enquanto o Sul permanece estável, respondendo por cerca de 17% da produção nacional, mas o Nordeste, Norte e Centro-Oeste ganham importância relativa (os três juntos, passam de 18 % para 23 % sua participação no PIB do Brasil).

Ao mesmo tempo em que constata a tendência a desconcentrar a dinâmica econômica no espaço territorial do país nas últimas décadas, diversos estudos enfatizam a crescente diferenciação interna das macrorregiões brasileiras. Carlos Américo Pacheco, por exemplo, chama a atenção para o aumento da heterogeneidade intra-regional que acompanhou o processo recente de desconcentração e que legou uma configuração ao país bastante distinta da que possuía em 1970. Constata ele que o desenvolvimento da agricultura e da indústria “periférica” não apenas modificou a dimensão dos fluxos de comércio mas transformou as estruturas produtivas de diversas regiões, resultando em maior diferenciação do espaço nacional, com aumento da heterogeneidade interna e reforço de certas “especia-

lizações”, gerando o surgimento de “ilhas” de prosperidade, mesmo em contextos de estagnação. No Nordeste e no Norte, por exemplo, essa diferenciação interna se amplia muito nas últimas décadas, como fica claro no artigo em que analisei a crescente complexidade e heterogeneidade da realidade nordestina e no trabalho onde Sérgio Buarque identifica profundas diferenciações na organização do espaço econômico da região Norte.

Essa crescente diferenciação regional em diversas macrorregiões brasileiras teria sido a contrapartida do processo de integração do mercado nacional, comandado a partir de São Paulo, segundo Wilson Cano. Para esse autor, bloqueando as possibilidades de “industrializações autônomas”, como sonhara o GTDN para o Nordeste, no final dos anos 50, o movimento de integração do mercado nacional forçava o surgimento de “complementaridades” inter-regionais e fazia desenvolverem-se “especializações” regionais importantes. Servem como exemplos, o desenvolvimento de pólos como os de eletro-eletrônicos na Zona Franca de Manaus, mineração no Pará, bens intermediários químicos no Nordeste oriental, têxteis no Ceará e Rio Grande do Norte, entre outros.

Embora a lógica da acumulação fosse a mesma no imenso território do país, como bem destaca Francisco de Oliveira e estivéssemos construindo uma “economia nacional, regionalmente localizada” em substituição às “ilhas regionais” da fase primário-exportadora, as heterogeneidades internas às macrorregiões não diminuíram. Muito ao contrário, tenderam a se ampliar, nos anos setenta e oitenta. A prioridade principal era a da integração do mercado interno nacional e a da consolidação da integração físico-territorial do país - objetivo importante dos governos militares. E nesse contexto, da mera articulação comercial entre as regiões passa-se à integração produtiva comandada pelo

grande capital industrial e pelo Estado nacional, como mostra Leonardo Guimarães Neto. Com ela, as regiões se integram à mesma lógica da acumulação enquanto ficam mais complexas e diferenciadas internamente.

Proposta – Como se dá a dinâmica atual da questão regional?

Tânia Bacelar - Num contexto mundial marcado por transformações importantes, o ambiente econômico brasileiro sofre grandes mudanças nos anos noventa. Dentre as principais, destacam-se uma política de abertura comercial intensa e rápida, a priorização à integração competitiva, reformas profundas na ação do Estado e, finalmente, a implementação de um programa de estabilização que já dura vários anos (1994 até o presente). Paralelamente, o setor privado promove uma reestruturação produtiva também intensa e muito rápida.

Nesse novo contexto, novas forças atuam, umas concentradoras, outras não. Dentre as que atuam no sentido de induzir à desconcentração espacial destacam-se: a abertura comercial podendo favorecer “focos exportadores”, mudanças tecnológicas que reduzem custos de investimento, crescente papel da logística nas decisões de localização dos estabelecimentos, importância da proximidade do cliente final para diversas atividades, ação ativa de governos locais oferecendo incentivos, entre outras. Enquanto isso, outras forças atuam no sentido da concentração de investimentos na áreas já mais dinâmicas e competitivas do país. Atuam nesse sentido, em especial, os novos requisitos locacionais da acumulação flexível, como: melhor oferta de recursos humanos qualificados, maior proximidade com centros de produção de conhecimento e tecnologia, maior e mais eficiente dotação de infra-estrutura econômica, proximidade com os mercados consumidores de mais alta renda.

Autores com Pachaco chamam a atenção também para os condicionantes da reestruturação produtiva e, em especial, para a forma como vem se dando a inserção internacional do Brasil, especialmente no que diz respeito às estratégias das grandes empresas frente ao cenário da globalização da economia mundial. Constatam que, ao contrário do que se poderia esperar, a globalização reforça as estratégias de especialização regional. A nova organização dos espaços nacionais tende a resultar da dinâmica da produção regionalizada das grandes empresas (atores globais) e da resposta dos Estados Nacionais para enfrentar os impactos regionais seletivos da globalização.

Tende-se a romper o padrão dominante no Brasil das últimas décadas, onde a prioridade era dada à montagem de uma base econômica que operava essencialmente no espaço nacional - embora fortemente penetrada por agentes econômicos transnacionais - e que ia lentamente desconcentrando atividades em espaços periféricos do país. O Estado Nacional jogava um papel ativo nesse processo, tanto por suas políticas explicitamente regionais, como por suas políticas ditas de corte setorial/nacional, como pela ação de suas estatais.

No presente, as decisões dominantes tendem a ser as do mercado, dada a crise do Estado e as novas orientações governamentais, ao lado da evidente indefinição e atomização que têm marcado a política de desenvolvimento regional no Brasil. Embora as tendências ainda sejam muito recentes, estudos têm convergido para sinalizarem, no mínimo, para a interrupção do movimento de desconcentração do desenvolvimento na direção das regiões menos desenvolvidas. Alguns autores chegam a falar em reconcentração, como é o caso de Clélio Campolina Diniz, da UFMG.

As deseconomias de aglomeração tiram as maiores regiões metropolitanas, Rio e São Paulo, desse foco dinâmico industrial, mas essa última concentra cada vez mais o

comando financeiro da economia nacional. E as cidades médias, nas várias regiões, têm atraído indústrias.

É certo que as conseqüências espaciais de políticas importantes como a de abertura comercial e a de integração competitiva comandada pelo mercado, aliadas a aspectos importantes da política de estabilização (como câmbio valorizado, juros elevados e prazos curtos de financiamento) têm impactado negativamente vários segmentos da indústria instalada no Brasil e afetaram especialmente São Paulo.

É certo também que algumas empresas de gêneros industriais mais intensivos em mão-de-obra (calçados, confecções, por exemplo) têm buscado se realocar no interior do Nordeste para competir com concorrentes externos (principalmente com os países asiáticos), atraídos pela super oferta de mão-de-obra e baixos salários, e pela possibilidade de flexibilizar as relações de trabalho (adotando subcontratação, por exemplo).

Mas esses fatos não alteram significativamente as tendências e as preferências locais identificadas pelos estudos de Campolina Diniz, que beneficiam as regiões mais ricas e industrializadas do país (o Sudeste e o Sul). Por sua vez, o Prof. Paulo Haddad tem chamado a atenção para o reforço dado pelo Mercosul a essa tendência de arrastar o crescimento industrial para o espaço que fica abaixo de Belo-Horizonte.

No que se refere às atividades do setor primário, constatava-se que, em décadas anteriores, a fronteira agrícola avançara na direção do Norte e sobretudo do Centro-Oeste.

Por sua vez, a fronteira mineral, no seu dinamismo recente, buscou áreas como o Pará, que já disputa com Minas Gerais o primeiro lugar como produtor brasileiro de minérios, Goiás (rico em amianto, estanho, fosfato e nióbio) e Bahia (com ocorrências diversificadas).

No que se refere à agroindústria, a

atividade açucareira tem ampliado presença no Centro-Oeste e Sul. A agroindústria de processamento de produtos da agricultura irrigada avança também no Nordeste, mas a de suco de laranja continua mais dinâmica no Sudeste (São Paulo) e a de processamento de produtos da avicultura e suinocultura permanece mais forte no Sul.

Percebe-se, assim, a dinamização de diversos focos dinâmicos em diferentes subespaços das macrorregiões, contrabalançando a tendência à concentração do dinamismo industrial. Vale lembrar, no entanto, que a agricultura, a extração mineral e a agroindústria não têm peso dominante na composição do PIB brasileiro.

As informações disponíveis sobre os investimentos futuros não permitem mais que esboçar algumas tendências referentes à futura distribuição espacial da atividade no país. Em relatório recentemente elaborado para o IPEA, Guimarães Neto examina algumas informações, notadamente o levantamento do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, sobre as intenções de investimentos industriais, prevalentemente da iniciativa privada, além de indicadores da ação de alguns bancos oficiais no que se refere ao financiamento dos investimentos.

Através do exame de parte relevante dessas informações não se pode descartar o caráter espacialmente seletivo dos investimentos industriais, que privilegiam alguns espaços específicos nas diversas regiões, tornando-as extremamente heterogêneas, na medida em que não se difundem pelo resto dos espaços regionais. Os dados ainda mostram, claramente, uma divisão de trabalho entre as regiões brasileiras, uma vez que parcela importante dos segmentos produtivos que definem a dinâmica da economia nacional tende, mais uma vez, a se concentrar nas regiões onde teve início e se consolidou a indústria moderna brasileira. Enquanto que os segmentos mais

leves da indústria, de menor densidade de capital, procuram as regiões de menor nível de desenvolvimento e, seguramente, de menos custo de mão-de-obra menor.

Em termos macrorregionais, os dados do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo antes referidos revelam que dos investimentos - que podem ser regionalizados e identificados os investidores potenciais até o ano 2000 - cerca de 64,3% deverão concentrar-se no Sudeste (sendo 28,2% em São Paulo), 17,6% no Nordeste e 9,4% no Sul. Embora com representatividade menor, na região Norte deve ser investido o equivalente a 7,5% do total dos investimentos previstos para o país. No Centro-Oeste, seriam investidos não mais que 1,2% do total.

A tendência parece ser, com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, de um lado, o avanço, no futuro imediato na consolidação dos segmentos básicos e estratégicos no Sudeste, com uma participação provavelmente maior do Rio de Janeiro. De outro lado, a consolidação de especializações em outros estados que, embora fora da região industrial tradicional, conseguiram, através de fatores os mais diferentes (recursos naturais, fortes incentivos regionais, condições de infra-estrutura) atrair segmentos específicos que definem sub-áreas dinâmicas e modernas em contextos nos quais prevalecem ainda atividades tradicionais e estagnadas. Vale o registro, neste particular, para a quase ausência da região Centro-Oeste na previsão dos investimentos industriais para o futuro imediato. O destaque para sua participação fica no tocante à indústria de produtos alimentícios e bebidas, concentrada em Goiás.

Proposta - Para onde vão os investimentos do governo federal?

Tânia Barcelar - Antes de examinar as tendências embutidas nas opções prioritárias

do governo federal, cabe destacar como pano de fundo que o novo paradigma tecnológico e produtivo baseado na microeletrônica e centrado na produção flexível, ao lado da crescente hegemonia do movimento de globalização (financeira, produtiva, tecnológica e mercantil), tende a se difundir na economia mundial impactando profundamente países como o Brasil. Estudos recentes sobre as tendências locais das atividades produtivas no contexto desses novos condicionantes, realizados em geral para países desenvolvidos, onde esses padrões novos estão mais consolidados, revelam a emergência de novos elementos de atração de investimentos.

Dentre os novos elementos portadores de capacidade de atração de atividades e investimentos, especialmente no que diz respeito às atividades industriais, vêm sendo freqüentemente apontados: a existência de mão-de-obra qualificada, a presença de competentes Centros de Ensino e Pesquisa Científica e Tecnológica, a existência de um bom clima de negócios (empresários locais abertos a parcerias e alianças estratégicas e atores públicos locais ativos), a existência de uma massa crítica de fornecedores locais de componentes e serviços, entre outros. Trata-se, portanto, de fatores locais *não-tradicionais*.

Como bem destaca Paulo Haddad, não resta dúvida de que, no conjunto do panorama nacional, o potencial locacional de áreas do Sul-Sudeste para atrair os novos investimentos é, em quantidade e qualidade, bem maior que o encontrado no Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Tornam-se particularmente atraentes, nesse novo contexto, cidades médias daquelas regiões, localizadas próximas a eixos de transportes e, portanto, dotadas de boas condições de acessibilidade.

Se, do ponto de vista das tendências de mercado, os espaços mais atraentes tendem a estar situados no Sul/Sudeste, do ponto de vista dos restritos investimentos patrocinados

pelo governo federal, era de se esperar ação efetiva no sentido de evitar a ampliação de disparidades já gritantes no Brasil e assegurar a compatibilidade entre inserção na globalização e integração dos diversos espaços do país. Mas, os dados parecem sinalizar para a tendência a fortalecer (ao invés de contrabalançar) a concentração de novas atividades e novos investimentos em certos “focos competitivos”.

O Programa “Brasil em Ação”, onde o governo federal define os projetos prioritários de investimentos (pouco mais de 40), desagrega tais projetos em dois grandes blocos: os projetos de infra-estrutura e os da área social. Para o que interessa aqui, trataremos dos projetos de infra-estrutura, e dentro deles, aqueles que têm capacidade de definir articulações econômicas inter-regionais ou internacionais e, portanto, são capazes de influir na organização territorial do Brasil, em tempos de globalização.

Os projetos prioritários de infra-estrutura econômica, estratégicos para a futura organização territorial do Brasil, revelam algumas características importantes:

- Têm uma opção prioritária clara pela integração dos espaços dinâmicos do Brasil ao mercado externo, em especial ao Mercosul e ao restante da América do Sul, o que é consistente com a opção brasileira de promover a *integração competitiva*. Essa orientação estratégica secundariza a integração nacional, mesmo quando a inserção do Brasil na globalização não precisa se dar às custas da fragmentação do país, mas pode e deve ser conduzida compatibilizando essa inserção com a continuidade do processo de *integração* que o Brasil vinha consolidando nas últimas décadas. Mas esse é outro debate.

- Estes projetos priorizam dotar de acessibilidade os “focos dinâmicos” do Brasil (agrícolas, agroindustriais, agropecuários ou industriais), deixando em segundo plano as

áreas menos dinâmicas, ou os tradicionais investimentos “autônomos”, onde o Estado patrocina infra-estruturas que potencializam dinamismo econômico futuro. Na opção atual, o Estado segue o mercado, enquanto com os investimentos “autônomos” se antecipa a ele. Na opção do “Brasil em Ação”, o governo prioriza ampliar a competitividade de espaços já mais competitivos.

- Finalmente, tais projetos concentram os investimentos no Sul/Sudeste, na fronteira noroeste, e em pontos dinâmicos do Nordeste e Norte, seguindo os espaços que vêm concentrando maior dinamismo nos anos recentes.

Como ficou claro das análises apresentadas até aqui, no Brasil dos anos recentes, já no novo contexto de abertura, predomínio da integração competitiva e estabilização, parece se confirmar uma tendência à interromper a desconcentração espacial do crescimento que ocorria nos anos 70 e 80. Essa interrupção vem sendo comandada pelo mercado e referendada pelas políticas públicas federais, de corte nacional/setorial. Em termos regionais, o que sobrevive são resquícios de instrumentos e políticas herdadas do passado, com reduzida capacidade de impactar as realidades regionais e contrapor-se às novas forças que tendem a se consolidar.

A ausência de políticas regionais explícitas do governo federal abriu espaço à deflagração de uma “guerra fiscal” entre estados e municípios que buscam contribuir para consolidar alguns “focos de dinamismo” em suas áreas de atuação. A combinação desses dois fatos vai deixando grandes áreas do país à margem: são os ditos “espaços não-competitivos”.

A isto é importante acrescentar que é limitada a dimensão da desconcentração ocorrida nas décadas anteriores. Ela não alterou substancialmente a antiga divisão regional de trabalho que concentrou a parte mais relevante da base produtiva nacional, e sobretudo dos segmentos industriais estratégicos, no Sudeste. Além do mais, tal processo de desconcentração

ocorreu num quadro econômico e político no qual a economia nacional iniciava o seu processo de desaceleração - segunda metade dos anos 70 - desaguando na crise e instabilidade dos anos 80 e 90, e, ao lado disso, o Estado nacional passava a viver uma das maiores crises fiscal e financeira da sua história.

Ademais, como ficou aqui posto, os estudos recentes sugerem o esgotamento do processo de desconcentração, relativamente curto, sem dúvida, quando comparado com o longo período de concentração que data do início da industrialização brasileira até o auge da fase expansiva do “milagre econômico”, no final da primeira metade dos anos 70.

Por sua vez, as tendências prováveis dos investimentos sugerem é que, após a fase de desconcentração modesta, poderá ocorrer um processo de concentração espacial do dinamismo econômico em algumas sub-regiões (focos dinâmicos), no futuro imediato. Isto significará que, mais uma vez, o país está na iminência de repetir uma trajetória de concentração espacial ou de acirramento de desigualdades regionais, agora num contexto extremamente mais difícil de (i) inserção maior do país e das regiões na economia mundial, no qual se submeterão a uma acirrada competição; (ii) num Estado ainda extremamente débil para definir e implementar diretrizes que possam contrapor-se aos custos sociais de uma maior desigualdade regional e; (iii) numa Federação em crise como têm ressaltado vários estudos recentes da FUNDAP (Affonso e Silva, 1995).

Proposta - Que conclusão podemos tirar de tudo isto?

Tânia Bacelar - A conclusão preocupante que emerge das observações e análises até aqui apresentadas é a de que muito provavelmente, a inserção do Brasil na economia mundial globalizada tende a ser amplamente diferenciada, segundo os diversos

subespaços econômicos desse amplo e heterogêneo país. Essa diferenciação tende a alimentar a ampliação de históricas e profundas desigualdades.

Não se repetirão, certamente, as formas pelas quais se materializaram essas desigualdades ao longo do século XX, mas provavelmente se observará o aumento da heterogeneidade intra-regional, posto que o próprio estilo de crescimento da economia mundial é profundamente assimétrico e aos atores globais interessam apenas os espaços competitivos do Brasil. Espaços estes identificados a partir de seus interesses privados e não dos interesses do Brasil. Os países para esses agentes são meras “plataformas de operação”. O quadro futuro tende a ser mais complexo que no passado recente, posto que em antigas áreas dinâmicas podem surgir bolsões de pobreza, áreas antes pouco exploradas podem ser “descobertas e dinamizadas” e áreas predominantemente pobres podem abrigar “focos dinâmicos” restritos.

Essa diferenciação irá requerer, mais que nunca, uma ação pública ativa (sobretudo oferecendo elementos de competitividade sistêmica, como educação e infra-estrutura de acessibilidade), para evitar a fragmentação do país ou a consolidação de uma realidade onde “ilhas de dinamismo” convivam com numerosas sub-regiões marcadas pela estagnação, pobreza, retrocesso e até isolamento.

Proposta - Não há como buscar barrar esta tendência à fragmentação?

Tânia Bacelar - Há novos fatos e movimentos em curso. Entre eles, a emergência de atores locais ativos (governos estaduais, governos municipais, entidades empresariais locais) é um fato importante do contexto dos anos recentes. Embora sua presença crescente em cena não dispense uma ação firme do governo federal no campo do desenvolvimento regional,

como ocorre até em blocos econômicos (como se vê no caso da União Européia, executora de políticas ativas de corte regional), essa nova tendência deve ser valorizada pois implica na atuação de novos e importantes atores.

Em muitas áreas do país, atores locais têm se articulado para pensar e propor estratégias de desenvolvimento local e regional. Plano estratégicos municipais e regionais têm se tornado cada vez mais freqüentes.

Por outro lado, na contra mão tanto do movimento de integração seletiva e fragmentadora como do processo de desmembramento de municípios (pela “onda” de autonomia que criou milhares de novos municípios no Brasil dos anos recentes), cada vez mais freqüente se torna o recurso a estratégias de consorciação para atuação em espaços territoriais e institucionais mais amplos. Diversos estados já dispõem de leis regulando esses consórcios e os estimulam. Parte-se, assim, do nível estritamente local para propor e atuar em níveis regionais mais amplos. Problemas são, assim, melhor enfrentados e potencialidades aproveitadas com mais vantagem.

Trata-se, portanto, da reconstrução de espaços mais amplos de atuação de políticas públicas (nem todas executadas por entes governamentais) e da redescoberta de identidades regionais e da necessidade de promover a integração de subespaços (regiões) deixados à margem pelo movimento mais geral e seletivo da inserção global dos pólos dinâmicos. Integração importante num país heterogêneo e continental como o Brasil.

Também é possível identificar nos anos recentes a emergência de novas concepções de desenvolvimento, dentre as quais se destaca a do “desenvolvimento sustentável”. Preocupado com abordar a realidade em suas múltiplas dimensões, com destaque para a solidariedade intergeração (sustentabilidade ambiental), esse conceito, ao se aplicar no Brasil, tem destacado também a preocupação com a

dimensão social e com a integração físico-territorial do país (para o que investimentos em infra-estrutura econômica ganham relevo, vez que são capazes de redefinir territorialidades, num país ainda em processo de ocupação de seu vasto território).

Proposta - Qual poderia ser a saída?

Tânia Bacelar - Face ao exposto, parece claro que as tendências de mercado tendem a aprofundar as diferenciações regionais herdadas do passado e fragmentar o Brasil, destacando os “focos de competitividade e de dinamismo” do “resto” do país para articulá-los à economia global. A *inserção seletiva* promovida pelas novas tendências terão como contra-face da mesma moeda, o abandono das “as áreas de exclusão” (ditas não competitivas). Poderia estar sendo traçado, assim, o roteiro da desintegração brasileira. A emergência de focos de *um novo tipo de regionalismo*, intitulado de “provincianismo mundializado” por Carlos Vainer, sinaliza nessa direção. São locais de grande dinamismo recente e bem dotados dos novos fatores de

competitividade que montam sua articulação para fora do país e tendem a romper laços de solidariedade com “o resto”, passando a praticar políticas explícitas de segregação contra emigrantes vindos de áreas não competitivas. Buscam, assim, evitar “manchar” a “ilha” de primeiro mundo que julgam constituir.

A questão regional está sendo redefinida, nos anos recentes. A escala macrorregional é insuficiente para dar conta dela. É preciso tratá-la em múltiplas escalas. No Nordeste, há áreas dinâmicas e áreas em crise, como no Sul e no Norte. É preciso tratar essas áreas não dinâmicas, no país inteiro. Como se faz na União Européia.

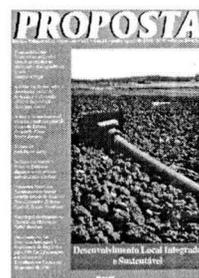
Se isso é verdadeiro cabe ao governo federal atuar no sentido de evitar o agravamento dessas diferenciações. Para isso, cabe-lhe coordenar uma nova política de desenvolvimento regional. Ou melhor, uma política nacional de desenvolvimento regional. Política em novas bases. Descentralizada, envolvendo vários atores, definida para múltiplas escalas.

Essa é uma das tarefas do Estado reformado do qual falamos na primeira questão.



Nº 75 Economia solidária II

**ASSINE PROPOSTA!!!
COMPLETE SUA
COLEÇÃO!!!**



Nº 77 Desenvolvimento local integrado e sustentável



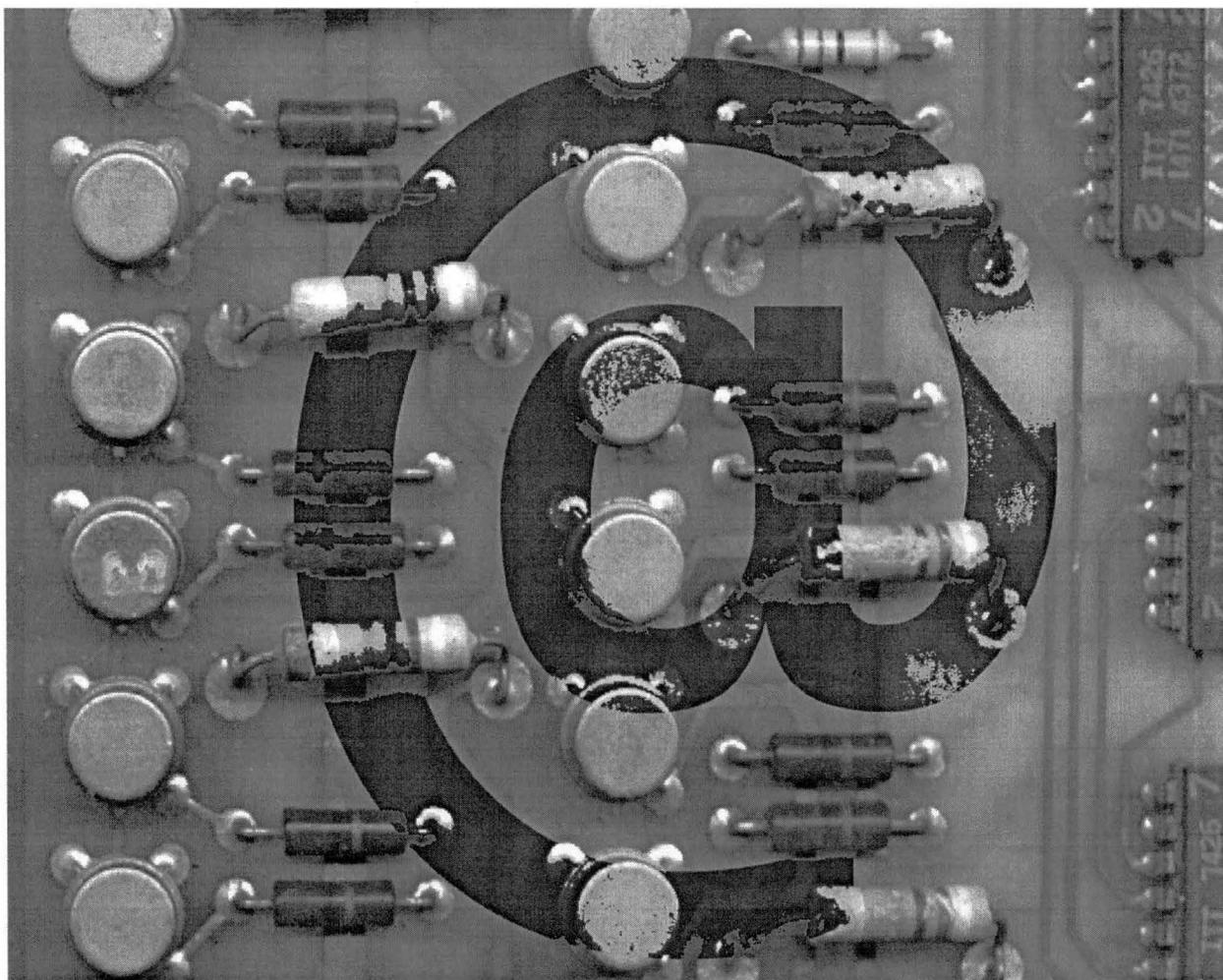
Nº 76 Raça e cultura



Nº 78 Desenvolvimento local integrado e sustentável II

Globalização, desnacionalização e vulnerabilidade externa: a volta da questão nacional

Reinaldo Gonçalves*



* Professor Titular de Economia Internacional da UFRJ.

A discussão da Questão Nacional está voltando, principalmente, no Rio de Janeiro. Esta volta tem sido lenta, mas firme. Cada vez mais se encontra referência a publicações como a revista *Nação Brasil*, o hebdomadário *O Farol* e o jornal diário *Monitor Mercantil*. O sucesso de livros como *A Opção Brasileira* (Ed. Contraponto) e *O Desmonte da Nação* (Ed. Paz e Terra) também apontam para uma preocupação crescente com temas referenciados à Nação e ao Estado-Nacional. Neste artigo, apresenta-se um sumário das principais conclusões do livro do autor: *Globalização e Desnacionalização* (Editora Paz e Terra, 1999).

A expansão recente dos fluxos de investimento externo direto (IED) no Brasil tem se transformado em um dos principais temas de debate. Isso ocorre como resultado da vulnerabilidade externa do país no contexto do processo de globalização. No governo FHC, a vulnerabilidade externa do país tem se manifestado de forma mais contundente no crescimento do passivo externo (endividamento) e nos elevados déficits nas contas de transações correntes do balanço de pagamentos. Esta vulnerabilidade externa é a causa determinante de vários problemas econômicos, como o desequilíbrio das contas públicas, o desempenho medíocre da economia e as conjunturas de crise aguda.

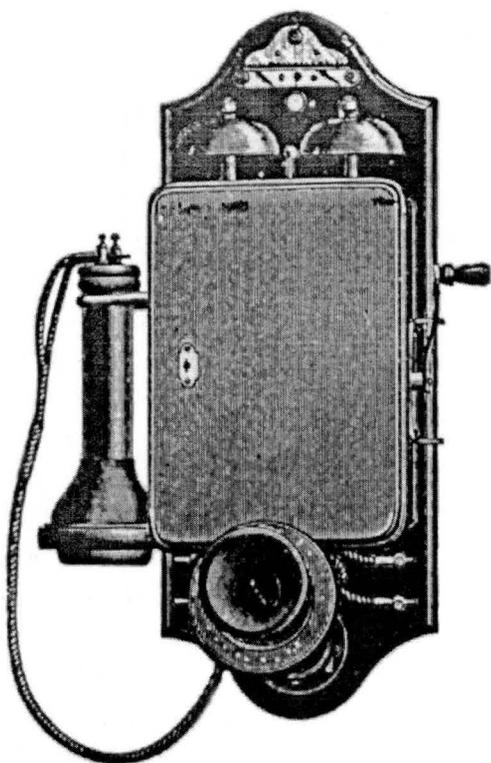
A globalização econômica *cum* estratégias nacionais liberalizantes gera um processo desnacionalizador e subordina a economia brasileira às estratégias e ao comportamento do capital internacional. A desnacionalização do final do século XX representa uma volta à segunda metade do século XIX, quando a infra-estrutura econômica do Brasil dependia, sobremaneira, do capital internacional. No final do século XIX, a *Western Telegraph Company* tinha o monopólio das comunicações do país com o resto do mundo por meio de cabos submarinos; no final do século XX, algumas empresas transnacionais controlam os serviços de telecomunicações no Brasil.

É curioso observar que os “liberalões” brasileiros do século XX continuam usando o mesmo argumento da modernização (associado à maior concorrência) usado no século XIX,

como a principal virtude do capital estrangeiro. Ademais, eles insistem na defesa de um impacto positivo do capital estrangeiro, na forma de IED, sobre as contas externas da economia brasileira — independentemente da influência de políticas e estratégias governamentais e de outras variáveis.

Os fluxos recentes no Brasil têm resultado da onda de fusões e aquisições em escala global e, ademais, de um deslocamento dos investidores internacionais para os diversos segmentos da infra-estrutura econômica (velhos e novos). Com relação aos fatores locais específicos, o destaque no caso brasileiro fica por conta das excelentes oportunidades de investimento via fusões e aquisições. Estas oportunidades surgiram com o enfraquecimento das empresas nacionais frente às políticas macroeconômicas equivocadas (em particular, as políticas comercial, cambial, fiscal e monetária), que enfraqueceram empresas nacionais em diferentes setores. A entrada de IED tem representado um processo de desnacionalização, no contexto de taxas historicamente medíocres de formação bruta de capital fixo na economia brasileira; taxas essas que têm mostrado uma tendência de queda a partir de 1995.

A privatização é outro aspecto de maior relevância no caso brasileiro. Esse processo logra trazer recursos substantivos durante o período de realização dos “bons negócios”. Entretanto, a privatização é um fenômeno datado (que se esgota com a “queima” do patrimônio público ou com sua interrupção pela via política). A privatização, com base em IED, deixa como herança a transferência do processo de tomada de decisões para o exterior, que fragiliza ainda mais a capacidade do Estado de formulação e execução de políticas, assim como gera um fluxo perpétuo de remessa de recursos para fora, que vulnerabiliza o país. Internacionalmente. Neste sentido, cabe destacar que se, por um lado, as autoridades governamentais rejubilam-se com fluxos de entrada de IED, por outro, elas negligenciam completamente tanto as remessas de lucros, que estão crescendo exponencialmente, como o crescente enfraquecimento do Estado.



A desnacionalização econômica aumenta ainda mais a já elevada vulnerabilidade externa do país. Isto ocorre como resultado de dois processos. O primeiro refere-se ao fato de que a entrada de capital estrangeiro no setor de serviços, principalmente nos serviços de utilidade pública que exploram monopólios, deve gerar pressões crescentes sobre o balanço de pagamentos. O fato é que estes serviços não geram receitas de exportação e, por outro lado, pressionam a conta de remessa de lucros para o exterior.

O segundo processo manifesta-se na esfera política e diz respeito à entrada de empresas estrangeiras, com efetivas fontes externas de poder. Há, desta forma, um impacto político importante, na medida em que avança o processo de fragilização do aparelho de Estado. Não é por outra razão que o povo acha que as empresas de capital estrangeiro, juntamente com os representantes da tradicional plutocracia brasileira, são os grupos que têm maior influência sobre o governo FHC (Monitor Mercantil, “Estrangeiros e ACM mandam em FH”, 6 de janeiro de 1999).

A concentração econômica e a desnacionalização, que têm ocorrido durante o governo FHC, tendem a comprometer cada vez mais a capacidade da sociedade brasileira de maximizar a relação benefício/custo econômico associada à presença do capital estrangeiro no país. E, mais importante ainda, nesta relação entre economia e política está comprometido o futuro do Estado-nação e da sociedade brasileira.

De fato, durante o primeiro mandato de FHC verificou-se o aumento extraordinário do passivo externo da economia brasileira, inclusive, por meio da penetração do capital estrangeiro no aparelho produtivo nacional. Constata-se a maior vulnerabilidade externa nas esferas comercial, financeira-monetária, tecnológica e produtiva-real. Como resultado, o país entrou em uma trajetória de instabilidade e crise, determinada, em grande medida, pelos erros de estratégia e política do governo, que provocam e agravam a vulnerabilidade externa. Vale destacar os problemas ocorridos em 1995, após a crise do México em dezembro de 1994, no final de 1997, após a crise asiática, e no segundo semestre de 1998, após a crise russa. A crise cambial aguda de janeiro de 1999 foi detonada pelo acúmulo de desequilíbrios causados pelas estratégias e políticas do governo FHC, que montaram inúmeras “bombas de efeito retardado”.

O governo FHC é responsável por graves desequilíbrios na economia brasileira (déficit nas contas externas, déficit nas contas públicas, desmantelamento do aparelho produtivo nacional privado e estatal, desemprego, etc.). O governo está dependendo do capital estrangeiro para enfrentar parte destes problemas.

O capital estrangeiro tem sua funcionalidade para o governo FHC na medida em que contribui para o financiamento do déficit nas contas externas e das contas públicas, por meio da maciça compra de empresas estatais. O capital estrangeiro opera como comprador das empresas privadas nacionais, que têm sido vítimas do sucateamento, provocado pelo processo de desmantelamento do

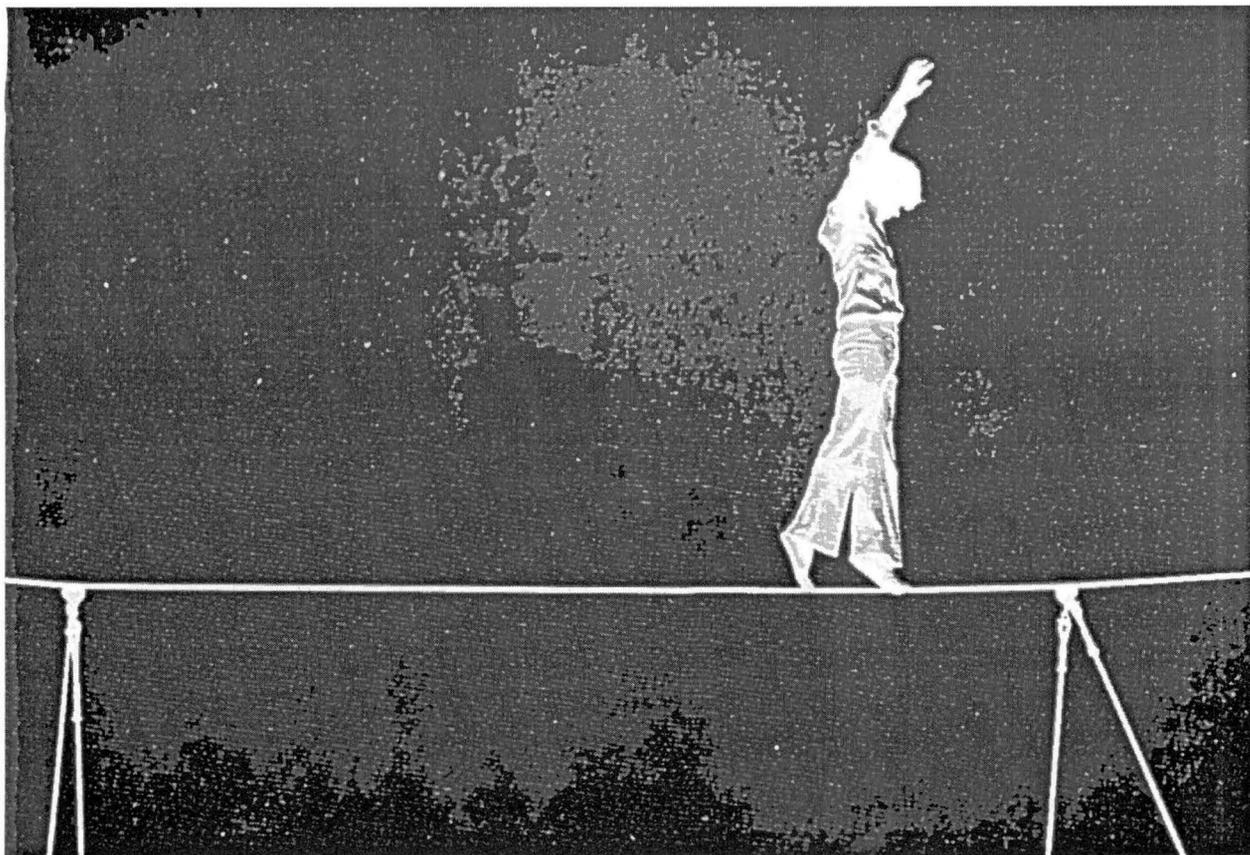
aparelho produtivo nacional. Este último processo é o resultado, em grande medida, da abertura comercial e financeira, do câmbio sobrevalorizado e dos juros escorchantes cobrados no país.

Vale ressaltar que, contrariamente às expectativas do governo FHC, o capital estrangeiro tem um comportamento errático e, até mesmo, espasmódico, conforme atestam as experiências internacionais e nacionais. Anos de fluxos excepcionais são seguidos de retração dramática do ingresso de capital estrangeiro. A volatilidade dos fluxos de IED torna-se uma incerteza crítica para o futuro do país, tendo em vista a elevada vulnerabilidade externa provocada pelas políticas do governo.

Erros de política e estratégia econômica podem se transformar em indutores da entrada de capital estrangeiro. Este é, precisamente, o caso do governo FHC. Políticas equivocadas, que geram oportunidades de lucros anormais, acabam atraindo fluxos extraordinários de capital estrangeiro. Juros absurdamente altos enfraquecem a empresa privada nacional, de tal forma que o

sucateamento e a inadimplência destas empresas as tornam presas fáceis do capital estrangeiro, que as compra a preços baixos. A deterioração das contas públicas e externas durante o governo FHC, são determinantes importantes do processo de privatização de empresas estatais; processo este que mais parece um balcão de negócios na medida em que se abre mão de instrumentos poderosos para atuação do Estado, tanto no país, como também no cenário internacional.

O capital estrangeiro controla pelo menos 15% da economia brasileira. Entretanto, em segmentos importantes da indústria de transformação, há o predomínio de empresas estrangeiras, principalmente em ramos intensivos em tecnologia e marcados por estruturas monopólicas ou oligopólicas. A privatização dos serviços de utilidade pública fortalece ainda mais o poder econômico e político das empresas estrangeiras operando no país, tendo em vista que estes serviços, frequentemente, envolvem situações de monopólio. Estes fatos exigem a montagem de um eficaz aparato regulatório.



**A DESNACIONALIZAÇÃO DA
ECONOMIA BRASILEIRA,
PRINCIPALMENTE
POR MEIO DA
ENTRADA DE EMPRESAS
ESTRANGEIRAS NO SETOR DE
SERVIÇOS DE UTILIDADE
PÚBLICA, AGRAVA AINDA MAIS A
SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE EXTERNA
DO PAÍS**

A inoperância e os erros do governo têm provocado a fragilidade institucional, a degradação do aparelho repressivo do Estado e a precariedade do aparato regulatório no Brasil. O resultado é que as relações entre, por um lado a sociedade e o Estado, e, por outro, as empresas e os governos estrangeiros estão marcadas pelo aumento do potencial de desconfiança e conflito. A situação, de enorme gravidade, dos produtos falsificados na indústria farmacêutica (onde há predomínio de empresas estrangeiras) é um exemplo desta relação entre o governo inoperante e a sociedade tensionada.

Vale ressaltar que o crescimento extraordinário dos fluxos de capital estrangeiro no Brasil a partir de 1995 ocorreu apesar dos desequilíbrios causados pelo governo FHC. Além dos desequilíbrios macroeconômicos, o Brasil tem apresentado um desempenho econômico pífio a partir de 1995, com taxas de crescimento decrescentes e baixas, com taxas de investimento decrescentes e medíocres e com desemprego em alta.

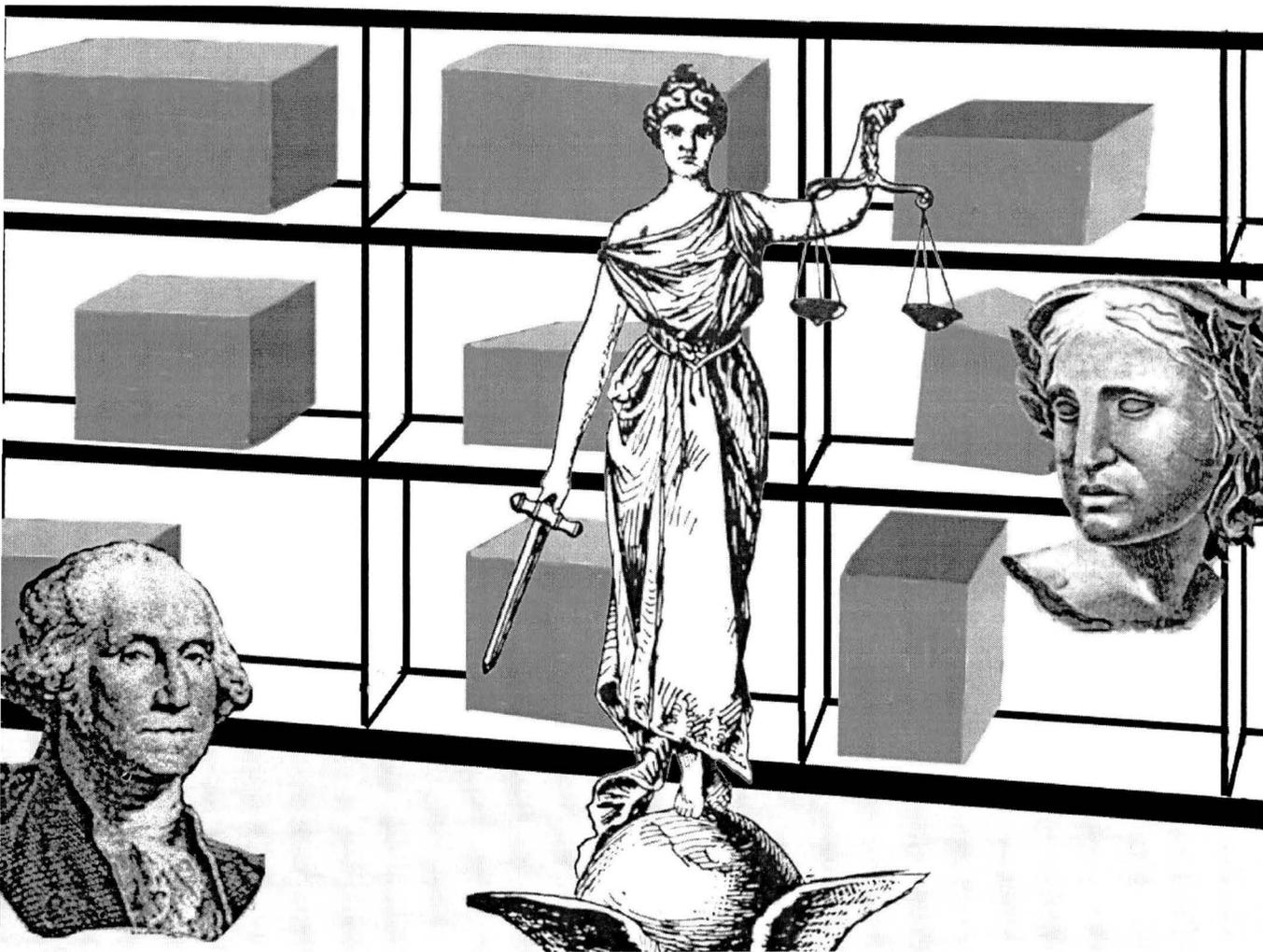
Os principais determinantes da entrada de capital estrangeiro são, pelo lado da demanda, o potencial do mercado interno brasileiro e, pelo lado da oferta, as condições excepcionais de disponibilidade de capital em escala mundial. O movimento recente de fusões e aquisições, assim como a reorientação do investimento externo direto

para o setor de infra-estrutura também aparecem como determinantes do crescimento excepcional dos investimentos externos em escala global.

A entrada de capital estrangeiro no país a partir de 1995 vem acompanhada do aumento da concentração do poder econômico na indústria, nas finanças e nos serviços de utilidade pública, bem como da desnacionalização da economia brasileira. Os principais mecanismos usados são as operações de fusões e aquisições, as concessões de serviços públicos, e a privatização de empresas estatais. Não há registro na história do Brasil de um processo tão rápido, amplo e profundo de desnacionalização, quanto o que tem ocorrido durante o governo FHC.

A maior presença de empresas estrangeiras na economia brasileira significa uma mudança na correlação de forças políticas nos *fronts* interno e externo. Estas empresas têm fontes externas de poder, que lhes fornecem uma “alavancagem política” distinta em termos quantitativos e qualitativos da situação das empresas privadas nacionais. Na medida em que o capital estrangeiro utiliza o seu Estado-nacional como um instrumento político-diplomático-econômico de pressão para alcançar seus objetivos econômicos, a desnacionalização aumenta a vulnerabilidade externa do Brasil e compromete a soberania nacional.

**OS PROCESSOS DE
CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E
DE DESNACIONALIZAÇÃO
TENDEM A REDUZIR
CADA VEZ MAIS A CAPACIDADE
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA DE MAXIMIZAR A
RELAÇÃO BENEFÍCIO/CUSTO
ECONÔMICO ASSOCIADA
À PRESENÇA DE
CAPITAL ESTRANGEIRO
NO PAÍS**



O problema criado pelo governo FHC não reside somente no impacto de curto e médio prazo (deterioração das contas externas, concentração do poder econômico, dependência tecnológica, etc.) associado à venda de empresas nacionais, privadas e estatais, para o capital estrangeiro. A questão central reside em uma herança trágica que compromete a sustentabilidade das nossas contas externas e a nossa capacidade de resistência frente a fatores econômicos externos desestabilizadores, pressões políticas e choques externos.

A desnacionalização da economia brasileira, principalmente por meio da entrada de empresas estrangeiras no setor de serviços de utilidade pública, agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade externa do país. Neste setor, as empresas estrangeiras não têm como gerar divisas estrangeiras, visto que são produtos não-comercializáveis internacionalmente. Contudo, estas empresas, sob

propriedade estrangeira, continuarão pressionando o balanço de pagamentos do país, por meio das remessas de lucros e dividendos para o exterior, durante toda a sua existência.

Neste sentido, o “custo social do dólar” deve aumentar significativamente, pois a necessidade de geração de divisas para as remessas, que crescem exponencialmente, poderá levar o governo a conceder incentivos e subsídios a exportadores. Estes subsídios saem do bolso do trabalhador por meio de vários mecanismos, inclusive a renúncia fiscal pelas empresas exportadoras. Este custo social do dólar cresce exponencialmente quando o governo aplica políticas monetárias restritivas, com base em juros escorchantes. Este custo social torna-se dramático quando se faz apelo a “pacotes” fiscais, que provocam recessão e não atacam a raiz do problema das contas externas.

O custo social do dólar aumentará na medida em que a trajetória de instabilidade e crise, associada à fragilidade das contas externas, provoca um alto custo de absorção da sociedade, quando o governo reage frente a fatores desestabilizadores e choques externos. O aumento dramático das taxas de juros e os cortes nos gastos públicos são exemplos de políticas que impõem um forte ônus social via, por exemplo, a degradação dos serviços públicos e o desemprego. Verifica-se, assim, a relação estreita entre capital estrangeiro, vulnerabilidade externa e exclusão social.

Os processos de concentração econômica e de desnacionalização tendem a reduzir cada vez mais a capacidade da sociedade brasileira de

maximizar a relação benefício/custo econômico associada à presença de capital estrangeiro no país. A fragilização institucional do Estado e a abertura externa nas esferas comercial, financeira-monetária, tecnológica e produtiva-real durante o governo FHC provocam incertezas críticas e riscos elevados quanto ao futuro do Estado nacional e, portanto, da democracia e da sociedade brasileira. A trajetória de instabilidade e crise no Brasil significa que problemas cambiais provocam graves efeitos econômicos e sociais, que se transformam em crises políticas e institucionais. Neste sentido, é provável que aumente a importância relativa das questões nacional, social e federativa na agenda política nacional.

PRINCIPAIS CONCEITOS

Globalização econômica

Ocorrência simultânea de três processos, a saber, a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais.

Nação

“Grupo humano consciente de formar uma comunidade e partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar.”

Estado nacional

“Tipo de estado que possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os.”

Vulnerabilidade Externa

Reduzida capacidade de resistência frente a pressões, choques ou fatores desestabilizadores externos.

BLOCOS DE CAPITAL E A POSIÇÃO DO GOVERNO NO BRASIL, 1975-98

(Participação percentual nas vendas das 550 maiores empresas no Brasil)

Governo/ Origem do capital	Geisel (1974-79)					Figueiredo (1980-84)					Sarney (1985-89)					Collor (1990/92)			Itamar (1993-94)		FHC (1995-98)			
	Ano	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997
Estrangeiro	1.8	0.8	8.5	5.4	4.5	2.5	1.2	0.9	9.7	7.2	8.5	8.7	0.7	1.6	0.8	1.0	1.0	1.3	5.0	2.0	3.3	4.1	6.3	3,5
Tendência	↓		↓					↑			⇒			↓		↑								
Privado nacional	4.8	4.6	6.1	4.9	4.2	5.9	5.2	6.1	9.1	9.9	0.7	2.4	1.0	2.4	4.0	2.7	2.4	1.7	0.2	4.0	3.6	2.1	0.4	9,4
Tendência	⇒					↑					↑					⇒			↑		↓			
Estatal	3.4	4.6	5.3	9.7	1.3	1.6	3.6	3.0	1.2	2.9	0.8	8.9	8.3	6.0	5.2	6.2	6.6	7.0	4.8	4.0	3.1	3.8	3.3	7,1
Tendência	↑					⇒					↓					⇒			⇒		↓			
Orientação	nacionalista estatizante					nacionalista pró-setor privado nacional					desnacionalização pró-setor privado nacional anti-estatal					neutro			nacionalista pró-setor privado nacional		desnacionalização anti setor privado nacional anti-estatal			

Fonte e notas: Reinaldo Gonçalves, Globalização e Desnacionalização, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999. Os dados referem-se às 550 maiores empresas.

Sobre ocultamentos, metáforas e banalizações

*Leila Linhares Barsted**



* Advogada, Diretora da ONG CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação e militante do movimento feminista.

Agora, o que eu não consigo compreender é porque vendo esta situação não se preocupam em encontrar soluções fora do quadro permitido, imposto.

José Saramago

Indignações

Em 1973, descendo a alameda da Quinta da Boa Vista, após uma aula no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, ouvi de uma amiga, que estava em minha companhia o desabafo: “estou cansada de me indignar”. Resumia com essa expressão nosso desespero com o golpe militar no Chile e com a barbárie da ditadura brasileira sob o comando de Garrastazu Medice. Alguns anos antes, o golpe militar no Brasil e o crescente endurecimento do regime iniciara nossa geração no doloroso processo de perda de nossa ingenuidade, de nossas ilusões e, até mesmo, de nossas (os) companheiras (os).

A redemocratização política dos anos 80 acendeu novamente a chama de nossas esperanças por um país melhor. Mas durou pouco. Em 1990, após um sórdido processo eleitoral capitaneado pelas elites e endossado por mais da metade dos milhões de eleitores brasileiros, Fernando Collor foi eleito presidente do país. A frase da amiga voltou com muita força à minha lembrança nesse momento e os sentimentos de cansaço e de indignação resumiam minha perplexidade com a elite e com o povo brasileiro em geral.

Creio que esses momentos foram vividos de forma muito intensa por toda uma geração engajada na utopia do socialismo. Construimos os sonhos de libertação e perdemos de diversas maneiras, pela força militar e pelo voto popular. Henfil, tentando responder por todos nós, em situação parecida, genialmente resumiu: “Moreira não esquece ... o povo é PDS”². Esse é o fenômeno que precisamos incorporar, sem constrangimentos, nas nossas reflexões ao traçarmos diretrizes para o futuro.

Nesse sentido, os comentários que se seguem têm como inspiração o convite para colaborar com o debate sobre A Opção Brasil e como proposta refletir sobre algumas novas-velhas questões.

Metáforas e ocultamentos

Muitos de nós tentamos, através de análises econômicas e políticas, dar conta das características do Estado brasileiro e das tendências da economia, procurando desmistificar essas abstrações fantasmagóricas que nos impedem de dar o nome aos bois - as elites novas e velhas, autoritárias e insensíveis que dominam e anestesiam corações e mentes, utilizando, dentro de seu vasto arsenal desmobilizador, a arma do medo e do pavor do “outro”. Encurralada por esses fantasmas, sem instrumentos de análise que as guie por esse “mundo perigoso”, uma classe média assustada se fecha em condomínios e famílias, coloca um pequeno aviso à porta “o mundo todo não vale o meu lar” e aperta o botão da indiferença social. Por seu lado, a “multidão inquieta”³ e expropriada vivência a precariedade da vida e o medo do futuro, minada em sua capacidade de esperança.

Essa multidão que genericamente chamamos de “povo brasileiro” tem reagido de formas diferenciadas a esse processo de expoliação. Se encontramos exemplos edificantes de mobilização popular contra as políticas anti-sociais, também nos deparamos com o seu oposto. A desmobilização, o alheamento, o individualismo competitivo e, até mesmo, o conservadorismo intolerante, que mina as possibilidades de crença em um mundo melhor, também têm sido formas de “reação” a essa sociedade injusta. A imagem idílica de um “homem cordial brasileiro” muitas vezes ainda nos impede de incorporar essas reações à nossa análise sobre o processo histórico que estamos vivendo, e isso é fundamental para pensarmos sobre uma “opção Brasil”.

1 Entrevista ao Jornal O Globo, de 14 de agosto de 1999. Agradeço a Rosane Reis Lavigne por ter chamado minha atenção para esta entrevista.

2 Agradeço a Ruth Mesquita a referência a Henfil que, na década de 80, respondeu com uma preciosa charge aos resultados das eleições que elegeu um candidato (Moreira Franco) apontado pela oposição como sendo do PDS.

3 Ver Noam Chomsky (1996).

**... A EXPRESSÃO “EMPRESA”
APAGA A CATEGORIA
EMPRESÁRIO E ESSE
“APAGAMENTO” LEVA AS
PESSOAS A PENSAREM
QUE VIVEM EM UM MUNDO
ONDE O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SE REALIZA
SEM CLASSES, SEM
EMPRESÁRIOS**

Nossa “multidão inquieta” não é uma metáfora - é realmente incrível o número de pessoas que vivem com baixíssimos recursos e mesmo abaixo da linha da pobreza no Brasil. Noam Chomsky⁴, tendo como cenário os Estados Unidos, utilizou a expressão “a palavra que não se menciona” para explicar a rejeição ou o “apagamento” da categoria “classe” nos discursos hegemônicos naquele país. Levando sua reflexão mais longe, Chomsky assinala uma nova semântica ao destacar, por exemplo, o quanto a expressão “empresa” apaga a categoria empresário e esse “apagamento” leva as pessoas a pensarem que vivem em um mundo onde o desenvolvimento econômico se realiza sem classes, sem empresários, e onde trabalhadores, empresas e governo estão juntos e unidos por uma identidade nacional.

Refletindo sobre o Brasil, Kucinski⁵ considera que o discurso econômico hegemônico na era de FHC “não veio para explicar e sim para persuadir” e, acrescento que, talvez por isso, a utilização de metáforas e a descorporificação dos sujeitos sejam muito usadas nos discursos oficiais e de empresários. Tal como Chomsky, Kucinski aponta que nesse discurso o homem não aparece como protagonista da história sendo substituído pelas empresas e os fundos de pensão.

De fato, há uma semântica que precisa ser desconstruída ao pensarmos em diretrizes para o futuro. Não podemos aceitar que os trabalhadores destituídos ou excluídos dos direitos sociais sejam

cristalizados em categorias como “mercado informal” ou que a violenta queda da fecundidade às custas dos corpos das mulheres e sem o aumento do nível econômico da população seja resumida pela expressão “transição demográfica”. Tais categorias apagam os sujeitos concretos e seus territórios sociais - a classe, a palavra que saiu de moda ou “que não se menciona”.

Poderíamos acrescentar outras categorias utilizadas na semântica de ocultamentos que renomeiam o novo processo de acumulação capitalista como “a Bolsa”, que sobe e desce por desígnios superiores à nossa imaginação. Não podemos ligar a TV sem sermos informados se ela subiu ou desceu, mesmo que não tenhamos nenhum centavo aplicado. A mídia tem sido porta-voz de um catecismo de política econômica para iniciantes que contém uma série de dogmas tais como “os juros têm que ser pagos”, “se os salários aumentarem volta a inflação”, “a previdência está em crise porque aumentou a expectativa de vida da população”, “nosso modelo é vencedor” contra o “pessimismo exagerado do mercado”, “o mercado está se desenvolvendo e estamos aprendendo a conviver com o câmbio flutuante”, etc., etc. O domínio das grandes companhias transnacionais é caracterizado como a internacionalização globalizada à qual se deve reverência pela sua irreversibilidade. Se não é educado pedir moratória ou falar em lucro, em mais-valia nem pensar...

A utilização sistemática de certas categorias como “o mercado” e o ocultamento de outras, como “classe” ou “luta pelo domínio de uma classe” (peço perdão aos mais “modernos”!!!), são produtos de uma mesma lógica de despolitização dos processos sociais. Somente com uma imagem de guerra de rapina e de expropriação podemos explicar tão grande vitória e tão grande derrota quando os lucros do sistema financeiro, e certamente a renda de seus empresários, ultrapassam todos os recordes históricos ao mesmo tempo que os salários dos trabalhadores chegam a patamares ínfimos e os direitos sociais

⁴ Idem.

⁵ Ver Kucinski, Bernardo (1999).

vão sendo paulatinamente reduzidos e retirados. No entanto, a análise dos processos sociais incorporando a dimensão da luta passou a ser considerada *demodée*. Se são o “mercado” ou o “ajuste fiscal” que definem a política econômica, incluindo os salários e os cortes de benefícios sociais, não existem mais elites dirigentes ou classes dominantes. Somos dominados por abstrações fantasmagóricas globalizadas⁶. No processo de descorporificação, a nova semântica tranqüiliza alguns e, assim, o que vemos pelas ruas, deitados debaixo de marquises, cobertos de trapos, ou pedindo nosso dinheiro nas esquinas são vistos como “futuros marginais”. Os que estão morrendo nos hospitais públicos sem conseguir atendimento ou que se arrastam nas filas para receber pequenas pensões são considerados “a parcela não integrada ao mercado”. No máximo, são “os outros”.

**O DOMÍNIO DAS GRANDES
COMPANHIAS TRANSNACIONAIS
É CARACTERIZADO
COMO A
INTERNACIONALIZAÇÃO
GLOBALIZADA À QUAL SE DEVE
REVERÊNCIA PELA SUA
IRREVERSIBILIDADE**

O cenário que nos é apresentado é de um mundo onde convivem o mercado, o Estado e parcelas, integradas ou não, que não necessariamente precisam se articular, e que têm suas dinâmicas próprias. Só em situações de tragédia esse mundo virtual se materializa. Corpos, nomeados de vítimas, abatidos por balas ou soterrados em prédios que ruíram por falhas dos “agentes do mercado imobiliário” são mostrados pela mídia como um grande espetáculo resultado de fatalidades.

Alguns estudos têm sido realizados para explicar a produção desse mundo espetacular mostrado com intensidade pela a mídia.

Bourdieu⁷, tendo como exemplo a França, chama a atenção para o fato de que a mídia não nos mostra o cotidiano e a vida real das classes populares. Estas só aparecem no vídeo da TV em momentos de tragédia e de criminalidade, quando o sensacionalismo e o escândalo transformam eventos cotidianos em fenômenos dramáticos.

No Brasil, se por um lado o “cotidiano” das classes altas é exaltado nas telenovelas, revistas e colunas sociais, sabemos pouco sobre a vida das pessoas que vivem nas favelas, nos subúrbios e na periferia. O contato com os pobres, através da mídia, vez por outra é ativado, tal como o contato com os escândalos financeiros. Sabemos, por experiência continuada, que nesse mundo espetacular, os grandes escândalos e as grandes tragédias têm sua duração menor que uma minissérie da TV Globo. Logo outros escândalos e tragédias substituem os anteriores e produzem em nós o efeito de esquecimento destes. Assim, a tragédia da miséria, que vemos todos os dias nas ruas, passa a ser banalizada, naturalizada, como as árvores a que nos acostumamos a observar no nosso trajeto da casa para o trabalho. De tanto ver a mesma cena, a naturalizamos, retiramos de nosso olhar e de nossa memória a emoção e, portanto, a indignação, anestesiados a angústia. Mas “eles”, “os outros”, estão lá, os mendigos, os doentes, os desempregados, os velhos aposentados, as mulheres que morrem de parto na 8ª economia mundial, as crianças que catam comida nos lixões ou que trabalham como pequenos escravos por esse Brasil afora. Vez por outra, a TV procura saber mais sobre a tragédia. Autoridades são entrevistadas, jornalistas ques-

⁶ José Saramago, com muita sensibilidade, chama nossa atenção: “A ditadura tinha cara, e nós dizíamos é aquele, ou aqueles, os militares, o Hitler, o Franco, o Pinochet, mas agora não tem cara, não sabemos contra quem lutar. (...) O mercado não tem cara, não tem nome. Está em toda parte e não podemos identificá-lo, dizer ‘eis tu’. (...)”.

⁷ Bourdieu, Pierre (1997).



tionam de quem é a culpa - do prefeito, do governador, do presidente, do Congresso Nacional, do Judiciário? Pessoas caridosas enviam roupas e comida e, assim, a maioria de nós não se sente parte desse drama social.

Na análise de Bourdieu, a mídia, particularmente a TV, pode, de uma forma paradoxal, “esconder mostrando” e, nesse movimento selecionador do que “deve” ser visto, as imagens da TV têm o poder de criar um “efeito de realidade”, fazendo com que as pessoas acreditem que aquelas imagens são sempre a representação da “verdade”.

Analisando a relação da mídia com o governo de FHC, Kucinski⁸ aponta para o nascimento no interior da própria mídia de uma cultura de intolerância e desvalorização em relação aos críticos das políticas

governamentais. A cada dia, essa cultura incorpora novas expressões que se somam às anteriores. Agora somos, além de “neo-bobos”, “sem rumo”.

A mídia e seus empresários, muitos deles velhos caciques políticos, são sem dúvida um ator social fundamental no debate sobre diretrizes para o futuro. Seu fantástico papel, influenciando pessoas, criando valores e ditando comportamentos, ainda não foi completamente entendido. Se, por um lado, a mídia contribui para dar visibilidade aos problemas sociais, por outro lado, como assinala Kucinski, os jornalistas atuam na definição do “que é problema e o que não é, e dos termos em que devem ser discutidos”.

Apesar de, em grande linhas, concordar com as análises de Bourdieu e Kucinski, acredito tam-

⁸ Kucinski, Bernardo (1999)

bém que é importante considerar que o público tem a capacidade de criticar e interferir na informação recebida. No entanto, esta capacidade de posicionamento crítico em relação à mídia, e em especial à TV, é limitada pelo restrito acesso de seu público a outras fontes de informação que poderiam contrabalançar o poder da grande imprensa. Nesse sentido, é fundamental incluir uma proposta sobre a mídia ao pensarmos em diretrizes para o futuro. Qual tem sido a dificuldade na criação de uma mídia democrática, capaz de interessar e de informar criticamente à população?

**NO PROCESSO DE
DESCORPORIFICAÇÃO, A NOVA
SEMÂNTICA TRANQUILIZA
ALGUNS E, ASSIM,
O QUE VEMOS PELAS RUAS,
DEITADOS DEBAIXO DE MAR-
QUISES, COBERTOS DE
TRAPOS, OU PEDINDO NOSSO
DINHEIRO NAS ESQUINAS SÃO
VISTOS COMO “FUTUROS
MARGINAIS”**

Uma mídia democrática e crítica pode dar “nome aos bois”, desmistificar a modernidade da “globalização”, mostrar de onde vem a comida que comemos, a roupa que vestimos, a TV por onde olhamos o mundo - *made in* China, *in* México, *in* Filipinas, *in* Nova Iguaçu, *in* São Bernardo, *in* qualquer lugar onde existem pessoas de carne e osso trabalhando muito, ganhando pouco, comendo mal.

**O processo de banalização da
pobreza e da solidariedade**

O Jornal do Brasil me informou, sem necessariamente explicar porquê, que o desemprego vai a 9,5% na América Latina e que as famílias pobres, segundo a OIT, seguem sofrendo de

maneira desproporcional a falta de oportunidades de ingressos no mercado de trabalho e a crescente deterioração da qualidade do emprego. Ainda segundo a OIT, mulheres e jovens são os que mais sofrem com o desemprego na América Latina. Leio também que o governo brasileiro incentiva o Programa de Demissão Voluntária dos funcionários públicos federais (se a moda pega os governos estaduais e municipais farão o mesmo, o que certamente contribuirá para o aumento do desemprego no país e ampliará os índices para a América Latina). Leio, ainda, que os ruralistas querem o perdão de 70% dos débitos e que a elite está cansada (de quê??). Também a justiça investiga racismo no sul (poderia investigar a partir dos dados do IBGE). O presidente declara, mais uma vez, que a oposição está sem rumo (o que certamente ele tem demais). Fico sabendo, também, que o Estado previdenciário da Argentina praticamente desapareceu (já estamos tendo o efeito “Orloff”) e que com 9 milhões de pobres, aumentou o fosso entre ricos e pobres, acrescido de uma taxa de 14,5% do aumento do desemprego. Saindo do caderno “economia” para os cadernos “cidade” e “país”, leio que mais um bebê foi abandonado e a mãe, arrependida, ao se apresentar ao Juizado da Infância e Adolescência, decidiu doar a criança porque não tem condições de criá-la. Apesar de enormes irregularidades e denúncias de suborno, não é tranquila a anulação do julgamento dos assassinos de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás⁹. (O corpo de jurados leigos que absolveu os PMs acusados de terem assassinado 19 trabalhadores rurais foi constituído de homens e mulheres, em sua maioria, funcionários públicos do estado do Pará). Tristes trópicos.

⁹ A propósito das absolvições, o Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, refletindo sobre o “lado PDS do povo”, fez uma lúcida e sucinta avaliação em declaração à TV: “...o corpo de jurados não se deu conta da profundidade da tragédia de Eldorado do Carajás”.

**NO BRASIL, SE POR UM LADO O
“COTIDIANO” DAS CLASSES
ALTAS É EXALTADO NAS
TELENOVELAS, REVISTAS E
COLUNAS SOCIAIS, SABEMOS
POUCO SOBRE A VIDA DAS
PESSOAS QUE VIVEM NAS
FAVELAS, NOS SUBÚRBIOS E NA
PERIFERIA**

Por mais que as novas categorias em moda tentem ocultar, somos um país dos sem-terra, sem-teto, sem-previdência, sem-emprego, sem-saúde, sem-cidadania, sem-rumo. O anestesiamiento de mentes e corações tem nos caracterizado também como um país sem indignação. A luta pela sobrevivência torna até mesmo os setores sindicalizados e ativos politicamente insensíveis àqueles que não têm representação ou representantes no cenário político local e nacional e, assim, só nas tragédias somos despertados para os “outros”.

Parcelas organizadas de nossa sociedade, incluindo as ONGs, de alguma forma, tentam interferir nesse cenário estimulando a solidariedade e o compromisso social. Sabedor desse potencial da sociedade brasileira, o governo tem estimulado parcerias e acaba por fazer “gentilezas com o chapéu do alheio”.

Na Argentina, tais iniciativas da sociedade ganharam visibilidade no Jornal do Brasil, de 23 de agosto de 1999¹⁰, que destaca: “...dos escombros do setor público surgiu uma pedra preciosa - uma explosão de solidariedade social. Dos 36 milhões de argentinos, três milhões se alistam voluntariamente para trabalhos comunitários, principalmente em organizações não-governamentais e grupos da Igreja Católica que ajudam a alimentar, medicar e abrigar os que levam a vida com dificuldade, à margem do sistema. Está em andamento uma verdadeira revolução de solidariedade (...)”.

A notícia é complementada pela informação de que atualmente a Rede de Solidariedade, formada há 4 anos, recebe mais visitas de pessoas dispostas a ajudar do que gente pedindo ajuda e está distribuindo remédios, abrigos para os sem-teto e lares adotivos para crianças abandonadas, e as responsabilidades que, no passado, eram responsabilidades do Estado estão cada vez mais nas mãos de cidadãos.

No Brasil, podemos observar um processo semelhante assinalado por Márcia Pereira Leite¹¹ que, refletindo sobre os elementos resultantes da dissociação entre cidadania e de justiça social, destaca a ação do governo federal na extinção ou degradação de serviços, ao mesmo tempo em que o princípio de justiça social passa a ser substituído por políticas compensatórias e filantrópicas. A cidadania, princípio que orienta políticas universalizantes, cede lugar a intervenções pontuais ou ao civismo.

**POR MAIS QUE AS NOVAS
CATEGORIAS EM MODA
TENTEM OCULTAR,
SOMOS UM PAÍS DOS SEM-
TERRA, SEM-TETO, SEM-
PREVIDÊNCIA, SEM-EMPREGO,
SEM-SAÚDE, SEM-CIDADANIA,
SEM-RUMO**

Certamente nossa indignação com o sofrimento dos mais pobres deve motivar ações individuais de caridade e filantropia, mas deve motivar principalmente ações políticas sem que tenhamos de “...abrir mão da articulação de um compromisso público com os valores democráticos de universalização do bem-estar social”, tão bem assinalado por Márcia Pereira Leite. Nesse sentido, não podemos banalizar o sentido da solidariedade social retirando seu conteúdo político-transformador.

¹⁰ JB 23 de agosto de 1999, pág. 11.



Resgate

O resgate da ética e da indignação nos leva, necessariamente, ao resgate da cidadania. José Saramago, em entrevista ao jornal O Globo, em 14 de agosto passado, aterrado com a apatia das pessoas, chamou a atenção para a questão ética assinalando que “...*estamos todos cegos, com os olhos vendados pela cobiça e pelo individualismo*” e questionou: “... Agora, o que eu não consigo compreender é porque vendo esta situação não se preocupam em encontrar soluções fora do quadro permitido, imposto”.

A busca da cidadania é certamente uma proposta radical em um país expropriado pelo capital internacional, por suas elites e por seus governantes.

A transformação do cidadão em consumidor e a redução de seus direitos a esse novo *status* exclui toda a população que não pode ser serva do mercado. O formalismo jurídico costuma utilizar a expressão “o que não está nos autos não pertence ao mundo” para expurgar qualquer elemento intolerável à lógica processual. O formalismo economicista, da mesma forma, entende que aquele que não está no mercado não pertence ao

mundo, desumanizando os sujeitos sociais. Nosso desafio é trazer para a nossa proposta de uma Opção Brasil exatamente essa multidão expulsa, sem representação sindical, partidária ou religiosa. Incluí-los exatamente porque são humanos.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1997.

CHOMSKY, Noam (entrevista a David Barsamian). *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*, Editora UnB, Brasília, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. *Amíclia de FHC e o fim da razão*
LESBAUPIN, Ivo (organizador). *O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1999.

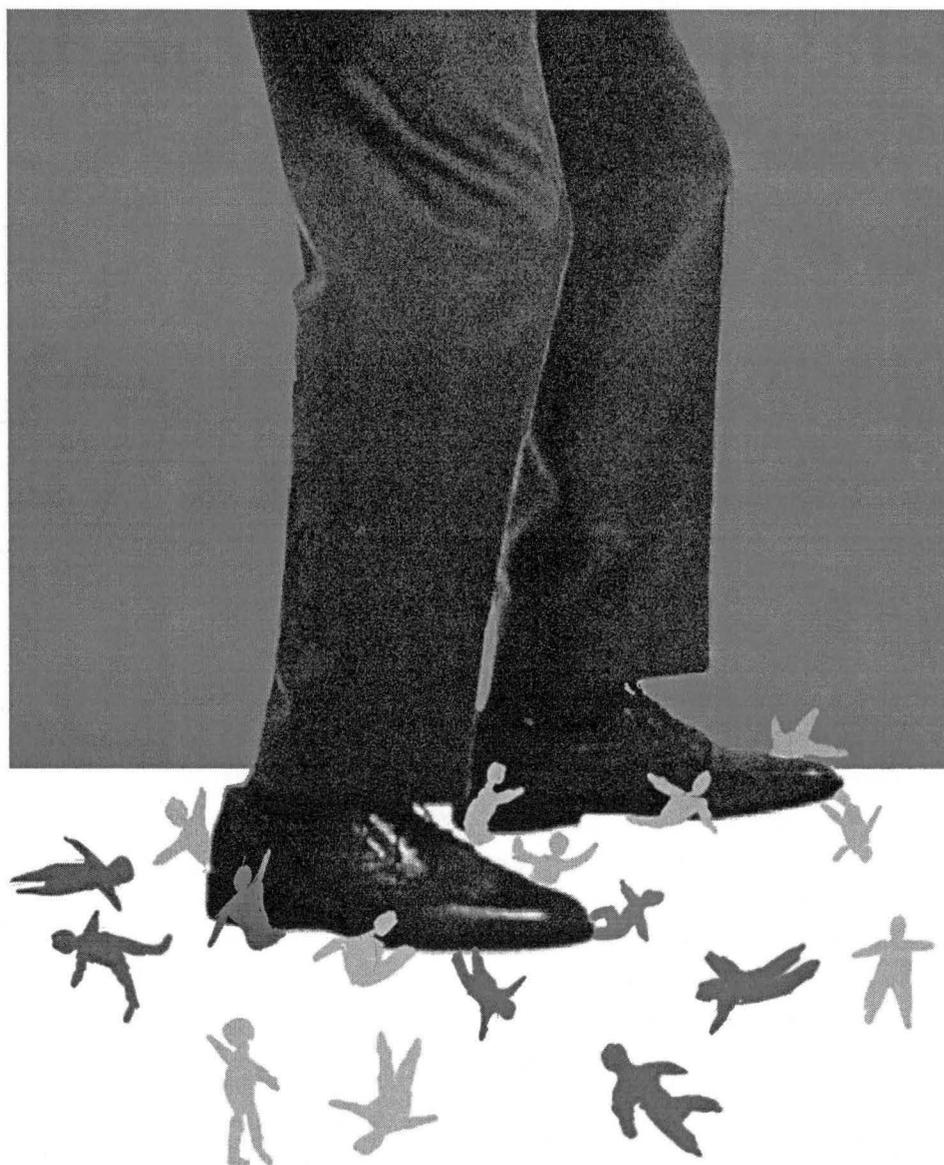
LEITE, Márcia Pereira. “Crise da Cidadania: em foco um dos cenários das ONGs”, in PROPOSTA, junho/agosto de 1999, n.º 81, FASE, Rio de Janeiro.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter: Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Ed. Record, Rio de Janeiro, 1999.

¹¹ Márcia Pereira Leite (1999).

Globalização e crise da mobilidade social no Brasil

*Márcio Pochmann**



*Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). pochmann@eco.unicamp.br.

As profundas transformações da economia mundial neste final de século ocorrem juntamente com o agravamento dos problemas relacionados ao mundo do trabalho. O termo globalização, muitas vezes, tem sido utilizado como sinônimo de mudanças econômicas que levam ao agravamento da questão social.

Sem pretender discutir aqui o conceito de globalização, optou-se por uma rápida análise do seu impacto sobre a questão social que, nessas duas últimas décadas, mostrou-se significativo no Brasil. Em relação a outros países, cabe salientar a presença de diferenças nacionais significativas, indicando que a globalização pode trazer maiores ou menores implicações sociais. Dependendo sempre da estratégia nacional ou do modelo de integração regional adotado, o resultado final do movimento da globalização sobre a sociedade pode variar significativamente.

Estratégias de inserção internacional

Numa ligeira avaliação dos indicadores de emprego industrial, pode-se sustentar, por exemplo, a hipótese geral de múltiplas possibilidades nacionais frente à globalização. No caso de países como Canadá, Coréia e Japão, verifica-se uma expansão no nível de emprego industrial de 13,8 milhões de assalariados em 1970, para 18,7 milhões em 1995, (adicional de 4,8 milhões de empregos). A mesma situação não pode ser observada nas economias que passam por processos de desindustrialização, como França, Espanha e Inglaterra, que juntas reduziram de 16,5 milhões de assalariados industriais em 1970, para 10,4 milhões em 1995, (perda de 6,1 milhões de empregos). No Brasil, estima-se a perda de quase 2 milhões de empregos industriais desde 1990.

Neste sentido, formam-se algumas dúvidas a respeito da tendência de homogeneidade sobre as nações. Ao contrário da experiência positiva dos trinta anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, quando houve expansão econômica acompanhada de baixas taxas de desemprego para praticamente todos os países, verifica-se atualmente baixo crescimento econômico e desempenho

insatisfatório do nível de emprego, apesar de importantes diferenças nacionais.

Não é suficiente afirmar que o processo de globalização, por apoiar-se nas inovações tecnológicas e na ampliação do comércio e dos fluxos financeiros internacionais, tende à geração de sociedades modernas. Antes de mais nada, parece necessário saber qual forma de inserção mundial cada país ou bloco regional adota. Quando analisada a divisão do comércio internacional, observa-se que a sua expansão está concentrada em poucas economias. Somente os países da Europa ocidental, do sudeste asiático e do norte da América são responsáveis atualmente por mais de 4/5 do comércio mundial. O Brasil, por exemplo, que já chegou a participar com 1,5% das exportações mundiais em 1984, terminou o ano de 1998 com uma participação relativa de apenas 0,9%.

Em função disso, a tese que apoia o avanço do comércio mundial estimulado pelas regiões geográficas com baixo custo do trabalho não encontra sustentação na realidade dos dados, pois menos de 6% das importações dos países ricos são provenientes de países com salários comprimidos. A estrutura produtiva e as condições de competitividade sistêmica (juros, câmbio, infra-estrutura, tributos) representam os principais condicionantes da inserção nacional no comércio mundial, muito mais do que a busca de custos do trabalho comparativamente menores.

Com relação ao investimento direto realizado por corporações transnacionais, também verifica-se a sua concentração em poucas economias. A maior parte dos investimentos externos origina-se e é realizado nos países ricos. Mesmo na experiência brasileira recente, marcada pelo maior ingresso de recursos externos, não há indicação suficiente para afirmar a sua conversão, na maior parte das vezes, em investimentos produtivos. Diferentemente dos anos 70, o país tem absorvido atualmente muito mais recursos externos que se orientam à sustentação do plano de estabilização monetária. Por serem estimulados pelas elevadas taxas de juros, os recursos externos concentram-se nos mercados financeiros e quase não se transformam em investimentos produtivos,

quando muito no processo de aquisição de propriedade produtiva de brasileiros.

Ao mesmo tempo que não cabe hoje projetar para o futuro uma tendência geral e irreversível de decréscimo contínuo do nível de emprego, deve-se tomar cuidado com a simples associação entre globalização e desemprego. Não obstante o contexto internacional desfavorável ao crescimento econômico e, por conseqüência, ao emprego, os países e sobretudo os blocos regionais dispõem de condições não desprezíveis para o melhor enfrentamento da difícil situação de agravamento dos problemas do mundo do trabalho. As políticas macroeconômicas nacionais e a forma de inserção internacional podem resultar num quadro social menos perverso.

Duas décadas consecutivas de crise econômica no Brasil

Especificamente em relação ao Brasil, percebe-se a presença de um estágio de estagnação da renda *per capita* nas duas últimas décadas que termina por comprometer fortemente a dinâmica ocupacional e social. Da mesma forma, o novo modelo econômico nacional, sustentado na liberalização comercial e desregulamentação financeira, tem contribuído para deslocar a evolução do emprego do desempenho do produto interno bruto por habitante desde 1994 (ver Gráfico 1).

Por conta disso, impressiona constatar a regularidade com que se difundem análises econômicas pontuais que, concentradas apenas no curto prazo, pouco auxiliam na necessária avaliação da *performance* nacional durante as últimas duas décadas. Desta forma, o debate sobre os rumos econômicos tem sido difuso, nem sempre deixando claro quais seriam os reais caminhos para o Brasil.

O núcleo duro da discussão tende a se assentar sob duas vertentes distintas. De um lado, os chamados *produtivistas*, defensores da retomada sustentada do crescimento econômico, com participação do Estado e controle tanto do comércio externo quanto dos fluxos financeiros internacionais. Por serem críticos quanto a possibilidade brasileira de inserção subordinada na economia mundial, colocam mais ênfase na valorização das potencialidades do mercado interno, sem desconsiderar, entretanto, o comércio externo.

De outro lado, os *financistas*, que se apoiam na liquidez financeira internacional para sustentar a estabilidade monetária e na abertura comercial, com desregulação financeira e desregulamentação do mercado de trabalho, como tentativa de modernização da economia nacional. Apostam ainda que os possíveis resultados positivos da globalização exigiriam um outro Estado, com a

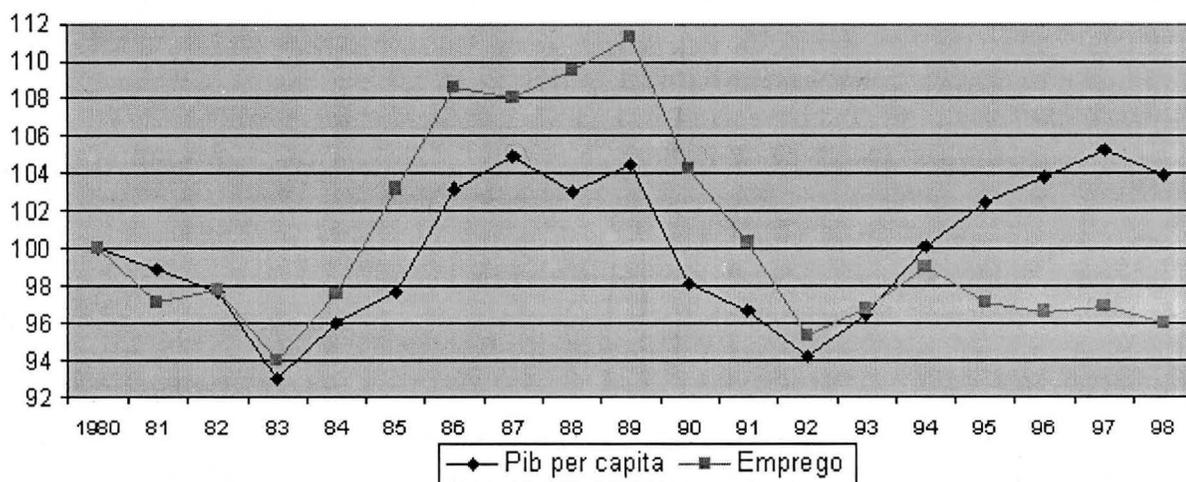
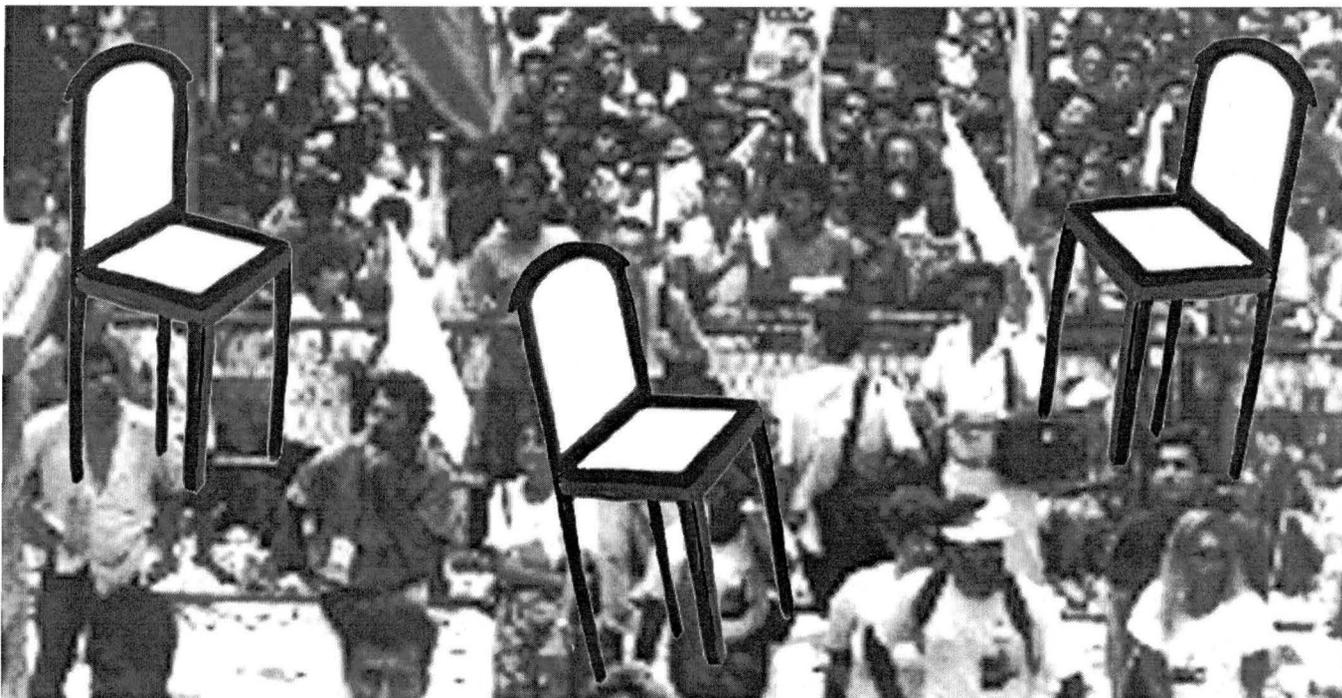


Gráfico 1: Brasil - Evolução dos índices do Produto Interno Bruto *per capita* e do emprego formal (1980 = 100,0) Fonte: IBGE e MTb 1998: estimativa.



passagem da função empreendedora para a de regulação dos contratos e de focalização dos gastos sociais.

Como se sabe, o Brasil é hoje uma grande locomotiva parada no tempo, sem paralelo histórico nos últimos 60 anos. Desde 1980, o país amarga: (i) baixos índices de crescimento econômico (2,5% como média dos últimos 18 anos, sendo de 2,6% na década de 1980 e de 1,7% na década de 1990); (ii) anêmico comportamento da taxa de investimento (17,1% do PIB como média anual, sendo de 18,4% na década de 1980 e de 15,6% na década de 1990) e; (iii) desestruturação do mercado de trabalho, com queda no emprego assalariado formal (-0,2% como média anual, sendo de +1,1% na década de 1980 e de -1,7% na década de 1990).

A responsabilidade pela perda recente de dinamismo do capitalismo brasileiro pode ser encontrada na condução da política macroeconômica e nas alterações do contexto econômico mundial. Durante a década de 1980, o cenário internacional desfavorável contribuiu para desviar a rota de crescimento via o mercado interno, fazendo com que as autoridades governamentais ficassem prisioneiras dos processos de hiperinflação e de transferências de recursos para o

exterior, como o pagamento dos serviços do endividamento externo.

Nos anos 90, as autoridades governamentais aproveitaram o cenário internacional mais favorável ao retorno de recursos financeiros para abrir a economia e procurar conter o processo hiperinflacionário, sem romper, entretanto, com a instabilidade macroeconômica. Por conta disso, permaneceu medíocre a situação econômica e aumentaram os endividamentos interno e externo, tornando mais frágil e menos integrada a estrutura produtiva nacional.

Diante do acordo que o Brasil tem com o FMI, identifica-se, por exemplo, um aumento no grau de subordinação externa da atual política macroeconômica, pois, a partir de Washington, o país passou a ter que definir a condução de sua economia, bem como se comprometeu a realizar reformas internas. Entre estas encontram-se, inclusive, as reformas previdenciária, administrativa e a de desestruturação do mercado de trabalho, conforme comunicado conjunto de entendimento do Brasil com o FMI (7/11/98). Com a aplicação do programa do FMI de ajustes, o Brasil consolida consecutivamente uma segunda década perdida.

Os efeitos decorrentes no desemprego são diretos e imediatos, consagrando o Brasil entre os

quatro maiores países em número de desempregados do mundo e um dos principais exportadores de emprego. Somente nos anos 90, o Brasil perdeu cerca de 1,2 milhão de empregos industriais decorrente da expansão das importações.

***ATRAVÉS DO GOVERNO
VARGAS, FOI ABOLIDO O
PROGRAMA LIBERAL DE
CONDUÇÃO DA ECONOMIA E
INSTALADO UM CONJUNTO DE
REFORMAS NO ESTADO E NO
CAMPO SOCIAL E
TRABALHISTA,
ESPECIALMENTE NO MEIO
URBANO***

É possível que a partir da desvalorização cambial, o desemprego possa ser amenizado, tanto por conta do processo de substituição de importações, quanto da recuperação do nível de atividade no segundo semestre. Todavia, o país deverá terminar o ano com taxas médias de desemprego superiores às de 1998

A imobilidade social

O Brasil entre 1890 e 1989, transformou-se em um país extremamente dinâmico, capaz de superar algumas das principais barreiras impostas à periferia do capitalismo mundial. Até 1930, havia montado uma economia agrário-exportadora, capaz de garantir à minoritária elite interna condições de vida próximas às do primeiro mundo, principalmente através das importações de bens de luxo.

Contudo, a partir da Grande Depressão de 1929, o modelo exportador entrou em crise, permitindo que o Brasil pudesse sair rapidamente daquela situação por conta de uma agenda reformista. Através do governo Vargas, foi abolida o programa liberal de condução da economia e instalado um conjunto de reformas no Estado e no campo social e trabalhista, especialmente no meio urbano.

As bases da industrialização foram sendo implementadas, porém não sem resistência. Em 1932, foram os cafeicultores paulistas, em 1935 os comunistas e, em 1937, os fascistas.

Mas, em menos de cinco décadas, o país transformou-se do 62º no 8º Produto Industrial Bruto do bloco de economias de mercado. Esse sucesso econômico ocorreu desacompanhado das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, o que contribuiu para a montagem de um dos piores modelos de distribuição de renda da face da Terra. A inexistência da **reforma agrária** - feita nos países do centro do capitalismo mundial, seja no século XIX, seja no século XX, como no Japão e na Itália do pós-guerra; da **reforma tributária**, que obrigasse aos ricos pagarem impostos, e da **reforma social**, capaz de estabelecer um estágio de desenvolvimento social avançado conformaram uma realidade nacional sustentada pela extrema desigualdade que aparta ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores, proprietários de terra e sem terra. Muito pouco se avançou, se comparado, por exemplo, às heranças de desigualdades do Brasil escravista.

Apesar disso, o capitalismo aqui teve pelo menos um grande charme, suficiente para obscurecer a desigualdade e evitar maiores rupturas no tecido social. No Brasil a mobilidade social ascensional foi o grande anestésico que possibilitou combinar dinamismo econômico com desigualdade na sociedade.

De uma maneira geral, todos movimentavam-se, permitindo, a cada nova geração, uma melhor situação relativa à anterior e dificultando a comparação relativa entre as posições sociais. Em outras palavras, o filho do pobre tornava-se menos pobre que o pai, enquanto o filho do rico tornava-se mais rico que o pai.

***NO BRASIL A MOBILIDADE
SOCIAL ASCENSIONAL
FOI O GRANDE ANESTÉSICO
QUE POSSIBILITOU COMBINAR
DINAMISMO ECONÔMICO COM
DESIGUALDADE NA SOCIEDADE***

Quadro 1 - Brasil: Evolução da situação dos filhos em relação ao grau de instrução do pai (mobilidade educacional intergeracional das pessoas de referência), 1996

Instrução do pai	Situação de instrução do filho (total = 100,0)		
	Imobilidade	Mobilidade descendente	Mobilidade ascendente
Até a 1ª série do 1º grau incompleto	39,9	0,0	60,1
1ª série à 3ª série do 1º grau	19,8	11,8	68,4
4ª série à 7ª série do 1º grau	40,1	10,2	49,7
1º grau completo ao 2º grau incompleto	14,4	29,1	56,5
2º grau completo ao superior incompleto	41,5	23,5	35,0
Superior completo	55,2	44,8	0,0
Total	34,1	8,0	57,9

Fonte: FIBGE - Pnad 1996

Nas duas últimas décadas do século XX, que marcam a mais grave crise do capitalismo brasileiro dos últimos 100 anos, tudo isso terminou sendo interrompido. Pode-se observar que o Brasil abandonou o estágio da forte mobilidade social ascensional e passa para a fase da imobilidade social, ou até à regressão social. É a chamada dança das cadeiras, pois quando pára a música, como na brincadeira infantil, há mais pessoas de pé do que cadeira para sentar.

Uns ficam de fora, enquanto outros conseguem manter os postos que já têm. Poucos,

mas muito poucos, conseguem subir na pirâmide social. Conforme o quadro anterior, quanto maior o nível de escolaridade, maiores os riscos de mobilidade descendente ou imobilidade social

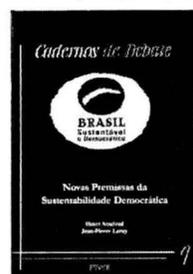
A ausência de perspectivas econômicas melhores torna muito mais difíceis as possibilidades de superação dos problemas sociais brasileiros, como a desigualdade social. A crise da mobilidade social reflete condicionantes estruturais que o capitalismo brasileiro, sem tê-las resolvido no passado recente, passa a impor como limites não apenas à governabilidade, mas ao convívio social.

CONHEÇA!!!

O Projeto Brasil Sustentável e Democrático lança a série Cadernos de Debate que se constituirá de 18 cartilhas. As 3 primeiras já estão disponíveis a R\$ 5,00 cada. É só ligar para (21) 2861441 ou escrever para o Fax (21) 2861209 ou ainda para brsust@fase.org.br

Os Desafios das Políticas de Consumo Sustentável

Manus Van Brakel



Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática

Henri Ascelrad
Jean-Pierre Leroy



Critérios Integrados para a Elaboração do Conceito de Sustentabilidade

Joachim H. Spangenberg

End. <http://www.fase.org.br>



FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Associada à ABONG e à ALOP

ENGLISH VERSION

LEIA!!!

Novas Publicações:
Serie Cadernos de Debate:
Novas Premissas da Sustentabilidade
Democrática

CONHEÇA!!!

Tudo sobre a FASE na Revista Proposta 81

Quem Somos?



Boletim Informativo

**Avaliação dos resultados e impactos
da intervenção da FASE**

Projetos e programas da FASE nas áreas de atuação:



Meio Ambiente e
Desenvolvimento



Trabalho e Renda



Cidadania
Políticas Públicas
Questão Urban



Publicações da FASE



Endereços da FASE

email: fase@ax.apc.org

Proposta

Desafios da Educação.

Atendendo aos leitores, o próximo número de **Proposta** pretende tratar a temática da educação no Brasil. Buscaremos construir uma visão abrangente de temas sobre a reforma e a contra reforma do ensino básico e da Universidade. Abordaremos a questão dos paradigmas para um repensar a aprendizagem científica e tecnológica, com suas implicações quanto às metamorfoses no mundo do trabalho. Identificaremos temas da formação profissional e o papel dos sindicatos no contexto de reestruturação produtiva e precarização das relações contratuais. Vamos revisitar o tema da educação popular não formal com ênfase na questão da juventude. Por fim, trataremos, dos desafios da educação, dos experimentos de capacitação para diferentes políticas públicas como formas emergentes de qualificação de atores sociais na construção da cidadania.

próximo número

FASE - 38 anos educando para o desenvolvimento e a cidadania

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ

Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209



Em **PROPOSTA**, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas e a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual

• R\$ 22,00 (vinte e dois reais).

Como Fazer sua Assinatura de **PROPOSTA**

- Fazer um depósito no valor acima à **FASE** no Banco Bradesco, na conta 31 947 - 3, agência Catete 3019 -8.
 - Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 286-1209. Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.
- Ou então,
- Enviar um cheque nominal à **FASE** no valor de R\$ 22,00, juntamente com seus dados, para o endereço: R. das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
- Para maiores informações: (021) 286-1441 ou sveiga@fase.org.br.